



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**CURSO: SERVIÇO SOCIAL**

**CRISLANE MARIA SILVA DE LIMA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL**  
**DA CIDADE DE SALVADOR - BA**

SALVADOR  
2016

**CRISLANE MARIA SILVA DE LIMA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL  
DA CIDADE DE SALVADOR - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Ferreira Cardoso

**SALVADOR**

**2016**

**CRISLANE MARIA SILVA DE LIMA**

**O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL  
DA CIDADE DE SALVADOR /BA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 5 de Dezembro de 2016.

Prof.(a) Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Ferreira Cardoso- Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará  
Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFBA

Prof.(a) Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Samagaia \_\_\_\_\_  
Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina  
Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFBA

Prof.(a) M<sup>a</sup>. Jakeline Gonçalves Bonifácio \_\_\_\_\_  
Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFBA

À Sandra Maria, minha doce mamãe, pelo amor, confiança e por ter me ensinado a ser uma mulher determinada e positiva.

À minha Avó Maria Luiza, luz da minha vida, pelo carinho, amizade e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

A vida me ensinou e continua ensinando-me a não desistir, a resistir e insistir na concretização de cada sonho que almejo alcançar. Eis aqui a conquista e realização de um dos mais importantes sonhos da minha vida: a graduação em Serviço Social através da Universidade Federal da Bahia! Acredito que nada acontece por simples força do acaso, mas por consequência dos sonhos que brotam de nossos corações e os planos que traçamos.

Cursar Serviço Social na Universidade Federal da Bahia não me levou apenas ao crescimento intelectual e a preparação profissional, mas também ao crescimento humano. Assim como outros estudantes, tive que enfrentar muitas batalhas e desafios para chegar até aqui. Muitas foram às horas em que quase fui levada a não prosseguir, porém a vida me ensinou nos momentos de difíceis batalhas a não desistir e continuar a jornada.

Agradeço, primeiramente, a Deus, o mestre da vida, e a todos os guias espirituais pelo auxílio e proteção.

Agradeço muito a minha mãe Sandra, minhas avós Maria Luiza e Dalva, minhas tias Alessandra, Luziana, Lucineide, Maria Raimunda, Cleide e a minha mãe do coração Jacimere, por todo apoio, amor e confiança.

Ao meu pai Arisvaldo e o pai de coração Pedro Dantas (ambos in memoriam). Sei que de outro plano espiritual estiveram sempre na torcida pela realização dos meus sonhos.

Enorme gratidão aos demais familiares e aos amigos que a vida me trouxe de forma tão especial e que também se tornaram família.

Aos meus queridos professores e à funcionária Eliene da Escola Municipal São Judas Tadeu (Irará/BA), os quais, na minha infância, contribuíram para o começo da minha formação intelectual e cidadã.

Aos docentes da UFBA, principalmente às professoras do curso de Serviço Social, em especial a minha orientadora Ana Maria Ferreira Cardoso, por todo apoio, motivação, respeito, empenho e paciência comigo no decorrer da construção desse trabalho.

Às professoras Jacqueline Samagaia e Adriana Assis (atualmente ex-docente da UFBA), pois presenciaram desde o início o meu interesse pelo tema do presente trabalho, e motivaram-me a prosseguir.

Agradeço também a professora Jakeline Bonifácio, pois mesmo sem conhecer a minha trajetória acadêmica, através de uma eventual conversa, com muita atenção me ouviu falar sobre a proposta a ser abordada e aceitou prontamente o convite para participar da banca.

Gratidão às companheiras e companheiros da graduação pelo incentivo diário, especialmente aos colegas das turmas de 2012-1 e 2012-2. Desejo muita luz, prosperidade e sucesso em suas trajetórias profissionais.

Aos amigos e às crianças do Projeto de Educação Musical – PROEMUCI.

Aos colegas e a todos os moradores de comunidades de áreas de risco que tive a oportunidade de conhecer através do estágio na Defesa Civil de Salvador/BA.

Todos com suas particularidades e lições diárias foram, e ainda são, a minha fonte de inspiração, respeito e motivação.

Muito obrigada! Que venham mais realizações e vitórias, pois não é o fim, mas a certeza de que é possível continuar a caminhada.

“As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho”.

Marilda Iamamoto

LIMA, Crislane Maria Silva de. **O serviço social na Defesa Civil de Salvador/BA**. 111f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

## RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade dialogar sobre o Serviço Social no âmbito da Defesa Civil, mais precisamente a Defesa Civil de Salvador/BA, com enfoque na trajetória do Serviço Social na referida instituição. Para tanto, realizou-se este estudo por meio da Pesquisa de Campo, através da entrevista semiestruturada. Objetivou-se também, a partir da elaboração desse estudo, refletir criticamente sobre a forma como o Serviço Social está inserido nas instituições públicas, especialmente em novos espaços sócio ocupacionais como a Defesa Civil de Salvador. Dessa forma, o percurso metodológico de caráter qualitativo foi traçado, buscando questões importantes nas entrevistas realizadas com profissionais de Serviço Social que têm experiência na CODESAL, para compreender como a categoria foi inserida neste espaço sócio ocupacional, quais as demandas, procedimentos e instrumentos utilizados pelas assistentes sociais nas intervenções realizadas. Os resultados obtidos revelam que há uma lacuna em relação ao desenvolvimento e legitimação do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, conjecturando assim que tal lacuna faz parte da realidade do âmbito da Defesa Civil em grande parte do Brasil. A pesquisa revelou que ainda é um desafio ao Serviço Social se legitimar diante das instituições públicas, as quais ainda requisitam o trabalho do assistente social com um caráter emergencial e fragmentado. Buscou-se, ainda, abordar brevemente sobre o trabalho do assistente social diante da questão sócio ambiental, considerando a importância da qualificação profissional diante dessa temática, a qual se apresenta como uma das possibilidades de intervenção crítica e propositiva do Serviço Social na Defesa Civil, pois este âmbito trabalha em torno de desastres socioambientais.

**Palavras Chave:** Defesa Civil; CODESAL; Serviço Social; Espaço sócio ocupacional; Questão socioambiental.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGECOM	Assessoria Geral de Comunicação
BAHIAGÁS	Companhia de Gás da Bahia
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CODESAL	Coordenadoria da Defesa Civil de Salvador
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COBM	Comando de Operações Bombeiros Militares do Estado da Bahia
CMG	Casa Militar do Governador
CNDC	Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCN	Defesa Civil Nacional
DPT	Departamento de Polícia Técnica
DESAL	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Salvador
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DIRDN	Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas
GEACAP	Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IML	Instituto Médico Legal

LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
MAIS SOCIAL	Movimento de Ação e Integração Social
NUPDEC	Núcleo de Proteção e Defesa Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não governamentais (sem fins lucrativos)
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador/BA
PM	Polícia Militar do Estado da Bahia
PNDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEMGE	Secretaria Municipal de Gestão
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEMPS	Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza
SESOC	Setor Social
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SENUC	Setor de Apoio e Formação de Núcleos Comunitários
SINDEC	Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil
SMPDC	Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SUCOP	Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso Solo do Município
SUDEC	Superintendência de Proteção e Defesa Civil
SUSPREV	Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção à Violência
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRANSALVADOR	Superintendência de Trânsito e Transporte do Salvador

## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2. O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS .....	19
2.1 A configuração do Capitalismo Industrial no Brasil e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão.....	19
2.2 O trabalho profissional do assistente social nas instituições públicas: Processos de trabalho e os novos campos de atuação.....	35
3. O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL DE SALVADOR.....	51
3.1 A Defesa Civil no Brasil e em Salvador/BA.....	51
3.2 O histórico do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador.....	59
3.3 A dimensão técnico operativa do Serviço Social e o trabalho do assistente social na CODESAL. ....	73
3.4 O trabalho do assistente social diante da Questão Socioambiental.....	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS .....	98
APÊNDICE A.....	103
APÊNDICE B.....	105
APÊNDICE C.....	107
ANEXOS A.....	110

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo dialogar sobre a realidade do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil, particularmente na Defesa Civil de Salvador/BA, com enfoque na trajetória do Serviço Social nesta instituição. Propõe-se refletir e problematizar acerca da inserção do assistente social nos novos espaços do exercício profissional, considerando que a Defesa Civil é um destes novos campos de atuação do Serviço Social.

A Defesa Civil de Salvador, a qual é mais conhecida como CODESAL, pois até o início do ano de 2016 era uma Coordenadoria de Defesa Civil, é atualmente uma Diretoria Geral da Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (SINDEC). Tem como objetivo básico promover a segurança da população, através de ações voltadas para a redução de desastres em torno de áreas em risco de desabamento, deslizamentos de terra e alagamentos, os quais são muito recorrentes no município de Salvador, principalmente em épocas de fortes chuvas.

A aproximação com a instituição ocorreu através da realização de estágio supervisionado em Serviço Social vinculado à Universidade Federal da Bahia, no período de 17 de março de 2014 a 14 de fevereiro de 2016. Sendo que o interesse com a temática abordada no presente trabalho ocorreu mediante a experiência de estágio vivenciada no referido espaço sócio ocupacional, atrelada às abordagens teóricas conhecidas durante a trajetória acadêmica enquanto estudante de Serviço Social, especialmente através das disciplinas de Introdução ao Serviço Social, O Serviço Social e a Questão Social, Trabalho e Sociabilidade, Pesquisa e Serviço Social II e Oficina de Abordagens e Técnicas do Trabalho Profissional.

É importante destacar também que o presente estudo foi iniciado no ano de 2014, período este que paralelamente à inserção na Defesa Civil de Salvador como estagiária, também se cursou a disciplina de Pesquisa e Serviço Social II. De modo que, através desta disciplina, na incumbência de elaborar um projeto de pesquisa como requisito obrigatório, despertou-se então, a partir das inquietações provocadas pela realidade observada sistematicamente em relação ao Serviço Social na CODESAL, o interesse de elaborar o referido projeto, abordando sobre o Serviço Social nesta instituição. Assim, sucessivamente, ainda mais motivada a dialogar sobre esta temática envolta da profissão, a partir de Janeiro de 2016, revisou-se o projeto e realizou-se a pesquisa que resulta neste trabalho monográfico.

O Serviço Social é uma profissão introduzida na divisão sócio técnica do trabalho, que objetiva atuar interventivamente em prol da igualdade social, tendo como um dos princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos e da justiça social. O exercício desta atividade profissional pode ser realizado em diversos espaços sócio ocupacionais, devido ao seu objeto fundante que é a “Questão Social”. De modo que, seja na esfera pública ou privada, o assistente social tem a possibilidade de desenvolver múltiplas ações para enfrentar as expressões da referida “Questão Social”.

Compreende-se que “o cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões” (FRAGA, 2010, p.45). Portanto, suas expressões se configuram através dos conflitos em relação à desigualdade social, agravantes condições de pobreza, de desemprego, educação, saúde, habitação, entre outras problemáticas que se intensificaram diante da relação capital e trabalho.

A possibilidade dos assistentes sociais atuarem em diversos âmbitos profissionais tem relação com o fato de, historicamente, o Serviço Social estar inserido na divisão social do trabalho. Segundo Iamamoto & Carvalho (2012, p.83):

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses que aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes- a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial- e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

Com base nas argumentações expostas e na experiência de estágio na Defesa Civil da cidade de Salvador/BA, busca-se saber e compreender de que forma os assistentes sociais estão inseridos neste espaço institucional e como o seu trabalho vem se caracterizando frente às demandas impostas e ao cumprimento de suas responsabilidades éticas, políticas e profissionais, o compromisso na relação com os sujeitos que são destinados ao Serviço Social para terem suas demandas atendidas, e nas estratégias para legitimação do seu trabalho e reafirmação do projeto ético-político da profissão.

É importante refletir se existe ou vem existindo, de fato, a legitimação do Serviço Social diante da sua inserção nos espaços sócio- ocupacionais do mercado de trabalho,

ênfatizando-o na esfera pública. Principalmente diante da atual conjuntura em que a sociedade brasileira se encontra, vivendo em um contexto de crise, retrocessos quanto aos direitos da classe trabalhadora, recessão econômica, privatização e intervenção mínima do Estado diante das demandas do social.

Sendo que tal reflexão é pertinente também porque os assistentes sociais atuam na produção e reprodução das relações sociais, devendo cumprir as tarefas institucionais para as quais são contratados, sem deixar de atender aos interesses da classe trabalhadora diante da relação capital e trabalho, e por serem também trabalhadores assalariados. De acordo com Iamamoto (2010, p.83) “o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais”.

Desse modo, por serem também trabalhadores assalariados, os assistentes sociais não detêm os meios de produção, os quais ficam a cargo dos seus contratantes, sendo estes as empresas privadas, ONGs, e, numa esfera maior, o Estado.

Ainda que ligada aos setores hegemônicos e religiosos da sociedade capitalista, a profissão de assistente social nasce sob o signo do assalariamento, da venda da força de trabalho imaterial, seja em instituições prestadoras de filantropia, seja em organismos estatais, numa prática desvinculada do controle e da gestão das políticas públicas e do próprio capital, reproduzindo a condição básica da classe trabalhadora, isto é, a venda da força de trabalho, subsumida ao controle das formas de gestão dos interesses do capital (CORRÊA NETTO, 2010, p.107).

A condição de trabalhador assalariado dos assistentes sociais se contrapõe ao caráter liberal da profissão. Nas palavras de Camargo (2010 p.1).

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. O Assistente Social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo.

Isso implica, conseqüentemente, na forma como o Serviço Social se insere nas instituições, no exercício da autonomia profissional frente às demandas, nas tomadas de decisões, na utilização dos recursos materiais para efetivar o trabalho, na legitimação da profissão e na afirmação do projeto ético-político.

Tais afirmações podem ser facilmente correlacionadas à realidade em que se encontra o Serviço Social na Defesa Civil da cidade de Salvador, pois as assistentes sociais dessa instituição vivenciam uma situação de desvalorização e precarização do seu trabalho. Além de presenciarem cotidianamente no seu exercício profissional, a tentativa institucional

de subordina-las diante das demais categorias profissionais. Dessa maneira, tal realidade supramencionada, contribuiu para que a trajetória da profissão na instituição seja pouco reconhecida, documentada e esclarecida interna e externamente.

Nesse sentido, a conjuntura em que os assistentes sociais estão inseridos e as difíceis realidades profissionais por eles vivenciadas e enfrentadas, as quais são oriundas do modo de produção capitalista, contribuem para que o exercício profissional seja fragmentado e fragilizado, influenciando significativamente também para o distanciamento entre a relação do exercício profissional com o projeto de sociedade defendido pela categoria, materializado no nosso Código de Ética. Além de influenciar também para que haja uma relação dicotômica entre teoria e prática, no bojo do fazer profissional, a exemplo do que foi explanado sobre a categoria na Defesa Civil da cidade de Salvador/BA.

Outro fator importante a ser levado em consideração é que, apesar de ter ocorrido mudanças e inovações no Serviço Social brasileiro, ainda está muito presente as raízes conservadoras da profissão, que contribuem para coloca-la num patamar de subalternidade e de mero produtor e reproduzidor das relações capitalistas.

Conforme Corrêa Netto (2010, p.105):

A origem do Serviço Social no século XIX vincula-se às ações desenvolvidas pela burguesia a partir de iniciativas das organizações de caridade e do Estado, para amenizar os efeitos da exploração da classe trabalhadora e garantir a reprodução desta, o que indica a sua subordinação à produção e reprodução do capital.

Diante da experiência de estágio na Defesa Civil da cidade de Salvador, identificou-se uma necessidade de saber melhor como o Serviço Social foi inserido nesse espaço, para obter o conhecimento da trajetória desta profissão na instituição e esclarecer melhor quais suas atribuições frente às demais categorias profissionais e usuários (público-alvo) da instituição. Em virtude disso, há muito que se investigar e produzir teoricamente sobre a prática profissional dos assistentes sociais nessa área de atuação, a qual envolve intervenção em situações de calamidade pública, e que até então se configura como um espaço sócio ocupacional de pouca inserção e expansão para o Serviço Social, mesmo estando expresso no Código de Ética Profissional (2012, p.27), artigo 3º que : “são deveres do/a assistente social: d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades”.

Tal importância se dá também porque os assistentes sociais que atuam no âmbito de Defesa Civil não são designados apenas para realizar intervenções em situações emergenciais

e dando respostas sobre os desastres ocorridos, mas também em ações preventivas. Desenvolver o trabalho preventivo possibilita que os assistentes sociais atuem diretamente com comunidades localizadas em áreas de risco, sejam inseridos em cargos de gestão ou na execução de políticas sociais, planos, programas e projetos destinados a conteúdo e ações de Defesa Civil. De acordo com o Código de Ética Profissional (2012, p.26) artigo 2º “Constituem direitos do/a assistente social: c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais”.

Diante das explanações acima, pretende-se nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), compreender a história do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, e assim refletir criticamente e problematizar sobre a forma como o Serviço Social está inserido nos espaços sócio ocupacionais de trabalho.

Objetiva-se contribuir também para mais esclarecimentos sobre as atribuições da profissão na área de Defesa Civil, através da investigação sobre a história e trajetória do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador; conhecer como se deu a inserção da referida profissão no âmbito da Defesa Civil no Brasil e em Salvador, especificamente; levantar as principais demandas do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador; caracterizar os principais procedimentos realizados e identificar os instrumentos fundamentais utilizados no cotidiano de atuação do assistente social na referida instituição.

Com isso, além de buscar estimular ainda mais a reflexão sobre a forma como o Serviço Social está inserido na instituição, sobre as possibilidades, limites e desafios que as assistentes sociais encontram para defender e afirmar o projeto profissional diante do cotidiano de trabalho, almeja-se ainda contribuir e impulsionar o diálogo sobre a atuação da referida categoria profissional no âmbito das questões socioambientais. Conforme salienta Nunes (2013, p.210) “no âmbito dessas questões, mais do que em qualquer outra época os assistentes sociais são convocados a registrarem a sua contribuição no âmbito da questão sócio ambiental tanto no plano teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana”.

Para o alcance dos objetivos propostos no presente trabalho, a metodologia utilizada envolveu procedimentos teóricos e práticos. Assim foi permitido encarar a pesquisa na perspectiva e importância que a atitude investigativa tem para o exercício profissional do assistente social. Atitude que é muito importante ser estimulada e desenvolvida desde a vida acadêmica. “A pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho”. (BOURGUIGNON, 2005 apud BOURGUIGNON, 2007, p.49).

Segundo GATTI (2002, p.3):

A pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...], contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos.

Para realizar o estudo acerca da atuação do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, a pesquisa teve um cunho qualitativo, na perspectiva de analisar e compreender como se deu a trajetória e inserção dos assistentes nesse âmbito profissional. Segundo Minayo (2010, p.21):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

O caráter qualitativo desse estudo teve como suporte a Pesquisa de Campo. De modo que para coletar os dados através da referida pesquisa, foi necessário a realização de entrevista semiestruturada. Para Trivinhos (1987, p.146), “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

No entanto, o instrumento citado para o procedimento de coleta de dados foi utilizado, objetivando-se não só encontrar, analisar informações e compreender a trajetória e inserção do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, mas também como uma tentativa de encontrar informações sobre a inserção do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil no Brasil.

O desenvolvimento da pesquisa de campo ocorreu na Defesa Civil de Salvador, para realizá-la nos setores em que o trabalho do Serviço Social está presente na instituição. Desse modo, planejou-se a realização de entrevista semiestruturada com as assistentes sociais que desenvolvem ou desenvolveram o trabalho do Serviço Social na instituição, compondo uma amostra de duas assistentes sociais que atuam na instituição, e uma assistente social que já atuou na mesma.

Desse modo, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro apresenta-se esta introdução. No segundo capítulo, para dialogar sobre o Serviço Social nas instituições estatais, buscou-se contextualizar inicialmente sobre a configuração do

Capitalismo Industrial no Brasil e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Em seguida, discorre-se sobre o trabalho profissional do assistente social nas instituições públicas e os processos de trabalho em que está inserido, situando também os novos campos de atuação profissional.

Para dar ênfase à discussão sobre os novos campos de atuação do assistente social, no capítulo três, foi feita uma abordagem sobre o Serviço Social na Defesa Civil de Salvador. De modo que se apresentou, inicialmente, um breve histórico da Defesa Civil no Brasil e em Salvador. Na sequência, explanou-se sobre o histórico, procedimentos e instrumentos do Serviço Social na referida instituição. Como desfecho, dialogou-se sobre o trabalho do assistente social diante da questão socioambiental.

Por fim, no quarto capítulo, reporta-se às considerações finais, argumentando sobre a importância de repensar sempre sobre a forma em que o Serviço Social está sendo inserido nos espaços sócio ocupacionais do exercício profissional e como suas intervenções estão se configurando em novos âmbitos de trabalho, tal qual é a Defesa Civil e frente a novas temáticas, a exemplo da questão socioambiental e seus vários fatores. Objetivando assim, defender uma maior qualificação e ampliação do trabalho do assistente social nas conjunturas apresentadas.

## 2. O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS

Neste capítulo, apresenta-se inicialmente uma breve abordagem sobre a configuração do capitalismo industrial no Brasil e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão, enquanto elementos importantes para compreender a relação do Serviço Social com os espaços sócio ocupacionais estatais. Em um segundo momento, faz-se uma reflexão sobre o trabalho profissional do assistente social nas instituições públicas e os processos de trabalho em que está inserido, situando também sobre os novos campos de atuação da referida categoria profissional.

É importante salientar que se achou pertinente traçar tal caminho para poder dialogar sobre o Serviço Social e o trabalho do assistente social nas instituições públicas, pois não há como falar de trabalho e especialmente de uma profissão como o Serviço Social, devido às particularidades que esta apresenta, sem, mesmo que brevemente, referir-se ao capitalismo industrial no Brasil, por ter sido este o período de transformações/tensões societárias e trabalhistas, as quais também foram precursoras à gênese da profissão no cenário brasileiro.

### 2.1 A CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

O modelo de sociedade e produção capitalista, o qual, historicamente, é marcado pela busca incessante do lucro, e substituiu o modo de produção feudal, consolidou-se na passagem do século XVIII ao XIX. Segundo NETTO & BRAZ (2012, p. 108):

Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, ele experimentou uma complexa evolução e se, durante cerca de setenta anos, no decurso do século XX, teve a concorrência de experiências de caráter socialista, atualmente não se confronta com nenhum desafio externo à sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas), nas quais por vezes subordina modos de produção precedentes. Para dizê-lo em poucas palavras, na entrada do século XXI, o modo de produção capitalista é predominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário.

É importante ressaltar que este modelo de produção passou basicamente por três fases: capitalismo comercial ou mercantil, que se iniciou através da:

existência de um estágio que começa com a acumulação primitiva e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias e, nela, comandar o trabalho, mediante o estabelecimento da manufatura, cobrindo do século

XVI a meados do século XVIII. Trate-se do estágio inicial do capitalismo, no qual o papel do grupo social dos comerciantes/mercadores foi decisivo (NETTO & BRAZ, 2012, p.183).

A segunda fase do referido modelo de sociedade denomina-se capitalismo concorrencial, o qual, de acordo com Netto & Braz (2012), configurou-se na oitava década do século XVIII e perpetuou-se até o último terço do século XIX.

No decurso desse período, de cerca de cem anos, o capitalismo vai se consolidar nos principais países da Europa Ocidental, nos quais erradicará ou subordinará à sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e revelará as suas principais características estruturais (NETTO & BRAZ, 2012, p.184,185).

Já a terceira fase capitalista, denominada como capitalismo industrial/monopolista, foi a fase na qual este modelo de sociedade pautou-se arduamente na exploração trabalhista por meio da extração da mais valia, e iniciou seu desenvolvimento através da primeira Revolução Industrial no século XVIII, consolidando-se com a segunda Revolução Industrial em meados do século XIX.

NETTO & BRAZ (2012, p. 190, 191) salientam que:

Na efetividade da vida econômica, o surgimento dos monopólios teve um enorme impacto. O aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica. Em poucas décadas, esses gigantescos monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo.

Com base nas considerações expostas, pode-se dizer que o sistema capitalista se implementou mundialmente propiciando inovações sociais e econômicas de caráter paradoxal. Isso porque, mais precisamente com a consolidação do capitalismo industrial, houve a superação da escassez de recursos e bens materiais, os quais, por motivos de limitações, faziam parte das problemáticas dos modelos de sociedade anteriores. Porém, com a produção abundante de riquezas no cenário capitalista, houve um significativo aumento das desigualdades sociais, pois não ocorreu e não ocorre uma distribuição igualitária dos bens produzidos, o que ocasionou assim na categorização dos seres sociais, dividindo-os em classe burguesa (detentora de grande parcela dos bens produzidos por ser proprietária dos meios de produção) e classe trabalhadora (grande massa populacional assalariada e pauperizada).

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção ( que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode

tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho- o proletário (ou operário). As classes fundamentais<sup>1</sup> do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho (NETTO & BRAZ, 2012, p.97).

É fundamental destacar que o capitalismo, em todas as fases de sua estruturação, tem como objetivo central a obtenção de lucros com viés exploratório, e centrado no acúmulo de riquezas que, estrategicamente, não são para o alcance de todos. Ou seja, na medida em que o capitalismo se expandiu socialmente, acirrou-se ainda mais as desigualdades entre as classes sociais fundamentais ao capital, as quais já foram mencionadas anteriormente, e o processo de coisificação humana, em favor da supervalorização da máquina e das relações de mercado. De maneira que, a partir disso, tencionou-se a relação Capitalismo- homem- força de trabalho humana- mais valia- exploração.

O mercado passou a ser determinante e regulador principal da reprodução social, penetrando inclusive na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. Capital e trabalho passaram a ser profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução: os trabalhadores precisam dele para vender a força de trabalho e adquirir os meios de sua subsistência; os capitalistas, para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros (HISTÓRIA DO CAPITALISMO<sup>2</sup>, 2016, p.3).

Ainda sobre a consolidação capitalista, acrescenta-se que “a expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária” (FERNANDES, 1981, p.39).

A partir da explanação supracitada, faz-se necessário pontuar que a inserção e expansão capitalista aconteceram de maneira gradual, ou seja, não chegou de maneira predominante e ao mesmo tempo em todas as nações. Inicialmente, instalou-se nos países considerados centrais, de primeiro mundo, por estes apresentarem economias avançadas, entre

<sup>1</sup> O fato de o modo de produção capitalista implicar duas classes fundamentais não significa que as formações sociais capitalistas tenham suas estruturas de classes constituídas somente por duas classes- nelas, burguesia e proletariado articulam-se a outras classes (NETTO & BRAZ, 2012, p.97).

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/historia1.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2016.

outras características favoráveis para o domínio do capital, e secundariamente chegou aos países considerados periféricos e em subdesenvolvimento, tal qual é o Brasil.

Assim, foi no sistema capitalista que se começou o uso dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou mais especificamente, países centrais e países periféricos (marxismos), onde os primeiros exercem funções de patrões, de imperialistas e, os segundos, de colônias, e capitânicas. O subdesenvolvimento é produto justamente do poder de exploração daqueles que dominam as modernas tecnologias; o sistema financeiro internacional; e, sobretudo, criam mecanismos que subjagam muito mais aqueles que têm precárias condições de sobrevivência no planeta. A função básica dos países periféricos é fundamentalmente sustentar os países centrais, de matérias-primas e mão-de-obra barata, para os seus projetos, como explicam os princípios marxistas (SOUZA, 2004, p.79-80).

Para tomar como base a realidade brasileira em relação ao estabelecimento de relações capitalistas e a configuração do capitalismo industrial, é importante pontuar fatores que explicitam a razão pela qual o país não pertence ao centro do capitalismo. Tais fatores estão presentes na formação da sociedade brasileira, a qual por muito tempo viveu sob um regime escravocrata, tendo por base a produção agrícola e extensos latifúndios, utilizando inicialmente a cana de açúcar, e depois o café como seus principais insumos agrícolas para exportação.

Segundo Pochmann (2004, p. 7),

não se deve esquecer, todavia, que o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo, impondo uma transição extremamente conservadora para o assalariamento, através da imigração de mão-de-obra europeia e asiática, deixando a população negra excluída da possibilidade de imediata integração pelo emprego salarial.

Tais fatores demonstram que o Brasil é enraizado por relações conservadoras e excludentes socialmente. De modo que o desenvolvimento do capitalismo no país se deu por meio de um processo de modernização de caráter conservador. De acordo com Netto (2011, p.18).

[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (v.g.; as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré- condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Com isso, mesmo obtendo certo avanço no processo de industrialização no século XX, o país não se eximiu de seu status de subdesenvolvido, principalmente porque grande parcela de sua população permaneceu vivendo sobre péssimas condições de vida e trabalho. Pochmann (2004, p. 9) aponta que:

É importante lembrar que a antiga e primária base industrial originária em simultâneo com êxito da economia cafeeira encontrava-se prisioneira de um modelo de gestão do trabalho completamente ultrapassado (ausência de regulação pública sobre o trabalho e a concorrência intercapitalista). Por isso, destaca-se o papel da regulação pública do trabalho naquela oportunidade no Brasil, porque ela foi sendo consolidada justamente quando a atividade industrial nacional ganhava espaço, deixando no segundo plano as atividades do meio rural.

Diante do exposto, objetiva-se agora enfatizar brevemente sobre os impactos que o capitalismo à brasileira provocou nas relações sociais e trabalhistas do país, tendo como enfoque a “Questão Social”<sup>3</sup>, a intervenção do Estado, e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Para tanto é fundamental remeter-se às décadas de 1920 e 1930, as quais foram o destaque das tensões provocadas pelo capitalismo industrial à classe trabalhadora.

Em 1920, na medida em que o capitalismo se instalou no Brasil, assim como em outros países, houve a intensificação da exploração da força de trabalho humana, e com isso o acirramento das desigualdades sociais, das condições de pobreza e miserabilidade, resultando em um pauperismo da classe trabalhadora, e conseqüentemente o agravamento da chamada “Questão Social”.

Vale ressaltar que a “Questão social” compreende uma série de fatores sociais e econômicos, os quais se materializam nas condições de vida da classe trabalhadora, mais especificamente nas precariedades em relação ao trabalho, à saúde, educação, alimentação e habitação. Sendo que anteriormente ao surgimento do capitalismo, tais precariedades eram justificadas pela ausência de recursos materiais e financeiros, sem ter reconhecimento e denominação de “Questão Social”.

<sup>3</sup> Importante destacar que se tomando por referência Santos (2012), a expressão “Questão Social” será mencionada neste trabalho utilizando-se as aspas. Como explica a referida autora, vários teóricos do Serviço Social brasileiro adotam frequentemente o uso das aspas para denotar “um certo cuidado na sua adoção, que explica não somente pela origem conservadora da expressão, conforme alertam Iamamoto (2001) e Netto (2001)”. Desta forma, mediante a justificativa completa da autora em relação ao uso das aspas (consultar Santos, 2012, p. 17-18) compreende-se a importância destas, pois originalmente a “Questão Social” não tinha um sentido sociopolítico tal como é hoje, mas era interpretada sob um viés conservador da sociedade burguesa e da Igreja Católica, que tratavam tal questão de modo despolitizado e sob uma lógica de ordem natural e divina na vida dos indivíduos.

Tomando por base IAMAMOTO (2009, p.59):

importa deixar claro que a questão social não é aqui focada exclusivamente como desigualdade social entre pobres e ricos, muito menos como “situação social problema”, tal como historicamente foi encarada no Serviço Social, reduzida a dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social.

Com a exploração desmedida do modo de produção capitalista aos trabalhadores e a intensificação das expressões da referida “Questão Social”, iniciou-se um embate entre classe burguesa e classe operária. De modo que os trabalhadores passaram a não aceitar as condições laborais que lhes eram impostas e os baixos salários ofertados.

Como vendedor livre de sua força de trabalho- a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista- sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da “verdadeira guerra civil” que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012, p.134).

Assim, diante das pressões da classe trabalhadora, a ordem burguesa e capitalista interpretou tal embate como uma ameaça ao seu padrão de produção e dinâmica societária, tendo que desenvolver estratégias de enfrentamento à classe proletarizada. Desse modo, como mecanismo para manter a classe trabalhadora sob controle, preservar a ordem social e o desenvolvimento capitalista no Brasil, a burguesia passou a requisitar a intervenção estatal nas relações trabalhistas.

A exploração abusiva a que é submetido- afetando sua capacidade vital- e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012, p.134).

Com tal imposição de regulamentação jurídica do mercado de trabalho por meio da intervenção estatal, devido às pressões feitas pela classe trabalhadora em sua organização e formação de movimentos sociais, a “Questão Social” obteve maior visibilidade política,

forçando as demais camadas das classes sociais ligadas ao Estado e a igreja, a tomarem conhecimento sobre esta. Desse modo:

[...] a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012, p.135).

Diante desse contexto histórico é que iniciou e desenvolveu-se o Serviço Social brasileiro, o qual não teve de imediato vinculação à ordem estatal. De modo que seu surgimento partiu das ações de grupos pertencentes à classe dominante, vinculados ao comando da Igreja Católica. Sobre a referida origem do Serviço Social, IAMAMOTO & CARVALHO (2012, p. 135) salientam que:

Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam.

Isto significa que a trajetória histórica do Serviço Social não partiu de uma demanda voltada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora, mas como uma estratégia da classe burguesa para manter seu domínio e poder diante das relações capitalistas. “Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012, p.135).

É digno de nota ressaltar que o Serviço Social, antes de ser implementado no Brasil, teve sua gênese em países da Europa. Ou seja, em sociedades onde a exploração do Capital já havia se estabelecido, e o proletariado já se encontrava em situação de miserabilidade devido as péssimas condições de trabalho. Mediante a isso, as ações dos assistentes sociais, designados naquele contexto como agentes sociais, eram requisitadas a realização de um trabalho filantrópico, e sob uma perspectiva de manter a ordem social vigente, os valores e a moral cristã.

Sobre a explanação acima, FREIRE & CÂNDIDO (2013, p.349), tomando por referência FALEIROS (2001), reiteram que:

O serviço Social em sua origem americana, denominado social work (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da igreja católica Romana. Nesse momento, tinha sua prática fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária

para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p.88).

Ainda nesse contexto do século XIX, o Serviço Social não era regulamentado como uma profissão, pois era exercido e compreendido como um trabalho de benevolência e assistência aos pobres, executado principalmente por mulheres consideradas referência de valores morais e religiosos impecáveis, a exemplo das chamadas damas de caridade.

Antes de referir-se novamente ao Serviço Social brasileiro, é importante frisar mais uma vez que a sua implantação se tornou fundamental para a classe burguesa, à medida que a classe operária iniciou seu confronto e revolta diante da desigualdade social estabelecida pelo modo de produção capitalista. A partir dessa realidade, o Estado, já interpelado a responder às demandas advindas ao agravamento da “Questão Social”, lançou seu olhar estratégico às intervenções desenvolvidas pelos grupos de ações sociais da Igreja Católica, compostos majoritariamente por mulheres damas de caridade da época.

É crucial sinalizar também que a constituição e trajetória do Serviço Social, mais especificamente em solo brasileiro, compreendem uma série de aspectos, fatores e marcos históricos com uma vasta riqueza de informações e detalhes, os quais não serão abordados e analisados aqui amplamente, devido a limitação e delimitação do tema central deste trabalho. Sendo estes assim apresentados brevemente no decorrer das argumentações.

No que tange à realidade brasileira, o surgimento do Serviço Social se deu em meio a um cenário de transformações socioeconômicas e políticas que marcaram as décadas de 1930 e 1940, devido ao largo desenvolvimento do capitalismo industrial e, conseqüentemente, o processo de urbanização.

O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante. Como profissão que surge de uma demanda posta pelo capital, institucionaliza-se e legitima-se como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, mas com um suporte de uma prática cristã ligada à igreja católica, na perspectiva do enfrentamento e da regulação da chamada questão social que, a partir dos anos 30 (séc. XX), adquire expressão política pela intensidade das manifestações na vida social cotidiana (PIANA, 2009, p.87).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, movimento este que ocorreu sem que o país passasse por uma reforma estrutural, houve o acelerado processo de urbanização, pois grandes massas populacionais foram em busca do trabalho operário, vislumbrados pelo processo modernizador em que a sociedade se encontrava e almejando assim melhores condições de vida. Porém, tal processo de urbanização sem um planejamento

prévio foi provocando a superlotação dos centros urbanos e a alocação da classe operária em moradias precárias e insalubres. Conseqüentemente, os operários ao se depararem com tanta pobreza, desigualdade e recebimento de salários ínfimos por longas jornadas laborais, iniciaram movimentos reivindicatórios organizados principalmente por trabalhadores imigrantes que deslocados de países mais desenvolvidos já tinham mais esclarecimentos quanto aos direitos trabalhistas, alertando a população brasileira a não se conformarem com a exploração capitalista a que eram submetidos.

O histórico das condições de existência e de trabalho do proletariado industrial-principalmente a partir do início do século, quando começam a aglutinar-se nos centros maiores as empresas industriais dispersas, período para o qual existe uma documentação mais abundante- mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente. A população operária se constitui em uma minoria- composta majoritariamente por imigrantes- marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades, algumas já bastante desenvolvidas (IAMAMOTO & CARVALHO, 2012, p.137).

A partir desse contexto em que a “Questão Social” apresenta seus agravantes e seu caráter político, ocorrendo a necessidade do Estado intervir sobre ela, devido as exigências da classe burguesa ao perceber-se ameaçada pelos movimentos desencadeados pela luta operária, o Serviço Social é requisitado pela esfera estatal, começando assim a protagonizar sua trajetória enquanto profissão. Porém ainda com um forte elo à Igreja Católica, a qual tratava as expressões da “Questão Social” não como um problema sociopolítico e coletivo, mas numa perspectiva moralista e individualista. Sobre a função da igreja nesse momento histórico, Yazbek (2000b, p.92 apud PIANA, 2012, p.87-88) reitera que:

Terá particular destaque na estruturação do perfil da emergente profissão no país a igreja católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Cabe ainda assinalar, que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Com base nisso, para situar historicamente o Serviço Social brasileiro e sua prática legitimada pelo Estado, é importante nos reportarmos ao período conhecido por Estado Novo, o qual foi um regime político instituído por Getúlio Vargas, que assumiu o governo de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Sobre o referido período Freire & Cândido (2013, p.353) salientam que o mencionado presidente,

[...] usufruía poderes quase ilimitados e, aproveitando-se deles, começou a tomar políticas de modernização do país. Criando, por exemplo, novos ministérios- como o ministério do trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde-, e nomeou interventores de estados.

Nessa conjuntura do Estado Novo, período que se efetivou de fato a partir de 1937 e é considerado o modelo ditatorial de Vargas, por apresentar características nacionalista, populista, centralizadora e controladora, o Serviço Social desenvolveu suas intervenções em prol da manutenção do poder Estatal, numa perspectiva de manter a classe operária sob a ordem social estabelecida. Ou seja, os assistentes sociais desenvolviam ações para ajustar os hábitos dos operários e de seus familiares, objetivando mudar seus comportamentos, suas condições de higiene e enquadrá-los aos valores morais da sociedade burguesa e cristã.

Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e evitar relações consideradas promíscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 2011, p.13).

Porém, a partir dos anos 40, na medida em que a indústria se expandiu mercadologicamente e suas relações capitalistas propiciaram a ampliação do mercado de trabalho com a abertura de instituições empresariais, houve também e concomitantemente a ampliação do mercado de trabalho para o Serviço Social e com isso sua efetiva institucionalização, passando a ser então uma profissão legitimada pelo Estado.

O processo de institucionalização e de legitimação do Serviço Social desvencilha suas origens da igreja, contudo não supera o ranço conservador, quando o Estado passa a gerir prioritariamente a política de assistência efetivada direta ou indiretamente pelas instituições por ele criadas ou a ele associadas. A assistência deixa de ser um serviço prestado exclusivamente pelas instituições privadas, tendo novos parceiros como o estado e o empresariado (PIANA, 2009, p.90).

Assim, nesse contexto de institucionalização do Serviço Social, os assistentes sociais brasileiros passaram a ser identificados como trabalhadores assalariados. Netto (2007, p.72) argumenta que:

[...] o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).

Desse modo, os referidos profissionais passaram a desenvolver suas ações na execução de políticas assistenciais, as quais eram voltadas para apaziguar as tensões entre o operariado e a burguesia, ou seja, medidas executadas como estratégias para atender minimamente as necessidades básicas dos trabalhadores, para que continuassem a produzir e manter a lucratividade do capital.

Sendo que para realizar suas abordagens com a população, os assistentes sociais norteavam suas intervenções através da utilização de métodos advindos dos Estados Unidos, conhecidos como “Serviço Social de Caso”, o qual era realizado com objetivo psicologizante e individualista, onde o sujeito social era abordado numa perspectiva de ajuste e tentativa de fazê-lo aceitar a seguir os padrões e valores morais da sociedade burguesa e capitalista. Já os outros métodos, conhecidos como “Serviço Social de Grupo e de Comunidade”, eram executados através de ações que fizessem os grupos populacionais se organizarem nas suas comunidades, evitando comportamentos desviantes. Mediante a isso, o trabalho dos assistentes sociais era realizado “tendo em vista alguma perspectiva no sentido de prevenir doenças, conscientizar gestantes e articular obras sociais” (FALEIROS, 2011, p.15).

A partir de então, já no período do pós Segunda Guerra Mundial, os assistentes sociais, por estarem atuando mais próximos da população proletarizada, refletem mais criticamente sobre suas práticas, ainda mais que os profissionais que iniciavam sua jornada no Serviço Social já não eram somente advindos da elite burguesa mais abastada e vinculada à igreja católica, mas da pequena burguesia, os quais já não estavam “mais movidos apenas por motivações religiosas, mas incentivados e interessados pela qualificação profissional que poderia garantir acesso ao mercado de trabalho” (PIANA, 2009, p. 91).

Assim, apareceu ao Serviço Social a necessidade de apoiar-se em referenciais teóricos e práticos para alicerçar suas intervenções. De modo que devido às circunstâncias políticas da época, na qual o Presidente Getúlio Vargas fortaleceu vínculos com os Estados Unidos, a influência da ideologia norte americana adentrou-se firmemente ao cenário brasileiro, e, conseqüentemente, influenciando, as ações profissionais do Serviço Social.

De acordo com PIANA (2009, p.92):

O serviço Social, inserido neste contexto social, sofre rebatimento da ideologia da época e passa a buscar no modelo de profissão norte americano uma nova referência filosófica, o suporte teórico e científico necessário para responder às demandas postas ao exercício profissional. O ideário dominante requeria uma crescente intervenção técnica (organizada e planejada) e fazia que o Serviço Social desencadeasse uma busca de recursos técnicos para superar ações espontâneas e filantrópicas. As exigências de tecnificação do Serviço Social são atendidas,

mantendo-se a mesma razão instrumental: busca-se uma maior qualificação dos procedimentos interventivos, utilizando-se, inclusive, fundamentos advindos da Psicologia, na expectativa de que os profissionais, assistentes sociais fossem capazes de executar programas sociais com soluções consideradas modernizantes para o modelo desenvolvimentista adotado no Brasil.

Desse modo, marca-se então o período em que o Serviço Social consolidou-se na esfera pública e privada, começando a desenvolver suas práticas diante das políticas públicas e sociais, assumindo, no mercado de trabalho, “funções de coordenação e de planejamento de programas sociais” (PIANA, 2009, p.92). Além disso, pontua-se também que foi o momento em que houve a expansão das escolas de Serviço Social mundialmente, sendo as primeiras do Brasil localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ainda assim, no que tange às intervenções majoritárias dos assistentes sociais da realidade histórica em questão, continuaram por muito tempo a serem realizadas sob uma perspectiva psicologizante e individualizada, transferindo ao indivíduo a culpa e responsabilidade pelas mazelas sociais por eles vividas, mas que eram advindas do processo de desigualdades e injustiças sociais perpetuadas pelo capitalismo.

Somente a partir dos anos 60 é que de fato o Serviço Social entra em um processo de crise ideológica, começando a buscar referenciais que se aproximassem mais à realidade social em que atuavam, e que cada vez mais precisava ser analisada criticamente e consequentemente transformada.

Sobre esta nova fase na trajetória da referida profissão, PIANA (2009, p. 93) corrobora que:

É a primeira crise ideológica em algumas escolas de Serviço Social, com o aparecimento, na América Latina, da proposta de transformação da sociedade, em substituição à desenvolvimentista adotada até o momento. Nessa década, o mundo passa por grandes transformações, especialmente na América Latina, com a Revolução Cubana que, criticando as estruturas capitalistas, mostra-se ao continente como alternativa de desenvolvimento, libertando-se dos Estados Unidos. É grande o inconformismo popular com o modelo de desenvolvimento urbano industrial dominante.

É digno de nota abordar que nesse momento de transformações ideológicas, já estava sendo introduzida nas Ciências Sociais as ideias advindas do marxismo. De modo que a crise ideológica supramencionada no parágrafo anterior, disseminou-se nas universidades, nas quais o Serviço Social estava inserido, incluindo o Brasil. Com isso, a categoria profissional de assistentes sociais que nesse período já se encontrava mais próxima dos movimentos sociais e da luta operária em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, despertam

interesse pelo referencial de transformação social e crítico elaborado por Karl Marx (1818-1883) para referir-se ao modelo de produção capitalista.

Conforme salientam SILVA & SILVA (2007 apud FREIRE & CÂNDIDO, 2013, p.355-356):

Inicialmente, verifica-se que a teoria marxista no Serviço Social se deu através de determinados interpretes de Marx, que buscavam decifrar conceitos básicos do marxismo, resgatando assim, uma abordagem de segunda mão dessa teoria. A partir desse momento, ver-se a aproximação do Serviço Social com vertentes contemporâneas do marxismo.

Desse modo, o Serviço Social começou a notar a dimensão política de sua prática e a aproximar-se dos ideais da classe trabalhadora, já se compreendendo também enquanto assalariado e pertencente a esta mesma classe. Iniciando então um processo de ruptura com o Serviço Social tradicional de origem europeia. Porém, com a Ditadura Militar de 1964, as renovações empreendidas à referida profissão foram barradas, provocando assim um distanciamento entre os assistentes sociais e os movimentos provenientes do proletariado.

Referindo-se à Ditadura Militar de 64 é importante lembrar que foi um golpe político, no qual durante 21 anos (1964 a 1985) o governo brasileiro foi comandado por um regime militar. De modo que este processo desencadeou em um intenso período de repressão social, ou seja, violação dos princípios básicos da democracia, censura aos movimentos populares e perseguição política.

Essa forma organizacional de governo causou retrocesso não só na profissão, mas em todos os seguimentos da sociedade, Muitos foram exilados, mortos, perseguidos, torturados e deportados por não estarem de acordo com o regime político ditatorial, sofrendo todo tipo de repressão que proibia a música, a arte, a cultura, a imprensa, como também as manifestações de ruas (FREIRE & CÂNDIDO, 2013, p.356).

Remetendo-se ainda ao significado e sentido histórico do referido golpe político, é digno de nota acrescentar a contribuição de NETTO (2011, p.16), o qual corrobora que:

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte- americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra- revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social).

Em contrapartida, mesmo diante de tamanha repressão advinda do golpe militar, a parcela de profissionais<sup>4</sup> de Serviço Social, bem como docentes e discentes da área, que eram contrários ao movimento ditatorial, não paralisaram internamente a mobilização para uma nova dimensão interventiva ao fazer profissional. De modo que, a partir desse contexto, o Serviço Social caminhou para o início de uma renovação teórico-prática, conferindo-lhe então um processo de ruptura com suas raízes conservadoras, ou seja, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Sobre o referido Movimento de Reconceituação, PIANA (2009, p. 96), tendo por referência BARROS (1997, p.42) e NETTO (2001, p.148), argumenta que:

As restrições da Ditadura Militar, principalmente depois do Ato Institucional nº 5 (Barros, 1997), trouxeram elementos importantes nos rumos tomados pelo Serviço Social em seu processo de renovação. Esses profissionais, mediante o reconhecimento e intensas contradições ocorridas no exercício profissional, que se apoiava na corrente filosófica positivista, de Augusto Comte, questionavam seu papel na sociedade, buscando levar a profissão a romper com a alienação ideológica que se submetera. Suas expectativas e desejos voltam-se para a busca da identidade profissional do Serviço Social e sua legitimação no mundo capitalista. Para tanto, uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares. Quando o modelo filosófico elaborado por Karl Marx, passou a embasar o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, o chamado materialismo Histórico Dialético. É no marco desse movimento que o Serviço Social, abertamente, apropria-se da tradição marxista e o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho no universo profissional (Netto, 2001).

Faz-se necessário, destacar então que, a partir do movimento de Reconceituação, o Serviço Social passou por importantes processos de transformações qualitativas. Sendo estas demarcadas com a aquisição da teoria marxista<sup>5</sup> como base de sua fundamentação teórica que embasa a práxis profissional, e mediante a isso um maior comprometimento com a classe proletária.

<sup>4</sup> NETTO (2011, p.117) explicita que: Deve-se observar que este trato repressivo esteve inserido numa relação altamente seletiva do Estado com a categoria profissional: a ditadura promoveu amplamente os quadros que a serviam e, de fato, nada está mais longe da verdade que imaginar que os assistentes sociais protagonizaram, pelos seus segmentos mais representativos, um papel de relevo na resistência democrática; realmente, o papel oposicionista destes segmentos só começa a se evidenciar sem ambiguidades quando a crise da ditadura já era profunda e parecia irreversível, aparecendo à luz do dia com obviedade por ocasião do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (São Paulo, 1979).

<sup>5</sup> “Nesse modelo, o referencial teórico-científico é o Materialismo Histórico e o referencial filosófico é a Lógica Dialética (ou a dialética materialista), que tem por objetivo estudar as relações que envolvem homem e sociedade, ou seja, a prática concreta, afirmando que, nesta interação, há uma constante transformação, com crescimento quantitativo e qualitativo” (PIANA, 2009, p.96).

No entanto, é fundamental lembrar que o movimento de ruptura do Serviço Social com suas bases conservadoras foi marcado por contradições e complexos embates, devido às resistências ideológicas dos profissionais que rejeitavam as inovações necessárias no bojo das relações profissionais. Algo que contribuiu para várias fases de modernizações conservadoras no cerne das relações e intervenções dos assistentes sociais.

Desse modo, tal como afirma Piana (2009, p. 98):

É nos anos 80 (séc. XX) que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Outras estratégias passam a compor a prática profissional: educação popular, assessoria a setores populares, investigação e ação e principalmente a redefinição da prática da Assistência Social<sup>6</sup>. É no bojo deste debate que o Serviço Social consegue ao longo dos últimos 30 anos, ir definindo uma concepção mais crítica de sua própria inserção no mundo do trabalho, como especialização do trabalho coletivo.

Assim, tomando por referência IAMAMOTO (2010), é fundamental expor que, ao se estabelecer como especialização do trabalho coletivo, o Serviço Social passa a atuar numa perspectiva de transformação social, objetivando uma intervenção na perspectiva dos direitos sociais e humanos. Sendo necessário também, analisar as contradições do sistema capitalista, e, por conseguinte, desenvolver estratégias de enfrentamento de tais contradições, levando em consideração as possibilidades e limites da prática profissional.

A referida autora acrescenta também que um dos maiores desafios para a prática profissional dos assistentes sociais é:

desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e gestão de políticas sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.20-21).

Dadas estas considerações sobre a história do Serviço Social brasileiro e seu desenvolvimento enquanto uma profissão regularizada e reconhecida legalmente diante da sociedade capitalista, é fundamental refletir como os assistentes sociais vêm configurando sua

<sup>6</sup> Sobre a Assistência Social, é digno de nota frisar que esta, diante das bases de sua construção social foi compreendida como ações filantrópicas e benevolentes, ou seja, o mecanismo sistemático da ajuda. Porém, diante das transformações societárias e das relações trabalhistas, a referida Assistência passou por uma redefinição, e a ser responsabilidade do Estado, compreendendo-se assim no âmbito dos direitos sociais e estabelecida como Política Pública.

prática profissional diante do mundo do trabalho, nas instituições, principalmente as públicas e estatais, por serem estas suas maiores contratantes.

Com isso, faz-se necessário pontuar ainda que, no decorrer de seu desenvolvimento, regularização e inovação social, a profissão em estudo, passou a dispor de aparatos legais e conjunturais que fortaleceu seu reconhecimento e visibilidade diante das relações sociais e de trabalho. Sendo que tais aparatos estão materializados no Projeto Ético Político da profissão, no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social.

O projeto ético político do Serviço Social é fruto de uma construção coletiva, decorrente da percepção, por parte dos profissionais, da necessidade de qualificar as suas intervenções profissionais frente às expressões da “Questão Social”, e também firmar de modo mais sólido o compromisso com a classe trabalhadora diante dos desdobramentos da ordem capitalista. GUERRA (2007, p.37 apud PIANA, 2012, p.103) explicita que:

A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade instrumental, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo: a) o novo Código de Ética Profissional de 1993; b) a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993; c) as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; d) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da criança e do Adolescente- ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social-Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990.

Assim, foi diante desse legado histórico e processual que o Serviço Social se desenvolveu como uma profissão inserida no mundo do trabalho. Configurou-se então como uma área profissional que se articula, por exemplo, com as ciências humanas, sociais e políticas, quebrando paradigmas e investindo em produção acadêmica e pesquisa científica. De modo que este avanço progressivo possibilitou aos assistentes sociais a construção de uma identidade profissional e a ocupação em diversos campos de atuação, principalmente nos espaços sócio ocupacionais do Estado, assumindo não apenas um lugar de mero executor de funções, mas como elaborador e gestor de ações materializadas nas políticas públicas e sociais, que objetivam contribuir para o enfrentamento das expressões da “Questão Social”, promoção da igualdade social e efetivação dos direitos humanos. Desse modo, na próxima seção será argumentado mais detidamente a relação estabelecida entre Serviço Social e instituições públicas.

## 2.2 O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: PROCESSOS DE TRABALHO E OS NOVOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

Com base nas argumentações apresentadas na primeira parte deste capítulo, na qual foi feita uma breve abordagem sobre a origem do Serviço Social e sua implementação como profissão regularizada e reconhecida pelo Estado, no contexto histórico da configuração capitalista na sociedade brasileira, será abordado a partir de então o trabalho profissional do assistente social nas instituições públicas e os processos de trabalho em que está inserido. Objetiva-se também argumentar sobre os novos campos de atuação do assistente social, situando assim a Defesa Civil de Salvador/BA como um desses novos campos, para então, no próximo capítulo, apresentar um estudo mais minucioso sobre a atuação da referida categoria profissional neste âmbito de trabalho.

Inicialmente, faz-se necessário retomar a contribuição de IAMAMOTO (2010, p.83-84), a qual ao referir-se à relação Serviço Social e Trabalho, enfatiza que:

Um dos veios analíticos, inaugurado na década de 1980, considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Trata-se de uma das ópticas de abordagem da profissão ao lado de outras, que enriquecem o debate acadêmico plural na consideração das particularidades do Serviço Social: o sincretismo com Netto, - o paradigma da articulação com Faleiros, a identidade profissional com Martinelli, a assistência com Yazbek e Sposati, dentre outros<sup>7</sup>.

Mediante isso, é importante também referir-se sumamente a categoria trabalho, sua relação com o desenvolvimento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais e seu direcionamento à divisão social e técnica do trabalho sob os moldes da produção capitalista.

Sabe-se que os seres humanos desde os tempos mais remotos de sua existência estabelecem relações com os outros elementos da natureza, devido às suas necessidades básicas de sobrevivência (comer, vestir, morar). Desse modo os seres humanos passaram a utilizar os recursos da natureza para produzir coisas e suprir suas necessidades. Com isso, pode-se afirmar que o trabalho faz parte da vida humana, como um processo natural aos

<sup>7</sup>A trajetória histórica do Serviço Social constitui um conjunto plural de contribuições acadêmicas, empreendidas por estes autores mencionados por Iamamoto, e inclusive por ela mesma, que foi uma das primeiras autoras brasileiras a trazer para a referida profissão o diálogo sobre trabalho e Serviço Social, tomando como referencial os textos de Karl Marx. Importante também ressaltar que, este conjunto plural da construção acadêmica do Serviço Social contou e conta com outros autores não citados.

indivíduos, pois o ato de trabalhar, ou seja, imprimir força mental e física na produção ou elaboração de algo, é fundamental para a manutenção da vida.

Marx (2011, p. 211) corrobora que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo- braços e pernas, cabeça e mãos-, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Além disso, vale ressaltar que os humanos, ao transformarem a natureza de acordo com suas necessidades, diferentemente dos outros seres vivos, desenvolvem tal transformação utilizando a sua capacidade de pensar, projetar, imaginar o que se vai obter antes mesmo de chegar ao resultado de sua ação. Com base nisso, reitera-se a referida ressalva através da contribuição de Nunes (2013, p.197), a qual confirma que:

[...] o que permitiu essa transformação da natureza pelo homem foi sua capacidade teleológica, ou seja, a capacidade do homem de prefigurar o resultado de sua ação. Assim, o trabalho passa a ser uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, e não implica o desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelo homem.

Porém, na medida em que o processo de civilização humana e sociabilidade foi avançando, os seres humanos desenvolveram ainda mais a sua capacidade teleológica, apropriando-se mais e mais dos recursos da natureza, e, conseqüentemente, obtendo maior anseio de aperfeiçoar seus mecanismos de transformação sobre ela. De modo que isto perpassou por todas as fases de organização econômico social, até chegar à fase de ordem econômica capitalista, vigente até os dias atuais.

Em busca deste aperfeiçoamento, o homem desenvolveu formas de comunicação, linguagem, sociabilidade, novas habilidades que vão sendo adquiridas no trabalho e terminam por dar origem a conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, dentre outros muito mais sofisticados e distantes daqueles conhecimentos mais primitivos que estão em suas origens. É, portanto, através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal, ou seja, o trabalho é fundante do ser social. E este conhecimento acumulado sobre a natureza permitiu ainda, que o homem, gradativamente, exercesse um domínio sobre ela (NUNES, 2013, p.198).

Tomando por referência Druck (2000), é fundamental frisar que, numa dimensão teórica, os elementos expostos até aqui sobre trabalho referem-se ao seu sentido filosófico. Porém, a referida autora, também explicita que “além do sentido filosófico, o trabalho é

histórico. Isto é, assumiu diferentes formas na história dos homens: o trabalho livre, o trabalho escravo, o trabalho servil, o trabalho assalariado. São diferentes relações sociais e formas de vida constituídas a partir do trabalho que vai mudando” (DRUCK, 2000, p.12).

Complementa-se ainda tais explanações, remetendo-se a NETTO & BRAZ (2012, p.49-50), os quais expressam que:

o surgimento do ser social foi resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza- mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais- seres sociais. Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana- assim, a história aparece como história do desenvolvimento do ser social, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social.

Então, com o processo evolutivo dos indivíduos, constituindo-se como seres sociais, apropriando-se e aperfeiçoando seu domínio pela natureza, o trabalho no seu sentido histórico ganha uma maior vigência. Isto porque os humanos passaram a imprimir sua capacidade mental e força física não apenas para produzir coisas úteis (valores de uso<sup>8</sup>), mas passaram a utilizar sua força de trabalho como valor de troca<sup>9</sup>, transformando seus produtos em mercadorias, que passaram a ser comercializadas, ocorrendo a troca de um produto por outro. Sendo que a partir do modelo de produção capitalista as mercadorias passaram a ser comercializadas através da troca de produtos por dinheiro<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Marx (2011, p. 58) explica que a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é por isso, um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores de uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc[...] O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.

<sup>9</sup> O referido autor explicita que o valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valor de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria.

<sup>10</sup> Explica também que a forma corpórea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma de equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro [...] O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias.

MARX (2011, p.57) aponta que:

a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como as coisas satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Todavia, com o desenvolvimento capitalista, o trabalho passou a estabelecer-se a partir de contrato entre o capitalista e os indivíduos sociais, ou seja, numa relação: capitalismo- força de trabalho humana- mais valia<sup>11</sup>. Relação esta em que os indivíduos para poder sobreviver diante desse novo modelo de sociedade, passou a vender ao capital a sua força de trabalho. Daí o surgimento do trabalho assalariado, no qual a atividade laboral é caracterizada pela troca da força de trabalho por dinheiro (salário).

Granemann (2009, p. 6-7) tomando por base Marx (1988) salienta que:

o contrato é estabelecido entre dois sujeitos no modo de produção capitalista do seguinte modo: de um lado, está o possuidor de dinheiro, dito capitalista, que precisa encontrar no mercado uma mercadoria com características peculiares, especiais, de modo que as coisas produzidas no processo capitalista de produção tenham capacidade de, ao final, alcançarem mais valor do que aquele injetado pelo capitalista na produção no seu momento inicial; de outro lado, está a força de trabalho compreendida por Marx(1988,p.187) como “o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores – de- uso de qualquer espécie”.

Desse modo, foi nesse contexto de transformações laborais submetidas a ordem capitalista, e principalmente com o desenvolvimento da produção industrial, que ocorreu a divisão social e técnica do trabalho, ou seja, a produção passou a ser realizada coletivamente através da divisão de tarefas, a partir de funções específicas e procedimentos. No entanto, tomando por base o sentido cunhado por Marx (2011,p.410), vale dizer que a divisão do trabalho na sociedade<sup>12</sup> acontece por meio “da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho”, através da “dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si”.

<sup>11</sup> “Mais-valia - forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. Resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário” (GRANEMANN, 1999, p.157).

<sup>12</sup> É digno de nota explicitar que “a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade” MARX (2011, p.414). Porém, é sob o modelo de sociedade capitalista que enfatiza-se mais expressivamente a referida divisão social do trabalho.

Somando-se a isto, Iamamoto (2013, p.64), corrobora que:

A divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela. Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser efetuado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores livres e de máquinas no interior da fábrica. Verifica-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores, agora executado por diversos trabalhadores diferentes e por um sistema de máquinas [...].

Diante dessas premissas essenciais, retoma-se a partir de então o diálogo sobre o Serviço Social, situando-o nesse contexto da divisão social do trabalho, argumentando assim sobre sua relação com a categoria trabalho e, por conseguinte sobre a atuação profissional dos assistentes sociais nas instituições públicas.

Inicialmente, para fazer-se a abordagem apontada acima, acrescentando e considerando-se que nesse contexto de divisão social do trabalho, os profissionais de Serviço Social também se constituem como classe trabalhadora e assalariada, recorre-se a Granemann (1999, p.159), a qual assinala que:

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para sua continuidade como o próprio trabalho operário. De tal modo, isto é possível constatar no movimento do real, que não foi tão somente o Serviço Social que surgiu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Acompanharam-no, por exemplo, os surgimentos da engenharia de produção, da propaganda (e de outras ligadas à comunicação) e do conhecimento da subjetividade humana.

Uma das explicações para a argumentação acima é que através da divisão social do trabalho, culminando assim na separação de tarefas entre os trabalhadores, e atrelando-se também ao desenvolvimento industrial e tecnológico, as profissões surgiram com direcionamentos divididos também<sup>13</sup>. Sendo algumas demandadas “para o trabalho direto na esfera produtiva, outras para atividades ligadas à reprodução e outras para desenvolverem atividades nestes dois âmbitos da vida social” (GRANEMANN, 1999, p.159).

<sup>13</sup> Tomando por base MARX (2011), vale ressaltar que a divisão social do trabalho na sociedade capitalista culminou também na separação entre trabalho manual e intelectual, ou seja, o trabalho industrial ligado aos centros urbanos e o trabalho agrícola realizado no campo. Demarcando-se assim o processo histórico das desigualdades sociais advindas da lógica capitalista.

No que tange ao Serviço Social, sabe-se que é uma profissão em que seus agentes não atuam produzindo mais valia, diretamente na produção das riquezas do capital, mas que está inserida na produção e reprodução das relações sociais, através de uma interação com a classe trabalhadora, no desenrolar de sua vida diante do trabalho assalariado. Interação esta que inicialmente ocorria na lógica de controlar a revolta dos trabalhadores diante da exploração de sua força de trabalho pelo capital, mas que diante do movimento de ruptura com as bases conservadoras da profissão, os assistentes sociais, passaram a interagir aos proletários de modo articulado reconhecendo-se também como partícipe da classe assalariada.

Nessa direção, Yamamoto (2012, p.78) explicita que:

a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias – primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade.

Desta forma, para situar o Serviço Social como trabalho, é importante pensar como esse ato laborativo é materializado, ou seja, tomar conhecimento sobre o que o assistente social produz e qual o seu papel na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais. Assim, para tal reflexão indagativa, a autora supracitada expõe que:

Os estudos clássicos, no âmbito da tradição marxista, abordam o trabalho sob dois ângulos indissociáveis: do ponto de vista do trabalho concreto, isto é, das características materiais particulares que o tornam um trabalho útil e moldam as formas particulares assumidas pelos componentes presentes em qualquer processo de trabalho: os meios ou instrumentos, a matéria prima e a própria atividade. Aí se acentuam os aspectos qualitativos desse trabalho, o seu valor de uso. Mas os mesmos elementos podem ser abordados de um outro ponto de vista, da quantidade de trabalho socialmente necessário que contém materializado, independentes da sua forma material útil que assumem. Aí o destaque são os valores, que se expressam na troca de mercadorias equivalentes, medidos pelo tempo. Em outras palavras, nesta sociedade tanto os elementos constitutivos do processo de trabalho como o seu produto não são apenas objetos úteis, são também, valores de troca. Vive-se a sociedade da mercantilização universal, em que toda atividade tende a ingressar no circuito do valor, passível de ser comprado e vendido (IAMAMOTO, 2010, p.66).

Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que o trabalho do assistente social parte basicamente da esfera do trabalho concreto<sup>14</sup>, no qual tem na “Questão Social” o seu objeto de atuação, ou seja, a matéria prima de sua intervenção profissional. Sendo que a partir dessa matéria prima, das múltiplas expressões por ela apresentada, é que o Serviço Social direciona suas ações nas condições de vida dos sujeitos sociais e, conseqüentemente, na reprodução de sua força de trabalho. Força de trabalho esta que, de acordo com a autora referenciada:

é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar trabalho é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que ela custou. É ela que está no centro do segredo da criação da riqueza social na sociedade capitalista. E o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade (IAMAMOTO, 2010, p.67).

Assim, é importante explicar que nesse contexto das condições materiais e sociais da vida da classe proletária, no início da trajetória histórica como uma profissão na sociedade brasileira, o Serviço Social atuava muito mais diante dos efeitos das condições materiais dos indivíduos. Porém, como abordado no início deste capítulo, a organização da classe trabalhadora mobilizando-se contra a sociedade burguesa em prol de melhores condições de vida e trabalho, pressionando o poder estatal a ter responsabilidade sob a “Questão Social”, e a própria mobilização da categoria profissional de assistentes sociais buscando repensar suas práticas através do movimento de reconceituação, influenciaram para que a ação dessa categoria começasse a ter repercussão na sociedade, ou seja, a provocar efeitos nas condições sociais do público alvo de sua intervenção.

Tais efeitos nas condições sociais estão expressos quando o assistente social passa da perspectiva puramente material, como por exemplo, ao viabilizarem o acesso a objetos úteis ao trabalhador, para que continue inclusive a desempenhar suas funções sem atingir negativamente a produção, para o envolvimento com a atuação frente as políticas sociais

<sup>14</sup> É fundamental salientar que trabalho implica em processos de trabalho, os quais requerem uma matéria prima ou objeto, meios ou instrumentos que os indivíduos utilizam para obter os resultados de sua atividade laboral. Granemann (1999), aborda sobre os diferentes processos de trabalho associando-os ao trabalho concreto e o trabalho abstrato.

destinadas à saúde, educação, moradia, ou seja, contribuindo para a diminuição da violação dos direitos sociais, e portanto na luta contra a desigualdade social.

Nesse sentido, IAMAMOTO (2012, p.123) reitera que:

o assistente social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos a saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social.

Mediante a esses elementos apresentados aqui, pode-se então refletir indagativamente como o trabalho do assistente social é desenvolvido nas instituições capitalistas, especialmente nas que são regidas pela esfera estatal, a qual configura-se como o espaço sócio ocupacional que mais requisita a intervenção do Serviço Social.

o Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestações de serviços à população. A profissão se consolida, então como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica (IAMAMOTO, 2012, p.86).

Tal como outras profissões instituídas e desenvolvidas na divisão social do trabalho sob o desenvolvimento e expansão da produção capitalista, o Serviço Social brasileiro é regulamentado como uma profissão liberal. Trabalho liberal este que concede ao profissional a realização independente do seu exercício laboral. Porém, a condição de trabalhador assalariado do assistente social, diante da regulamentação do Estado, se contrapõe ao seu reconhecimento como trabalhador liberal, não lhes permitindo na prática de suas atividades serem considerados profissionais autônomos.

Sobre este contraponto ao caráter liberal do Serviço Social como profissão, Yazbek (2009, p.11) argumenta reiterando que:

é, pois, na trama das relações sociais concretas, na história social da organização da sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de

profissionalização e assalariamento. Como mediação, neste processo, o Serviço Social vai se inserir, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, ultrapassam sua vontade e intencionalidade. Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da “questão social”, vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do trabalho pela portaria n.35 de 19 de abril de 1949.

No entanto, esses fatores envoltos ao Serviço Social conferem aos seus agentes profissionais uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho diante das instituições contratantes, pois, tomando por base as contribuições de Yamamoto (2012, p.87), é importante clarificar que apesar de não disporem de uma prática totalmente autônoma, ela não elimina completamente “certos traços que marcam uma prática liberal”. De modo que estes traços estão presentes na criação do Código de Ética Profissional; no Projeto Ético Político da profissão; na Lei que a regulamenta; na implantação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), os quais são aparatos norteadores e fiscalizadores da prática profissional; e também na “existência de uma relação singular no contato direto com os usuários”, reforçando assim, “um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional”.

Além disso, a referida autora acrescenta a existência de outro traço que pode delinear a prática liberal ao trabalho do assistente social, o qual está expresso na:

Indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de uma ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática. Resta salientar ainda que a definição jurídica do Serviço Social como profissão liberal abre possibilidades de seu exercício independente, apesar de serem restritas tais experiências ante o panorama do mercado de trabalho especializado no país (IAMAMOTO, 2012, p.87).

É diante dessa conjuntura marcada por contradições, complexidades e de indefinição ou fluidez mencionados acima, que o assistente social passou a ser requisitado a realizar seu trabalho, em maior instância contratado pelo Estado.

Nesse sentido, o campo de trabalho do assistente social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que vão definir as condições concretas do exercício profissional. O serviço social assume, neste contexto, um lugar no quadro das profissões justificado e legitimado particularmente pelo crescimento das

instituições públicas geridas ou subsidiadas pelo Estado, que conforme pesquisas recentes, até os dias de hoje, mantém a posição de maior empregador dos assistentes sociais no país (YAZBEK, 2009, p.12).

Isso significa que o Serviço Social em seu processo de institucionalização e profissionalização, em que os assistentes sociais tornaram-se também classe assalariada, passou de uma perspectiva de ação filantrópica e de caridade para trabalhar nas políticas sociais, as quais são geridas tanto pelo Estado quanto por esferas não estatais. Porém, ao longo da trama histórica das relações sociais em torno do trabalho e do desenvolvimento social do Brasil, o percurso de tais políticas teve destaque pela atuação estatal em sua fomentação. Justificando assim o maior interesse deste em demandar a intervenção do Serviço Social.

O Serviço Social se institucionaliza e legitima como profissão, extrapolando suas marcas de origem no interior da igreja, quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivada através da prestação de serviços sociais implementados pelas grandes instituições; com isso, as fontes de legitimação do fazer profissional passam a emanar do próprio Estado e do conjunto dominante. O Estado não é compreendido aqui, como um Estado acima das classes, e nem como representante exclusivo dos interesses da burguesia. Como centro de exercício do poder político, a noção de Estado é inseparável da dominação. Porém, importa reter que esta dominação é, essencialmente, contraditória, o que Kowarick traduz na noção de “pacto de dominação”. De um lado, porque as classes burguesas não são homogêneas: no interior do bloco dominante existem contradições secundárias entre suas frações, na busca de se apropriarem de maior parcela possível do excedente criado pelas classes trabalhadoras sob as formas de lucro industrial, comercial, juros e renda da terra; de outro lado, se o Estado exclui as classes dominadas, tem de levar em conta alguns de seus interesses, seja devido à luta de classes, seja às próprias necessidades do processo de acumulação. Porém, tais interesses só são incluídos nas políticas do Estado se não afetam substancialmente os interesses da classe capitalista como um todo (IAMAMOTO, 2013, p.110-111).

Assim, vale explicar que neste cenário de correlações de forças, expressos na argumentação da autora supracitada, as políticas sociais surgiram e se configuraram como espaço fundamental ao trabalho do assistente social, principalmente nas instituições públicas estatais.

Conforme salientam Almeida & Alencar (2011.p.63-64):

As políticas sociais se originam de um conjunto de respostas historicamente elaboradas pelo Estado no enfrentamento da questão social que, do ponto de vista econômico, expressam um conjunto de ações dirigidas para a manutenção, dentro de limites que não comprometa a própria lógica da acumulação crescente do capital, patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora. Ideologicamente, cumprem a função de realizar esse processo de redistribuição de parte da riqueza socialmente produzida, de modo a produzir mecanismos de estabelecimento de consenso social junto àqueles que, participando da produção dessa riqueza, não usufruam seus benefícios, assim como em relação àqueles que fora da esfera da produção possam permanecer, temporária ou estruturalmente, sem que se comprometa a continuidade

desse modo de produção. Resultam, portanto, de respostas sociais às disputas políticas em determinado estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, quando a organização da classe trabalhadora produz não apenas a entrada em cena de um sujeito social, mas de um sujeito político, que cobra seu reconhecimento pelo Estado enquanto instância de regulação dos conflitos sociais.

Com base nisso, pode-se afirmar que, historicamente, o Estado, objetivando amenizar os conflitos entre as classes fundamentais ao capitalismo e manter o desenvolvimento da produção econômica vigente, absorveu o trabalho dos assistentes sociais, com a finalidade de serem para o aparato estatal promotores de consenso.

Consenso este que era materializado nas ações assistencialistas regulamentadas pelo Estado e desenvolvidas, majoritariamente, pelos assistentes sociais, através da prestação de serviços sociais. Sendo que estes serviços eram destinados aos trabalhadores como um complemento para a manutenção de suas vidas, diante de suas condições assalariadas, com remuneração incapaz de dar conta de suas necessidades mais básicas de sobrevivência.

Desta forma, IAMAMOTO (2009, p.68) reitera que:

nenhuma sociedade sobrevive apenas à base de coerção, mas para sobreviver tem de criar consensos de classes, base para construir uma hegemonia na vida social. O assistente social é um dos profissionais que está nesse “mar de consensos”. Por exemplo, uma de suas requisições clássicas- criar um comportamento produtivo da força de trabalho na empresa- hoje se atualiza no sentido de criar um consenso em torno dos programas de qualidade total, do alcance de metas de produtividade, da garantia de padrões de qualidade dos produtos.

Ainda tomando por base a autora mencionada, é importante expor que em outra óptica, diferenciada da que foi exposta acima, levando em consideração o percurso do Serviço Social no movimento de reconceituação da profissão e renovação das práticas profissionais dos assistentes sociais, possibilitou que estes atuem hoje, diante de políticas sociais voltadas para a saúde, assistência social, direitos das crianças e adolescentes, entre outros.

Os profissionais estão, também, contribuindo para a criação de formas de um outro consenso- distinto daquele dominante- ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/ gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p.69).

Partindo então deste debate, é importante expor que as políticas sociais de cunho assistencialistas empreendidas nos serviços sociais passaram a ser configurada na perspectiva do direito, quando a classe trabalhadora e grupos sociais mais subalternizados obtiveram

reconhecimento como cidadãos de direitos, os quais devem ter acesso a igualdade social entre si.

[...] a luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo. São antecidos pelas leis beneficentes que tratavam as reivindicações dos pobres como alternativa aos direitos dos cidadãos. No Brasil, os direitos sociais que dão substrato à noção de cidadão começam a se expandir para as classes trabalhadoras à medida que o Estado passa a assumir progressivamente os encargos sociais em face da sociedade, respondendo às lutas da classe operária, quando esta marca presenças no cenário político da sociedade no contexto do aprofundamento do processo de industrialização (IAMAMOTO, 2013, p.112).

Vale destacar que a gestão das políticas sociais na esfera estatal sendo direcionada para promover a igualdade social, no campo prático é imbuída de contradições, pois o Estado reforça a divisão social de classes, através de investimentos precários nas políticas, as quais, no sentido inicial de sua trajetória histórica, foram destinadas às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Almeida & Alencar (2011, p.64) acrescentam que:

As políticas sociais encerram uma decisiva e central contradição: elas integram os esforços políticos, econômicos e ideológicos de não reconhecimento da classe trabalhadora como sujeito que produz a riqueza social e que dela não se apropria e, ao mesmo tempo, constituem formas históricas e concretas por meio das quais se produzem o reconhecimento e a incorporação dos direitos sociais dessa mesma classe. Deste modo, as políticas sociais ao mesmo tempo em que são determinadas pela contradição que movimenta a sociedade capitalista, potencializam um conjunto de contradições que materializam territorialmente na cidade os contornos da relação Estado e a sociedade civil, um campo de diferentes lugares e possibilidades de exercício do poder, em conjunturas históricas particulares.

Tomando por base Raichelis (2009), vale destacar que é neste terreno da política social e de suas respectivas relações contraditória que o mercado de trabalho se expandiu para o Serviço Social brasileiro, sendo os assistentes sociais um dos profissionais mais solicitados a executar tais políticas.

“Como assinala NETTO (2005, p.74), “prioritariamente no patamar terminal da ação executiva”, onde o assistente social é convocado a realizar as mais variadas atividades na administração de recursos e implementação de serviços, considerando a tendência cada vez maior de setorização da política social (*políticas sociais no plural*) e a capilaridade que os serviços sociais e assistenciais assumem para gerir as demandas do capital e das massas trabalhadoras” (RAICHELIS, 2009, p. 4).

Assim, as políticas sociais são um dos principais mecanismos de intervenção dos assistentes sociais na esfera pública, e embora estas apresentem fragilidades e precarizações nos serviços sociais públicos disponibilizados, são também as vias de acesso para a classe trabalhadora terem suas necessidades supridas. Entretanto, ao se referir às políticas sociais, é

necessário frisar que, apesar delas terem uma dimensão pública e maior amplitude diante da responsabilidade do Estado, este não é o único que as implementa.

Conforme salienta Raichelis (2009, p.4):

a centralidade do Estado, na análise das políticas sociais, não significa reduzi-las ao campo de intervenção estatal, uma vez que para sua realização participam organismos governamentais e privados que estabelecem relações complementares e conflituosas, colocando em confronto e em disputa necessidades, interesses e formas de representação de classes e de seus segmentos sociais.

Desta forma, no que tange a relação das políticas sociais na área pública, constituindo-as, portanto como política pública<sup>15</sup>, Almeida & Alencar (2011, p. 65) reforçam que:

A afirmação do conjunto das políticas sociais em sua dimensão pública não decorre diretamente das ações do Estado, embora seja seu principal promotor, e tampouco do reconhecimento de sua inscrição apenas aos circuitos de controle social das classes dirigentes sobre a classe trabalhadora, mas como produto histórico de uma luta entre projetos societários distintos, assumindo assim, também, um significado estratégico nos processos de reconhecimento dos direitos das classes subalternizadas [...].

A partir dos argumentos expostos, pode-se identificar que o trabalho do assistente social sob a órbita do Estado capitalista pode ocorrer em vários espaços sócio ocupacionais em que estão presentes direta ou indiretamente as políticas sociais e públicas. De modo que, o Estado capitalista compreende:

certo número de instituições- o governo (executivo) nos níveis central e subnacionais, a administração pública, as forças militares, de segurança e policiais, os sistemas judiciário e legislativo nos seus diferentes níveis de poder-, que compõem em conjunto a arena de conflitos e a condensação de forças políticas denominadas Estado (RAICHELIS,2009,p.5).

Todavia, pontua-se que, nesse contexto histórico, as áreas que mais absorveram o trabalho dos assistentes sociais foram a área da saúde e da assistência social, principalmente quando esta última passou a ser reconhecida como política pública e inserida na seguridade social, formando o tripé- saúde/assistência/previdência.

<sup>15</sup> “Ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública, isto é, um tipo, dentre outros, de política pública. Ambas as designações (política social e política pública) são policies (políticas de ação), integrantes do ramo de conhecimento denominado de policy science, só que a política social é uma espécie de gênero política pública (public policy)” [...] PEREIRA (2008, p.173 apud ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p.66).

Acerca disto, Iamamoto (2009, p.124) reitera que a assistência social é o espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais, a qual:

foi reconhecida pela carta constitucional de 1988 como política pública, parte do tripé da seguridade social, ao lado da saúde e previdência. A municipalização das políticas públicas vem redundando em uma ampliação do mercado profissional de trabalho. Abriam-se novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, representando uma ampliação das possibilidades de trabalho profissional. Um dos mecanismos privilegiados foram os Conselhos de Saúde, Assistência Social e Previdência, nos níveis nacional, estadual e municipal, assim como os Conselhos Tutelares e Conselhos de Defesa de Direitos dos segmentos prioritários para a assistência social: Criança e Adolescente, Idoso e Deficiente.

O mercado de trabalho para os assistentes sociais na esfera estatal, também envolve outros campos, como da habitação, saneamento, educação e o sociojurídico, os quais dispõem de políticas públicas que os tratam de modo peculiar. De modo que, ao longo das transformações societárias e conseqüentemente dos novos contornos diante de tais políticas, emergiram para as profissões da área social, tais como é o Serviço Social, diferentes espaços sócio ocupacionais onde as políticas sociais se desdobram em novas políticas e são trabalhadas, principalmente, de modo descentralizado e intersetorial, situando-se como exemplo, o âmbito da Defesa Civil brasileira, a qual configura-se como uma área de atuação nova ao Serviço Social.

Segundo Almeida & Alencar (2011, p. 75):

as políticas públicas, ao mesmo tempo em que fragmentam a realidade social, estabelecendo recortes por ciclos de vida e categorias sociais (crianças, adolescentes, jovens, mulher, trabalhador e idosos), ou por áreas (saúde, educação, habitação, assistência entre outras), apresentam também investimentos que procuram reconstituir algumas unidades, sobretudo a partir de ações ou instância de coordenação intersetoriais. A partir da Constituição de 1988, elas ganham uma nova arquitetura institucional que se estrutura em sistemas unificados que articulam as ações e responsabilidades entre os distintos entes governamentais (governos federal, estadual e municipal) e entre o Estado e a sociedade civil. Em seus diferentes níveis governamentais, assim como nas etapas de planejamento, execução e avaliação, são demandadas a criação de instâncias e processos de coordenação dos programas, serviços e ações que o compõem.

Ao se tratar do Serviço Social e seus diferentes campos de atuação frente às políticas públicas, é preciso compreender e refletir como se dá a inserção dos assistentes sociais nestes espaços institucionais, quais as demandas impostas, e de que forma os profissionais conseguem, em meio a correlação de forças que envolvem a dinâmica do trabalho na conjuntura capitalista, cumprir os deveres da profissão, no sentido de firmar seu compromisso

ético político com os sujeitos sociais que solicitam seus serviços, e nas estratégias para a legitimação do seu trabalho e reafirmação do projeto ético político da profissão.

Deste modo, faz-se necessário argumentar, a partir da contribuição de Almeida & Alencar (2011, p. 141) que:

a abordagem sobre a ação profissional nos marcos desta reflexão está apoiada na compreensão de que o trabalho do assistente social integra processos de trabalho coletivo no âmbito de estabelecimentos públicos e privados (ONGs, instituições filantrópicas, empresas capitalistas, fundações empresariais, associações e entidades de classe) que prestam diretamente serviços sociais ou atuam nos processos de assessoria, planejamento, controle e intermediação dos mesmos. Reconhecendo a autonomia técnica do trabalho do assistente social e o fato de que se trata de uma ação profissional regulada por um código de ética e por um conselho profissional (Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social), regulamentada por uma legislação específica (Lei n. 8. 662, de 7 de junho de 1993) e sustentada num projeto de formação profissional (Diretrizes para o curso de Serviço Social aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social<sup>16</sup> em 8 de novembro de 1996), pensar a ação profissional requer identificar também as determinações que estruturam o próprio trabalho na sociedade e suas mediações em relação à esfera dos serviços.

Falar em processos de trabalho coletivo remete a pensar também sobre quais desafios que os profissionais de Serviço Social encontram para efetivar suas ações, definir com clareza o significado social de seu trabalho e lutar por seus próprios direitos enquanto sujeitos partícipes da classe assalariada, diante da realidade cotidiana institucional em que estão inseridos, juntamente com outras categorias profissionais.

considerar os processos de trabalho em que se insere o assistente social exige necessariamente pensá-los sob esta dupla determinação: a do valor de uso e do valor, isto é, como processo de produção e de produtos ou serviços de qualidades determinadas e como processo que tem implicações ao nível da produção ou da distribuição do valor e da mais valia. Mas exige também considerar que, sendo a maior parte do trabalho do assistente social realizada no interior do aparelho de Estado- nos níveis federal, estadual ou municipal-, nem sempre existe uma conexão direta entre trabalho e produção de valor. Se esta conexão pode ser identificada nos processos de trabalho de empresas capitalistas- visto que o profissional atua diretamente com o trabalhador ou com a reprodução da força de trabalho, elemento vital do processo de valorização-, o mesmo não ocorre na esfera da prestação de serviços públicos em que a conexão que possa ser estabelecida passa pela

<sup>16</sup> “Hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)”- ALMEIDA & ALENCAR (2011).

<sup>17</sup> “O fundo público refere-se à parte da riqueza social, que o Estado recolhe sob a forma de tributos e outras contribuições e redistribui parcela dessa mais-valia social por meio das políticas sociais” (IAMAMOTO, 2009, p.70).

distribuição de parcela da mais-valia social metamorfoseada em “fundo público”<sup>17</sup> (IAMAMOTO, 2009, p.102-103).

Desse modo, a inserção dos assistentes sociais nas instituições públicas estatais envolve processos de trabalho coletivos que ocorrem mediante a intervenção profissional por meio da elaboração, gerenciamento, articulação e execução das políticas públicas, materializadas nos serviços sociais destinados aos usuários. Tais processos envolvem também a “função política, ideológica e econômica do Estado em relação aos processos de distribuição do valor materializado na forma de Serviços Sociais como expressão dos direitos sociais” (ALMEIDA & ALENCAR, 2011 p.146).

Sendo que a responsabilidade ou não do Estado frente às políticas públicas, ou seja, o perfil que ele assume na gestão destas, implicando em maiores ou menores investimentos que assegurem os direitos sociais, refletem nas condições para a realização do trabalho do assistente social nesse espaço do fazer profissional.

as ações profissionais no âmbito das instituições públicas estatais experimentam processos contraditórios de retração e ampliação, tanto das possibilidades efetivas de inserção no mercado de trabalho quanto no que se refere às suas atribuições. As atividades mais rotineiras de orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias não perdem centralidade, mas oscilam em ritmo, eficácia de sua capacidade resolutiva e magnitude, como decorrência da ampliação dos programas de cunho governamental voltados para o “fortalecimento” da função protetiva das famílias sem o suporte material e institucional necessário ao alcance deste objetivo. Enquanto as ações de formulação, administração e avaliação de projetos, programas e políticas públicas, mobilização social e desenvolvimento de práticas educativas passaram a ser requisitadas seja em função da densidade que assume a efetiva gestão e operacionalização das políticas públicas na realidade local, em função da tendência, marcadamente contraditória, dos processos de descentralização, seja pela necessidade teórica e política de ampliação do alcance do trabalho profissional como forma de sintonizá-lo aos processos societários e institucionais de consolidação dos direitos sociais (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p.148- 149).

Mediante a essas pontuações acerca dos elementos históricos do Serviço Social brasileiro, como profissão instituída na sociedade capitalista, e de sua relação de trabalho com a esfera pública, principalmente através das políticas sociais, é que se pode então refletir sobre como a profissão está inserida nas instituições públicas, em seus diferentes espaços sócio ocupacionais. De modo que para isso, tem-se como elemento expositivo a problematização sobre a realidade do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador/BA.

### 3. O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL DE SALVADOR

Neste terceiro capítulo, apresenta-se, inicialmente, o histórico da Defesa Civil no Brasil e em Salvador, com objetivo de contextualizar sobre este âmbito profissional, trazendo informações sobre sua implementação como um espaço sócio ocupacional de intervenções sociais. Sendo pertinente também identificar e expor os aparatos legais que compõem a organicidade da instituição, tais como as legislações, normas e diretrizes.

Em seguida, será realizada uma abordagem sobre o Serviço Social na Defesa Civil de Salvador/BA, enfatizando seu histórico na instituição, com o propósito de situar como se deu a inserção da referida profissão no âmbito da Defesa Civil no Brasil e especialmente em Salvador. Busca-se explicitar as atribuições e principais demandas profissionais das assistentes sociais nesta instituição, apresentando os principais procedimentos realizados e instrumentos fundamentais utilizados pelas assistentes sociais.

Na última seção deste capítulo, dialoga-se sobre o trabalho do assistente social diante da Questão Socioambiental, pois compreende-se que o âmbito da Defesa Civil está incluso nesta ampla questão. Portanto, é relevante destacar a contribuição teórica de alguns autores que abordam sobre a importância da intervenção do Serviço Social nas temáticas que envolvem a questão socioambiental, e conseqüentemente defendem uma melhor qualificação e inserção de assistentes sociais frente a estas temáticas.

#### 3.1 HISTÓRICO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL E EM SALVADOR/BA

Segundo dados da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil,

as primeiras ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigidas à população, tanto no Brasil e como no resto do mundo, foram realizadas nos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. O primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra que instituiu a CIVIL DEFENSE (Defesa Civil), após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, quando foram lançadas toneladas de milhares de bombas sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, causando milhares de perdas de vida na população civil (BRASIL-MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

As primeiras ações de proteção e segurança no contexto de Defesa Civil no Brasil começaram a ser tratadas em 1942, após acontecimentos como: o afundamento dos navios militares Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo no litoral de Sergipe e do vapor Itagiba

torpedeado pelo submarino alemão U-507, no litoral do estado da Bahia, os quais deixaram como vítimas fatais tripulantes e passageiros civis, entre eles mulheres e crianças. Em razão disso, a população brasileira foi

às ruas exigindo do governo uma resposta imediata aos ataques, que culminou com a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália e a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, em agosto de 1942. Em 1943, a denominação de Defesa Passiva Antiaérea é alterada para Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Este órgão é extinto em 1946, bem como, suas Diretorias Regionais criadas nos Estados, Territórios e no Distrito Federal (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

Atualmente, em caráter mundial, a Defesa Civil está organizada em sistemas abertos contando com a participação dos governos locais e da população no investimento das ações preventivas e de resposta aos desastres, norteadas pelo princípio da Defesa Comunitária. Referindo-se ao contexto brasileiro, entre 1966 e 1967, o país estruturou suas ações em Defesa Civil, por ocorrência de fortes chuvas que atingiram a região Sudeste, resultando em enchentes no Estado da Guanabara e deslizamentos na Serra das Araras/RJ e Caraguatatuba/SP. Mediante a isto,

foi constituído um Grupo de Trabalho, no âmbito do Estado da Guanabara, com a finalidade de estudar a mobilização dos diversos órgãos estaduais em casos de catástrofes. Este grupo elaborou o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara que criou as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC definiu atribuições para cada órgão componente do Sistema Estadual de Defesa Civil e organizou a primeira Defesa Civil Estadual do Brasil. Em consequência das fortes chuvas que assolaram a região Sudeste e da seca no Nordeste entre 1966 e 1967, foi criado, em 1967, o Ministério do Interior com a competência, entre outras, de assistir as populações atingidas por calamidade pública em todo território nacional (BRASIL-MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

De acordo com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no final da década de 1960, foram constituídos o Ministério do Interior; o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP) com a responsabilidade de prestar assistência a defesa contínua contra as calamidades públicas. O propósito de pensar a Defesa Civil como estratégia para redução de riscos de desastres ocorreu através do Decreto nº 97.274, de 16 de dezembro de 1988, organizando assim pela primeira vez o Sistema Nacional de Defesa Civil.

um ano depois a Assembleia Geral da ONU, realizada em 22 de dezembro, aprovou a Resolução 44/236, que estabelecia o ano de 1990 como início da Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN). O objetivo central da campanha era a redução de perdas de vidas, danos e transtornos socioeconômicos,

especialmente nos países em desenvolvimento, provocados por desastres naturais como escorregamentos, terremotos, erupções vulcânicas, tsunamis, inundações, vendavais, seca e desertificação, incêndios, pragas, além de outras calamidades de origem natural (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

Os dados informados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil pontuam também que, para cumprir a Resolução 44/236, foi elaborado no Brasil um Plano Nacional de Redução de Desastres para a década de 1990. O qual determinava metas e programas a serem alcançados até o ano 2000, e que foi materializado por meio da Política Nacional de Defesa Civil. A referida Política está pautada em quatro pilares: prevenção, preparação, resposta e reconstrução, de maneira que, além das metas abarcadas nesta, o plano nacional supramencionado previa também:

a reestruturação da SEDEC como Secretaria Especial de Defesa Civil; a classificação, tipificação e codificação de desastres, ameaças e riscos, embasados na realidade brasileira (O Codar codificou e caracterizou 154 desastres possíveis de ocorrer no Brasil); a organização dos Manuais de Planejamento em Defesa Civil; a criação de um programa de capacitação em desastres, com o enfoque na preparação de gestores nacionais, estaduais, municipais e de áreas setoriais para atuarem em todo o território nacional (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTERGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

Com base nisso, a partir da década de 2000 a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) direcionou sua atuação ao gerenciamento dos desastres e a capacitação de agentes locais de Defesa Civil. Já em 2009, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, tendo como uma das pautas principais a importância do fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil municipais.

Desse modo, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, destaca que, na segunda dezena do século XXI, houve a retomada dos princípios de redução de desastres. Sendo estes subsidiados por ações como: a implantação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil; a construção do Banco de Dados de Registros de Desastres; o mapeamento dos riscos de desastres no Brasil; confecção do Atlas Brasileira de Desastres Naturais; aprovação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNDEC); implantação do sistema de informações e monitoramento de desastres; organização do Sistema Nacional de Proteção

Civil (SINPDEC) e a realização da Segunda Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil<sup>18</sup>.

Desta forma, no contexto brasileiro, as ações de proteção e defesa civil são norteadas pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), o qual é formado por órgãos e “entidades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa nas áreas de proteção e de defesa civil” (BRASIL- MINSISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2016).

O referido sistema tem como aparato legal a Lei n. 12.608 de 10 de abril de 2012, a qual determina que é dever da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, desenvolver ações e medidas que reduzam riscos de desastres e calamidades públicas. Devendo então adotar ações de proteção e defesa civil em seus planejamentos.

A secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil vem incentivando, em parceria com os Estados, a implantação de órgãos municipais de proteção e defesa Civil, responsáveis pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de proteção e defesa civil no município. É de grande importância a criação de um órgão específico que trate da gestão de risco e da gestão do desastre no município, porque é no município que os desastres acontecem e a ajuda externa normalmente demora a chegar (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016).

Outro fator importante é a participação da população nas ações referentes à proteção e defesa civil. Sendo que para que isso ocorra, os órgãos responsáveis por estas ações, principalmente os municipais, devem se articular com a população para que estes conheçam os conteúdos de proteção e defesa civil, ou seja, saibam o que fazer e como fazer diante de situações de desastres e calamidades.

A principal atribuição do órgão municipal de proteção e defesa civil é conhecer e identificar os riscos de desastres no município. A partir deste conhecimento é possível preparar-se para enfrenta-los, com a elaboração de planos específicos para prevenir e mitigar os riscos de desastres, prepara para a redução dos desastres, responder e recuperar os efeitos dos desastres. Mas somente planos bem elaborados pelos órgãos de governo não são suficientes. É preciso que a comunidade participe das atividades de proteção e defesa civil no município, organizando-se em Núcleos de proteção e Defesa Civil que irão auxiliar o órgão municipal, desde o planejamento até a execução das ações de defesa civil (BRASIL- MINSITÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016).

<sup>18</sup> A 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNDC) no Brasil foi realizada em 2014. Segundo dados do Relatório final da referida CNDC, esta “foi convocada em 2013 com o propósito de dar sequência à 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária-1ª CNDC, realizada entre 2009 e 2010. Desde o processo conferencial da 1ª CNDC, ocorreram mudanças significativas na área da Defesa Civil no Brasil” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Brasília, Janeiro de 2015).

Desta forma, vale destacar também que todas as ações de proteção e defesa civil no Brasil, norteadas pelo SINPDEC, como foi mencionado anteriormente, tem também na recente Política Nacional de Proteção e Defesa Civil um importante aparato.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil- PNPDEC, instituída pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2012, traz os princípios, os objetivos e instrumentos de como a gestão de risco de desastres e a gestão de desastres serão implementadas no Brasil, com o propósito de assegurar condições sociais, econômicas e ambientais adequadas para garantir a dignidade da população e garantir a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016).

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional (2016) a PNPDEC, possibilitou inovações no âmbito da Defesa Civil nacionalmente, tais como:

Integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável; Elaboração e implantação dos Planos de Proteção e Defesa Civil nos três níveis de governo, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo; Sistema Nacional de informações e Monitoramento de Desastres; Profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes de proteção e defesa civil; Cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; Inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio dos princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental, entre outras (BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016).

Com base nessas informações acerca da Defesa Civil no Brasil, pode-se agora abordar sobre a Defesa Civil de Salvador/BA, a qual funciona na referida cidade como órgão público vinculado à Prefeitura Municipal e, regulamentada como órgão permanente através do Decreto nº5.596 de 31 de maio de 1978.

Na Bahia, em 1968 foi criada a Coordenação Estadual de Defesa Civil- CORDEC no âmbito do estado. No município, em 1976 foi criada a Comissão de Defesa Civil, em caráter não permanente, para atuar na ocorrência de eventuais desastres. Em 1978, passou à Comissão Permanente. Desde então pertenceu a vários órgãos e a partir de 2013, passou a fazer parte da estrutura da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil, atuando de forma preventiva e emergencial, desenvolvendo trabalhos que resultem na atenuação ou redução dos riscos específicos de cada situação, seja por meio de providências imediatas ou por encaminhamento aos órgãos operacionais municipais, estaduais e federais (SALVADOR, 2014, p.6).

Tradicionalmente, a instituição é conhecida como CODESAL, pois conforme os dados apresentados anteriormente, quando implantada era uma Comissão de Defesa Civil e posteriormente, até o início do ano de 2016, funcionou como uma Coordenadoria Municipal

pública- governamental, e atualmente funciona como uma Diretoria Geral<sup>19</sup> da Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (SINDEC).

Desde a sua criação, a CODESAL presta atendimento à população, com o objetivo de promover segurança através de ações que reduzam os desastres na cidade de Salvador. De modo que tais desastres são com maior frequência decorrente de períodos de chuvas intensas no município. As ações desenvolvidas além de serem legalmente subsidiadas pelo SINPDEC e PNPDEC contam também com o subsídio do Sistema Municipal de Defesa Civil<sup>20</sup> (SMDC), e assim articulam as intervenções e os serviços prestados.

Funciona em regime de plantão de 24 horas, todos os dias da semana, incluindo fins de semana e feriados, para prestar atendimento a população em possíveis ocorrências, as quais podem ser notificadas aos funcionários que trabalham no plantão por meio da central telefônica 199. Seu quadro de funcionários é composto por técnicos em Defesa Civil, com formação de nível superior, tais como Assistentes Sociais, Engenheiros Civil, Arquitetos, Geólogos, Jornalistas, Meteorologistas, Estatísticos, Pedagogos, e Sociólogos, além dos técnicos administrativos e funcionários de apoio (motoristas, guardas municipais e auxiliares de serviços gerais).

As ações desenvolvidas são divididas por dois eixos, pautados na Prevenção/Mitigação/Preparação e Resposta/Recuperação. No primeiro eixo o trabalho é realizado através do monitoramento de áreas de risco, realização de vistorias técnicas, orientação técnica, colocação de lona plástica em áreas suscetíveis a ocorrência de deslizamentos de terra, e capacitação de lideranças comunitárias. Já no segundo eixo, o trabalho ocorre por meio de vistorias técnicas em áreas de desastres, informações sobre desastres, atendimento às famílias e/ou indivíduos desabrigados, colocação de lona plástica e recuperação de áreas atingidas.

Com base nessas ações, os serviços prestados pela instituição são realizados através de vistorias para identificar riscos que possam atingir a população; fiscalização de moradias vulneráveis à ocorrência de deslizamentos de terra; alagamentos e desabamentos; orientação

<sup>19</sup> Desde o fim do ano de 2015 a instituição começou a passar por um processo de reestruturação, a qual ocorreu legalmente no dia 12 de janeiro de 2016, através da Lei nº 8969/2016, passando então a ser instituída como Diretoria Geral da Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil.

<sup>20</sup> O Sistema Municipal de Defesa Civil (SMDC) funciona como “instrumento administrativo que tem como objetivo organizar as ações de defesa civil no município através da participação de todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e dos órgãos de apoio” (SALVADOR- PLANO DE CONTIGÊNCIA PARA CHUVAS, 2014, p.9).

técnica à população sobre assuntos de defesa civil; disponibilização e colocação de lona plástica em áreas de risco de deslizamento de terra; atendimento social às famílias e/ou indivíduos afetados por desastres; monitoramento do tempo para disponibilização de boletins de alerta e alarme; capacitação de líderes comunitários e pessoas que residem em áreas de risco para conhecerem e participarem das ações de defesa civil; e formação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC).

Ademais, a CODESAL trabalha também com a elaboração e/ou execução de projetos de desenvolvimento das ações preventivas, tendo como exemplo o Projeto Defesa Civil Itinerante, no qual são realizadas atividades de sensibilização e mobilização das comunidades de áreas de risco. Há também a Operação Chuva, a qual trata-se de um procedimento anual que ocorre na instituição, com ênfase nas ações emergenciais realizada durante os períodos de fortes chuvas na cidade de Salvador.

Devido às condições geoclimáticas, o município de Salvador é atingido por fortes chuvas, principalmente durante o período de abril a julho. Em consonância com sua configuração urbanística ao longo das cumeadas<sup>21</sup> e com as ocupações desordenadas em todo o seu território, os cenários projetados para o período chuvoso são ocorrências de deslizamentos de terra, alagamentos, desabamentos de imóveis e outros eventos adversos, os quais, além dos prejuízos materiais resultantes, podem causar vítimas por vezes fatais (SALVADOR- PLANO DE CONTINGÊNCIA, 2014, p.11).

Além disso, a referida instituição também atua com o Programa de Voluntariado de Defesa Civil, objetivando inserir indivíduos ou grupos sociais para participarem das atividades de defesa civil, numa perspectiva de despertar a solidariedade da população em meio as ocorrentes situações de desastres em Salvador.

Na ocorrência de desastres, a Defesa Civil coordena e implementa as ações de socorro e resposta, para salvar vidas e evitar perdas materiais para as famílias. Esse tipo de atividade desperta espontaneamente solidariedade das pessoas. Mas é preciso que haja treinamento e organização, para que essa solidariedade possa ser produtiva e eficiente. Com esse objetivo foi criado o PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DA DEFESA CIVIL, instituído pelo Decreto nº 26.459, de 15 de setembro de 2015. Nele são estabelecidas as bases para reunir as pessoas físicas interessadas em colaborar com a CODESAL. Caberá à CODESAL o cadastramento, a seleção e o treinamento das pessoas interessadas em atuar voluntariamente, considerando a natureza das atividades a serem realizadas e os locais de atuação. O órgão também

<sup>21</sup> Termo utilizado nos estudos urbanísticos e topográficos para indicar os pontos mais altos de morros e montanhas, ou cordilheiras. “Cumeada ou Linha de Cumeada: É a linha formada pelos pontos mais altos da montanha ou cordilheira, no sentido longitudinal” (NOÇÕES DE TOPOGRAFIA PARA PROJETOS RODOVIÁRIOS, 2008). Disponível em < [http:// www.topofrafiageral.com/curso/capitulo%2001.php](http://www.topofrafiageral.com/curso/capitulo%2001.php) >. Acesso em 08 de out. de 2016.

fornecerá identificação ao voluntário, equipamentos e materiais para o exercício das atividades, quando necessário em decorrência de sua natureza. A atividade é realizada em conformidade com a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, não gerando vínculo empregatício nem remuneração de qualquer tipo, devendo para tanto o interessado assinar o correspondente Termo de Adesão ao Serviço Voluntário. A atividade do voluntário quando efetiva, será considerado serviço relevante ao município e será reconhecida pela CODESAL mediante a concessão de certificado (SALVADOR- PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, 2016).

Contudo, antes de iniciar a próxima seção deste capítulo, na qual será abordado sobre o histórico do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, importa destacar também que a referida instituição, através do já mencionado Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMPDC), conta com a colaboração de órgãos setoriais vinculados a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e órgãos de apoio.

De acordo com o Plano de Contingência para Chuvas (2014, p. 8), os órgãos setoriais são os que fazem parte da Administração Pública Municipal, colaboram e apoiam a Defesa Civil em suas ações, com a finalidade de garantir a atuação do SMPDC. Os órgãos de apoio, por sua vez, são os que não têm vínculo direto com a PMS, podendo ser ou não, estaduais e federais, ou seja, instituições e entidades públicas e privadas, associações comunitárias e de voluntários, Núcleos de Defesa Civil e organizações não governamentais que quando necessário são solicitados a prestar apoio aos membros do SMPDC.

Dentre os órgãos setoriais estão a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE); Assessoria Geral de Comunicação (AGECOM); Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS); Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP); Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB); Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (SUCOP); Superintendência de Trânsito e Transporte do Salvador (TRANSALVADOR); Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso Solo do Município (SUCOM); Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção à Violência (SUSPREV); Companhia de Desenvolvimento Urbano do Salvador (DESAL); Movimento de Ação e Integração Social (MAIS SOCIAL); e Superintendência de Proteção e Defesa Civil (SUDEC). Já os órgãos de apoio são: Defesa Civil Nacional (DCN); Polícia Militar do Estado da Bahia (PM); Comando de Operações Bombeiros Militares do Estado da Bahia (COBM); Companhia de Gás da Bahia (BAHIAGÁS); Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA); Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER); Clubes de serviços (Rotary, Lions, Escoteiros, etc.); Casa Militar do Governo (CMG); Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA); Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA);

FORÇAS ARMADAS; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Departamento de Polícia Técnica (DPT); Igrejas locais; Instituto Médico Legal (IML); Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EP UFBA), entre outros.

### 3.2 O HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA CIVIL DE SALVADOR

A partir de todo percurso realizado neste estudo monográfico, o qual foi de muita relevância para refletir sobre a inserção do assistente social nas instituições públicas e também situar a CODESAL como um o novo espaço sócio ocupacional para o Serviço Social, enfatiza-se, o trabalho do assistente social na referida instituição.

Para isso, tomando-se por base os objetivos propostos no primeiro capítulo, os quais fundamentam-se basicamente na busca pela compreensão acerca da trajetória do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, serão expostas informações e dados que nortearam o alcance de tais objetivos. Sendo que foi possível a coleta dessas informações e dados por meio de observação não sistemática durante a realização do estágio supervisionado em Serviço Social utilizando como instrumento fundamental o Diário de Campo, e a realização de estudo qualitativo, por meio da Pesquisa de Campo.

Desta forma, o diálogo em torno dessa seção, implica uma análise dos dados obtidos através da pesquisa de campo, atrelando-se também as perspectivas teóricas de autores do Serviço Social brasileiro, e as perspectivas obtidas através da observação não sistemática em torno da experiência como estagiária na CODESAL.

Com isso, é importante frisar que o interesse em realizar esse estudo originou-se mediante dificuldades de encontrar documentos referentes ao histórico da profissão na instituição, durante o processo de caracterização institucional no primeiro período de estágio, bem como dificuldades de obter materiais, registros e documentos referentes ao Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional e a partir dos diálogos com a supervisora de campo. Sendo que estes fatores suscitaram inquietações e reflexões sobre a trajetória do Serviço Social nesse âmbito de trabalho.

Nesta direção, para iniciar o debate em torno do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, faz-se necessário situar que nesta instituição, a categoria profissional está inserida em dois setores, conhecidos como Setor Social (SESOC) e Setor de Formação e Apoio a Núcleos Comunitários (SENUC). De 2014 até o início de 2016, quando ainda não havia ocorrido formalmente a reestruturação institucional, o SENUC era composto por uma assistente social, a qual também era chefe do setor, estagiárias de Serviço Social e Pedagogia, um técnico administrativo, e coordenado por um engenheiro. As atividades deste setor são pautadas em ações preventivas destinadas às comunidades localizadas em áreas de risco de desabamento, alagamento e deslizamento de terra. Sendo que tais atividades ocorrem através de formação e apoio aos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC<sup>22</sup>).

O SESOC, por sua vez, de 2014 até o início de 2016 era composto por duas assistentes sociais, estagiárias de Serviço Social, técnicos administrativos, chefiado por uma socióloga e coordenado por um engenheiro. As atividades desenvolvidas neste setor fazem parte das ações emergenciais, em que sua equipe multidisciplinar presta atendimento social à população que tem seus imóveis afetados pelos intensos períodos de chuva na cidade, prioritariamente os moradores de áreas de risco de desabamento e deslizamento de terra. Desta forma, o atendimento social ocorre através de cadastros socioeconômicos realizados com os usuários dentro do setor, e a partir dos dados deste cadastro são encaminhados ao recebimento de colchão e cesta básica quando preciso, auxílio aluguel/moradia ou auxílio para reparo de perdas de bens materiais. Além disso, são realizadas visitas sociais e encaminhamentos dos usuários para outros órgãos do SMPDC e outros.

No período de realização do estágio supervisionado na Defesa Civil, foi possível vivenciar, enquanto estagiária, o trabalho nos dois setores supramencionados. Do início até o fim de 2014 realizou-se atividades no SENUC, no qual houve um conhecimento prático do trabalho da assistente social em comunidades, mobilizando pessoas a participarem dos NUPDECS, e assim conhecerem as medidas preventivas com conteúdo de Defesa Civil. Com isso foi possível articular o conhecimento prático com elementos teóricos, para refletir sobre a importância do trabalho preventivo nas comunidades. De modo que essa atuação possibilita que o assistente social conheça várias realidades sociais e utilize importantes instrumentos do Serviço Social para o alcance de uma prática que esteja cunhada na perspectiva dos direitos e

<sup>22</sup> “Grupo organizado em uma comunidade, bairro, rua, edifício, associação ou entidades afins, que participa de atividades de defesa civil como voluntário” (SALVADOR, 2014, p.8).

na contribuição para a emancipação dos sujeitos sociais das comunidades localizadas em áreas de risco. Segundo Sousa (2008, p.122):

O Assistente Social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho: na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir conhecimento sobre essa mesma realidade. E esse conhecimento é, sem dúvida, o seu principal instrumento de trabalho, pois lhe permite ter a real dimensão das diversas possibilidades de intervenção profissional.

Referente a realização das atividades de estágio no SESOC, de 2015 até o início de 2016, houve conhecimento do trabalho das assistentes sociais do setor em meio ao atendimento de cunho emergencial. Neste setor foi possível notar que as demandas impostas pela CODESAL requisitam para as assistentes sociais ações muito emergenciais, repetitivas e rotineiras. Embora o trabalho seja multidisciplinar, pouco se articula à interdisciplinaridade nas intervenções. Através dessas percepções pôde-se refletir o quanto é importante a clareza profissional acerca dos objetivos da profissão, para não os condicionar aos objetivos da instituição e aos instrumentos de trabalho disponibilizados por ela.

Conforme salienta Sousa (2008, p.124):

os instrumentos e técnicas de intervenção não podem ser mais importantes que os objetivos da ação profissional. Se partirmos do pressuposto que cabe ao profissional apenas ter habilidade técnica de manusear um instrumento de trabalho, o Assistente Social perderá a dimensão do porquê ele está utilizando determinado instrumento. Sua prática se torna mecânica, repetitiva, burocrática. Mais do que meramente aplicar técnicas “prontas”- como se fossem “receitas de bolo”, o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social- ou chegar o mais próximo possível.

A partir da mencionada vivência na CODESAL, despertou-se não somente muita curiosidade, por se tratar de uma área de atuação desconhecida, mas também muitas inquietações em meio a realidade do Serviço Social na instituição. Nas primeiras observações acerca desse espaço sócio ocupacional, logo foram identificados elementos presentes na prática profissional em órgãos públicos, que são alvo de debates crítico-reflexivos do Serviço Social brasileiro.

Neste sentido, Iamamoto (2009, p.79) corrobora que:

Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não- governamentais (ONGs), exercem a função de um

educador político; um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido com a política dos “donos do poder”. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional.

Tais elementos estão presentes diante da estrutura organizacional da instituição, na forma em que as relações de poder são estabelecidas, as condições de trabalho impostas e a forma como as demandas do público alvo são atendidas. Desse modo, partindo das observações, buscou-se compreender a dinâmica institucional, e saber como o Serviço Social se configura neste âmbito profissional, a partir de uma atitude investigativa, por meio do diálogo com as assistentes sociais da CODESAL, da pesquisa de dados sobre o histórico da Defesa Civil em Salvador, e da pesquisa de documentos referentes à inserção da referida profissão nesse espaço do exercício profissional.

Sobre a atitude investigativa, elemento fundamental ao trabalho do assistente social, e que enquanto estagiária de Serviço Social da CODESAL foi percebida tal importância, FRAGA (2010, p. 52) enfatiza que:

Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional. A ausência dessa postura pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Ao buscar informações especificamente documentadas em relação ao Serviço Social e atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais na CODESAL, detectou-se que não existe nada por escrito que conste tais informações. Além disso, ao verificar o organograma institucional, notou-se que diante das nomenclaturas de setores, o Serviço Social não aparece, pois não existe um setor próprio da categoria, sendo que o trabalho é realizado multiprofissionalmente e coordenado por profissionais de engenharia. Diante disso, somando-se a outras percepções obtidas no cotidiano de trabalho da CODESAL, foi possível averiguar que as relações de poder são estabelecidas através da supervalorização do trabalho dos engenheiros, e da tentativa de subalternização do trabalho realizado pelas assistentes sociais e outros profissionais da área social.

Desta forma, foi importante realizar o trabalho de Campo, utilizando a entrevista como técnica de coleta de dados. Objetivou-se a partir da entrevista obter informações sobre o trabalho do assistente social na Defesa Civil de Salvador/BA, bem como sobre a inserção do Serviço Social na instituição, para assim compreender a história e trajetória da categoria neste

âmbito, na tentativa também de colher alguma informação sobre a inserção do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil no Brasil.

No que tange ao significado e importância do ato de pesquisar, PÁDUA (2014, p.31) entende que:

Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações.

Para tanto, adotou-se a metodologia da Pesquisa Qualitativa, através da realização de Pesquisa de Campo e, mediadas pelas entrevistas semiestruturadas para alcançar os resultados em torno dos objetivos da pesquisa.

Conforme informa MINAYO (2001, p.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, para o desenvolvimento da Pesquisa de Campo, tarefa muito importante para o alcance dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, planejou-se entrevistar as assistentes sociais que trabalham na Defesa Civil de Salvador, mais precisamente as profissionais<sup>23</sup> que já tem alguns anos de experiência de trabalho na instituição.

É necessário esclarecer que o alcance deste propósito foi comprometido, pois só foi possível a participação de duas assistentes sociais. Sendo que uma delas já não trabalha na instituição e apenas se disponibilizou a participar através de um questionário enviado por e-mail. Desse modo, realizou-se em julho de 2016 uma entrevista com uma assistente social que trabalha na instituição e a outra participou através da resposta às questões em um questionário respondido em agosto de 2016. Embora reconheça que tais condições comprometem o caráter da pesquisa, ainda assim não reduz a importância que o presente trabalho tem, pois conseguiu-se verificar elementos que validam as abordagens e problematizações expostas.

<sup>23</sup> Com a nova reestruturação da CODESAL, houve a contratação de mais três assistentes sociais, através do Regime Especial de Direito Administrativo-REDA. Sendo que as três estão inseridas no setor de ações preventivas, compondo um quadro atual de seis assistentes sociais.

Para a realização da entrevista na CODESAL, utilizou-se um roteiro com perguntas abertas (Apêndice A e B), conforme requisitado a uma entrevista semiestruturada, e de acordo com os objetivos da pesquisa. O questionário enviado por e-mail foi composto por questões similares às apresentadas no roteiro, sendo algumas perguntas diferentes, pois foi considerado o fato de a entrevistada já ter se desligado da instituição. A entrevista com a assistente social que ainda trabalha na instituição foi gravada, com o consentimento da profissional. Será preservado o sigilo e anonimato das participantes por meio de nome fictício. Desta forma, serão identificadas no presente trabalho através das siglas AS1 e AS2.

As participantes da pesquisa têm formação de nível superior em Serviço Social e ambas com experiência de trabalho na Defesa Civil de Salvador. Uma delas ainda faz parte do quadro de funcionários da instituição e a outra já se desligou desta. Para a obtenção destas informações ao início da entrevista foram feitas perguntas em relação ao tempo de trabalho na instituição, vínculo empregatício, ano de conclusão, instituição<sup>24</sup> que cursou a graduação e se possui ou não pós-graduação.

A respeito da experiência profissional a AS1 respondeu que: “Eu trabalhei por 14 anos. De 1977 a abril de 1993, contrato regido pela CLT. Conclui a graduação em 1974. Posso Pós-graduação”<sup>25</sup>. A AS2 respondeu: “eu tenho 20 anos de CODESAL, tenho 21 anos de prefeitura e 20 de CODESAL. Sou concursada, fiz o concurso de 1992. Conclui a graduação em 06 de janeiro de 1990, e não possuo Pós- graduação”.

Ao fazer uma comparação entre as respostas das entrevistadas notou-se que ambas não fizeram pós-graduação, e não informaram se passaram por outros processos de formação continuada ou não. A partir disso, não desprezando que cada uma teve seus particulares motivos que podem estar até mesmo articulados às condições de vida e trabalho, os quais não foram expostos por elas, vale reforçar a importância de uma qualificação continuada na área de formação. Qualificação esta que não se resume somente à pós-graduação, mas a mestrados, doutorados, cursos, oficinas, congressos, participação em movimentos sociais, conselhos, entre outros, que possam contribuir na atualização acerca de temáticas importantes ao Serviço Social, e frentes de trabalho que não propiciem o distanciamento entre teoria e prática e,

<sup>24</sup> Para fins de manter o sigilo das identidades das entrevistadas, achou-se pertinente não expor os nomes das instituições em tiveram acesso a ensino de nível superior e obtenção de pós-graduação.

<sup>25</sup> Obs: A AS1 possui pós-graduação, mas não é na área de Serviço Social.

provoquem efeitos positivos diante da realidade social em que ocorrem as intervenções profissionais.

A preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 168).

Ao obter interesse em abordar o tema do presente trabalho e notar a necessidade de obter conhecimento sobre a inserção do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, foi despertada também a curiosidade de se informar sobre a inserção da categoria profissional no âmbito da Defesa Civil no Brasil. Embora não tenha se realizado uma pesquisa sistemática, obteve-se de modo informal, através do contato realizado via redes sociais com outras Defesa Civil do Brasil, a informação que em muitas delas não existe o trabalho de assistentes sociais a caráter permanente, sendo estas requisitadas apenas em momentos de emergência para prestar apoio.

Importante expor que essas informações também foram motivadoras para a o presente estudo, pois refletiu-se sobre o caráter emergencial ainda muito presente no cotidiano de atuação do Serviço Social, e ao risco que isto provoca a colocar para o assistente social um papel de mero executor de funções.

O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou nos termos de Netto, um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Mas hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais (IAMAMOTO, 2009, p.20-21).

Quando questionadas sobre a inserção do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil no Brasil, as entrevistadas afirmaram que não têm informações concretas a esse respeito. Segundo afirma a AS1:

“Não tenho informações documentadas a respeito, apenas algumas referências do trabalho da LBA em nível nacional”.

De acordo com o histórico da Defesa Civil no Brasil, o qual foi apresentado na primeira seção deste capítulo, as primeiras ações de Defesa Civil, tanto em nível nacional quanto mundial, tem relação com as situações de Guerra pelas quais os países passavam. Em relação ao trabalho da LBA nesse cenário, Alves e Lira (2010, p.4) afirmam que:

Em 6 de fevereiro de 1942, o governo brasileiro iniciou oficialmente o processo de mobilização de guerra, expedindo o Decreto- lei n. 4.098, que apontava as primeiras medidas de Defesa Civil do território nacional. Nesse processo de mobilização de guerra se formaram os “fronts” interno e externo, se estabelecia um front interno onde todos os brasileiros passavam a ser soldados em defesa da Pátria; e um front externo onde os jovens brasileiros eram convocados a compor a Força Expedicionária Brasileira. Na segunda Guerra, instaurou-se a guerra total, à inteira indistinção entre os fronts interno e externo, entre o front militar e civil. Com o processo de Defesa Civil Nacional, o governo tomou algumas medidas para mobilizar a população, entre elas criou-se instituições civis como a Legião Brasileira de Assistência. A LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942, por Darcy Vargas, esposa do presidente Vargas, e foi sediada no Rio de Janeiro. A legião Brasileira de Assistência tinha como objetivo principal dar assistência aos soldados mobilizados, nesse momento de guerra, e também aos seus familiares.

Observou-se que a presença de assistente social nas equipes permanentes dos órgãos da Defesa Civil nos diferentes estados brasileiros não é uma regra. A fala da AS 2 traz alguns elementos a respeito desta situação:

Olhe, na época, em 1996, a maioria das Defesa Civil nacionais, elas não tinham assistentes sociais no seu quadro. Tanto que nós recebemos de vários Estados a visita pra ver como é que a gente trabalhava, como é que funcionava o Serviço Social, que tipo de demanda tinha, como era nosso trabalho. Essa questão também do auxílio social, eles vieram pra pesquisar. Eu me lembro que o grupamento da Defesa Civil de Santa Catarina e Minas veio pesquisar. Saíram com a gente pra fazer monitoramento de algumas áreas de risco. Vieram pra acompanhar os cadastramentos. Eu acredito que aqui se não foi o primeiro, foi um dos primeiros a ter assistentes sociais. A gente recebia muitas visitas dos outros Estados pra conhecer o Serviço Social inserido na Defesa Civil de Salvador.

Referente à inserção do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador Bahia, uma das participantes da pesquisa afirmou que:

Na Bahia em 1977 foi organizado um grupo, tendo à frente o OCEPLAN- Órgão Central de Planejamento, para elaboração do Projeto de criação da 1ª Comissão de Defesa Civil em Salvador. Grupo formado basicamente por técnicos em Engenharia, Arquitetura, Serviço Social e Planejamento. Utilizando-se como base e parâmetros teóricos a lei que estabeleceu a criação da REDEC em um contexto do Regime Militar. A minha inserção na Comissão de Defesa Civil, como Assistente Social e Técnico em Planejamento, deu-se com a participação na elaboração do citado projeto que foi implementado nesse mesmo ano, parece-me que vinculado à Secretaria de Saúde da PMS. Com a reestruturação do projeto, mesmo que, empiricamente, foi implantado em 1979, e criada assim a 1ª comissão com 5 técnicos, e nesse momento fui convidada para compor o grupo, como assistente social. Essa comissão teve a sua sede instalada em um limitado espaço, e assim passou a funcionar vinculada a PMS. O endereço tinha como referência o antigo Cine Tupi. Por pouco tempo a equipe permaneceu nesse espaço. Bom lembrar, que antes dessa comissão, o Corpo de Bombeiros atuava como Defesa Civil” (AS1,2016).

Diante da informação apresentada pela AS1, tem-se o indicativo que ela foi uma das primeiras assistentes sociais da Defesa Civil de Salvador. Outro elemento interessante expresso em sua argumentação é sobre a atuação do corpo de Bombeiros no contexto da Defesa Civil de Salvador. Tal informação pode ser atrelada a realidade da Defesa Civil em todo território brasileiro, na qual o trabalho dos militares tem representatividade, até os dias atuais.

Um exemplo disso pode ser visualizado em dados sobre a Defesa Civil do Estado do Acre, a qual:

foi instituída no Estado do Acre através do Decreto Estadual nº 94, de 01.04.1970, em observância ao aviso nº 034, de 12 de fevereiro de 1970. Do Exm.º Sr. Ministro do interior. O Decreto nº 009, de 10.01.1977, modificou a redação anterior, atribuindo ao Secretário do interior e justiça a Presidência da Defesa Civil [...] O Sistema Estadual de Defesa Civil volta a ser organizado através do Decreto nº 150, de 17.05.1984, complementado pela Lei Estadual nº 822, de 24.06.1985, que se referia a reestruturação do Gabinete Militar do Governador. Esta Lei, em seu Art. 2º, dispõe que “compete ao Gabinete Militar coordenar o Sistema Estadual de Defesa Civil” (Art.9º). Atualmente, através da Lei nº 984, de 4 de julho de 1991, a coordenadoria Estadual de Defesa Civil passa a integrar a estrutura básica do corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, sendo o comandante Geral do corpo de Bombeiros o coordenador Estadual de Defesa Civil (BOMBEIROS MILITAR DO ACRE, 2016).

Também está previsto na carta constitucional de 1988, a participação dos Bombeiros nas atividades de Defesa Civil. Sendo que mesmo de modo indireto, atuando ou não na gestão das ações institucionais, estes profissionais devem realizar intervenções nos âmbitos da Defesa Civil, por possuírem “maior treinamento e capacitação técnica para lidar com situações relacionadas a desastres, sobretudo as de prestação de socorro” (BRASIL, 2007, p. 32).

Ainda em relação à inserção do Serviço Social na CODESAL, a fala da AS2 traz uma informação importante para as problematizações nesse trabalho de pesquisa, ao relatar:

Olhe, toda história que a gente tem do Serviço Social da instituição são narrados pelas colegas. Não tem nada, desde que eu cheguei aqui não tem nada escrito. Dizem que ele foi criado por conta dos grandes acidentes que ocorreram na época... no tempo de Mario Kertész. Então, nesses momentos se chamavam assistentes sociais de todas as secretárias pra dar atendimento. E aí eu não sei quem foi que teve a ideia de já fazer esse tipo de atendimento aqui na instituição. A princípio era assim, caiu, teve um incêndio, teve um grande acidente, aí chamava as assistentes sociais da saúde, da educação, onde tivesse uma assistente social na secretaria ela era chamada pra prestar esse atendimento. Também, terminou pronto, cada uma ia pra seu canto, voltava pra sua instituição e pronto. Não tinha continuidade! Foi aí que se pensou em criar o Serviço Social pra dar esse apoio, pra não ter essa descontinuidade, porque cada profissional ia pra sua instituição, e pronto, acabou.

Essa narrativa expressa que há uma ausência em relação à documentação da inserção e trajetória do Serviço Social na instituição. Isto remete a pensar o quanto essa lacuna contribui para o desconhecimento interno e externo do trabalho do assistente social neste espaço sócio ocupacional, contribuindo também para subalternização e desvalorização profissional. De modo que a construção da memória da profissão nos espaços por ela ocupados é muito importante para que haja uma clareza do que o assistente social faz e para que faz, ou seja, as competências e atribuições privativas que delinham o seu trabalho.

Além disso, os registros do trabalho contribuem também para que a categoria norteie suas intervenções, pautando-se no projeto ético político profissional, no Código de Ética, na Lei que regulamenta a profissão, evitando assim maiores riscos de, no cotidiano do exercício profissional, sobrepor os interesses institucionais ao projeto de sociedade defendido pelo Serviço Social.

Tomando-se por base IAMAMOTO (2009, p. 25- 26) complementa-se que:

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho- e correspondentes expressões culturais- dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré- requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia. Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social- no emprego da linguagem escrita, oral e midiática-, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas.

Diante do exposto, é fundamental frisar que um dos motivos para a inexistência de um acervo de informações do Serviço Social na CODESAL pode ter sido a baixa inserção de assistentes sociais em caráter permanente nessa instituição. Desde a implantação do órgão, e assim como em outras Defesa Civil do Brasil, o trabalho das assistentes sociais é em grande parte requisitado somente para prestar apoio em procedimentos emergenciais.

A problematização acima toma por base os relatos das assistentes sociais<sup>26</sup>, quando questionadas sobre qual era, no início da jornada do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, a equipe e quais assistentes sociais faziam parte dela. Segundo a AS1 (2016):

<sup>26</sup> Vale esclarecer que a AS2 diferentemente da AS1, não participou da implantação do Serviço Social na CODESAL. Informou desconhecer qual era a composição da equipe.

Não existia na minha época, equipe de Assistentes Sociais e Engenheiros, permanentes. Havia, no entanto uma Portaria, que estabelecia a obrigação dos Órgãos Municipais, que tinham em seu quadro de funcionários esses técnicos, em liberá-los para servirem à Defesa Civil em situação de emergência ou calamidade, efetivada a disponibilização através de Ofícios emitidos pela Coordenação da instituição. Nesses períodos a coordenação e supervisão do grupo de Assistentes Sociais ficava ao meu encargo. O número exato de técnicos não dá para precisar, mas o necessário para dar andamento a todas as atribuições e mesmo tarefas designadas ao serviço social da Comissão, obedecendo princípios éticos e diretrizes teóricas e prática do Serviço Social.

Além disso, vale registrar também duas contribuições da AS1, referentes às primeiras atividades do assistente Social na Defesa Civil de Salvador, quando ela foi questionada sobre a qual setor o Serviço Social foi vinculado inicialmente e de onde partiu a demanda para a categoria profissional intervir na referida instituição. Ao primeiro questionamento a entrevistada respondeu o seguinte:

A Comissão de Defesa Civil, como um todo ficou vinculada ao Gabinete do Prefeito – de 1977 a 1983. De 1984 a julho de 1986 à casa Civil. Cada novo Prefeito trazia mudanças políticas, para a sua gestão, trazendo reflexos para a Defesa Civil. Em algumas gestões o Serviço Social esteve vinculado à Primeira dama do Município.

Esta informação é muito importante para refletir-se criticamente sobre a forma como as instituições públicas são gerenciadas e regidas através de interesses políticos partidários, e que isso provoca rebatimentos ou não nas ações profissionais, e na forma como os serviços sociais são disponibilizados para os usuários atendidos. Além disso, um elemento importante na informação supracitada é sobre a atuação da primeira dama do município, que expressa um traço forte de ações de cunho conservador e assistencialista no Serviço Social, e perpetuada até os dias atuais, quando as esposas de representantes políticos assumem o comando das ações do Serviço Social e da Política de Assistência Social, mesmo sem a devida qualificação profissional para tais atribuições.

O primeiro damismo no Brasil teve visibilidade a partir dos anos 30 do século XX, marcados por governos ditatoriais. A partir desse contexto, a presença das mulheres, mais precisamente das esposas dos governantes, tivera forte intervenção na vida pública, através da execução de atividades de cunho filantrópico e caritativo, ou seja, de caráter assistencialista. Nessa conjuntura, teve destaque a esposa do presidente Getúlio Vargas, a Primeira Dama Darcy Vargas, que através da criação da LBA legitimou o primeiro damismo brasileiro.

A Legião Brasileira de Assistência- LBA, criada em 1942 é considerada a primeira grande instituição na assistência social de caráter governamental com atuação em âmbito territorial nacional. Promoveu a institucionalidade dos serviços assistenciais

no âmbito estatal, mas negou o caráter de direito social em favor do voluntarismo. Também observa-se a emergência do primeiro damismo na fundação da assistência social brasileira. O primeiro damismo se fundamenta no caráter solidário, cujas ações são exercidas em sua maioria por mulheres, as primeiras-damas, cuja motivação se baseia em intenções caritativas e de fundo religioso (FRITZEN, MOSER & PEZZO, 2015, p. 2).

Para tanto, no que concerne ao surgimento da LBA, acrescenta-se através de ALVES & LIRA (2010, p.5) que:

cabe ressaltar que seu “surgimento foi marcado pelo estabelecimento de uma parceria entre o Estado, o empresariado, e o voluntariado feminino civil”<sup>27</sup>. De acordo com Simili, havia um plano traçado pelo Estado e pelo empresariado para a Legião Brasileira de Assistência, devendo ser executado pelo presidente Getúlio Vargas, o qual, tinha como finalidade a ampliação do Serviço Social e da assistência social.

Referente ao questionamento sobre de onde ter partido a demanda para a categoria profissional intervir na CODESAL, a AS1 explanou que:

somente quando a Comissão de Defesa Civil, já em melhores instalações, situada no 1º andar do elevador Lacerda, passou pelo enfrentamento da primeira situação emergencial causada pelo enorme volume de chuvas que abateram a cidade de Salvador, percebeu a urgência em ampliar o quadro técnico mesmo que por apenas o período emergencial, possibilitando assim um atendimento mais adequado ao considerável fluxo de demandas das comunidades atingidas. Aliás, o que fora previsto na elaboração dos projetos específicos de cada setor, Serviço Social e Engenharia e efetivado, portanto nessa primeira experiência. Após o período emergencial, houve a avaliação de todo o trabalho, levantando os prós e os contras das ações e medidas executadas, confeccionando um relatório destacando-se as necessidades e prioridades para novos enfrentamentos. E assim fomos crescendo e mais preparados para assumirmos os encargos de uma Defesa Civil.

Com base nessa informação, verifica-se que o trabalho do assistente social na instituição, desde as primeiras intervenções da CODESAL enquanto comissão foi direcionado ao atendimento emergencial, visualizando a importância e urgência de maior ampliação do quadro técnico apenas para atender as demandas do período emergencial. Pode-se afirmar que essa prática institucional de requisitar o trabalho do assistente social em grande parte sob caráter não permanente, perpassa até os dias atuais.

Tal prática emergencial ocorre principalmente durante o procedimento anual da Operação chuva, no qual, dentre outros profissionais, várias assistentes sociais dos órgãos setoriais e de apoio são convocadas a prestar serviço para a CODESAL. De modo que são inseridas no SESOC, para participarem da realização de cadastramentos socioeconômicos dos

<sup>27</sup> SIMILI (2008, p. 137 apud ALVES & LIRA, 2010, p.5).

moradores de áreas de riscos atingidos pelas fortes chuvas, visita social nas áreas atingidas para o cadastramento feito na própria localidade, e remoção de indivíduos e famílias, os quais quando não tem alternativas de moradias para se alocar, são encaminhados para o auxílio social<sup>28</sup>, ou até mesmo para abrigos temporários<sup>29</sup>. Assim, quando cessada a operação chuva, as assistentes sociais voltam para as instituições em que trabalham permanentemente. Sem que ao menos haja um registro destas, que possa contribuir para a existência da memória do Serviço Social na CODESAL.

Isto expressa uma fragilidade ao desenvolvimento do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, e em desafios para que as poucas assistentes sociais contratadas legitimem a sua ação profissional diante das relações de trabalho estabelecidas. Relações estas em que as demandas que chegam ao Serviço Social são em sua maioria definidas e coordenadas por outros, numa perspectiva mecanicista, técnica, burocrática e controladora.

Os traços citados podem estimular o cultivo de uma subalternidade profissional, com desdobramentos na baixa autoestima dos assistentes sociais diante de outras especialidades. Favorecem a internalização do estereótipo de “profissionais de segunda categoria”, que “fazem o que todos fazem” e o que “sobra” outras áreas profissionais. Enfim, uma “profissão pobre, voltada para pobres”, destituída de status e prestígio (IAMAMOTO, 2009, p. 106).

Nesse sentido, ALMEIDA & ALENCAR (2011, p. 105) corroboram que:

o contexto social e histórico delimita condições particulares para as profissões e o Serviço Social não escapa a essas determinações objetivas, que se expressa nos diferentes campos de atuação profissional. Iamamoto lembra que um dos maiores desafios para a profissão é a reconstrução dos processos de trabalho e/ou das funções públicas em que se inscrevem os assistentes sociais, pois apesar de as características do trabalho concreto desses profissionais serem as mesmas nos vários espaços de trabalho, o trabalho abstrato desses mesmos profissionais tem significados distintos e particulares na esfera do Estado, nas empresas capitalistas ou nas entidades filantrópicas e/ou sem fins lucrativos, dentre outras.

Nos contextos institucionais da esfera pública em que os assistentes sociais estão inseridos, a exemplo da Defesa Civil de Salvador, as ações profissionais quando estão

<sup>28</sup> O auxílio social trata-se de um valor em dinheiro que a PMS disponibiliza aos moradores de áreas de riscos atingidos pelas chuvas, para suprirem necessidades emergenciais decorrentes dos desastres. Cabe a CODESAL o encaminhamento dos cadastros socioeconômicos para a SEMPS. E esta por sua vez é a responsável pelo pagamento do auxílio.

<sup>29</sup> Até meados de 2015, os moradores de áreas de riscos de Salvador/Ba, tinham prioridade a serem encaminhados para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) através da Defesa Civil. Esse encaminhamento foi suspenso, sendo os moradores orientados atualmente a participarem do sorteio das casas do PMCMV por meio da internet.

sobrepostas a mera prestação de serviços, conseqüentemente fragmentam as respostas em volta das expressões da “Questão Social” apresentadas pelos usuários, e assim fragilizam a materialização de um trabalho profissional pautado na efetividade e viabilização dos direitos sociais.

A partir dessas argumentações, é que parte também, a proposta nesse trabalho de se defender uma maior inserção de assistentes sociais não só na Defesa Civil de Salvador, mas em todo âmbito de Defesa Civil do Brasil, vislumbrando que o assistente social não está fadado a ser um mero executor de tarefas, por ser um profissional com capacidade e competências teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa para realizar intervenções mais amplas no que tange aos direitos da população.

É fundamental que o Serviço Social tenha um papel mais sólido nesse âmbito de atuação, onde os assistentes sociais possam, de fato, participar da formulação, planejamento e execução das políticas sociais atreladas ao conteúdo de defesa civil. De modo que uma maior inserção, não se restrinja ao aspecto quantitativo, mas que propicie maior qualidade do trabalho desenvolvido, no fortalecimento da categoria enquanto classe trabalhadora e assalariada, e para uma legitimação da intervenção profissional nesse espaço sócio ocupacional.

Com isso, apoia-se em ALMEIDA & ALENCAR (2011, p.104), os quais pontuam que:

os processos sociais das últimas três décadas, relacionados às mudanças na dinâmica capitalista com claras incidências no mundo do trabalho e no papel de regulação social do Estado, têm alterado o mercado de trabalho dos assistentes sociais de diferentes formas. Se por um lado, o impacto dos processos sociais reorganiza e refuncionaliza os espaços históricos, por outro lado, passa a dar maior visibilidade a outros e inaugura requisições e demandas no marco das novas expressões da questão social e do conjunto de respostas articulado pelo capital e pelo Estado. E, ao mesmo tempo, novas habilidades, competências e atribuições para o profissional.

Diante desse contexto é preciso conhecer na prática cotidiana do trabalho do assistente social como tais mudanças impostas pelo mercado de trabalho ocorrem, como são alteradas ou não a demanda de trabalho desses profissionais, e conhecer como são os procedimentos e instrumentos de trabalho utilizados no novos espaços sócio ocupacionais como a Defesa Civil de Salvador. Portanto, será dialogado na próxima seção, sobre os processos de trabalho e instrumentos do Serviço social na Defesa Civil de Salvador.

### 3.3 A DIMENSÃO TÉCNICO OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CODESAL

No decorrer do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, para ganhar visibilidade diante das relações sociais e de trabalho, a base do assalariamento, os assistentes sociais traçaram assim uma longa jornada de lutas e construção coletiva para um fazer profissional legítimo. “Na sua trajetória utilizou algumas correntes como base, seu método de atuação e os instrumentos variaram de acordo a cada uma delas e a seu momento histórico” (SANTOS, SANTOS & SILVA, 2012, p.2).

A partir desta reflexão, propõe-se nesta seção identificar e analisar quais os procedimentos e instrumentos dão suporte ao Serviço Social na CODESAL. Tendo em vista também verificar se, neste novo espaço sócio ocupacional, o trabalho das assistentes sociais está se caracterizando de modo a legitimar o Serviço Social neste contexto laborativo.

Inicialmente é importante clarificar que ao referir-se a procedimentos e instrumentos da categoria profissional, é preciso pensar e considerar os processos de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos e sua instrumentalidade. De maneira que, num contexto de atuação profissional, em que a prática não é isolada, mas situada numa coletividade, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, os processos de trabalho não são particularmente de uma categoria profissional, mas processos coletivos determinados pelas instituições que os contratam.

Neste sentido, IAMAMOTO (2009, p.63) reitera que:

Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais.

Tomando por base a autora supracitada, para pensar em processo de trabalho, é preciso considerar a existência de uma matéria-prima ou objeto que subsidia a intervenção profissional. Intervenção esta que requisita meios e instrumentos para a efetivação do trabalho realizado.

Em outros termos, todo processo de trabalho implica uma matéria- prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2009, p.61-62).

Como já foi exposto ao longo deste trabalho, o objeto de trabalho do assistente social é a “Questão Social”, mais precisamente as suas diversas expressões, refletidas na realidade social da vida humana. Realidade essa em que o assistente social trabalha com situações no campo da saúde, educação, habitação, entre outros. De modo que ao realizar intervenções frente a essas expressões da “Questão Social”, o assistente social no cotidiano do exercício profissional utiliza diante dos processos de trabalho em que está inserido, meios e instrumentos para efetivar a sua ação.

Sendo que os meios e instrumentos de trabalho devem ser vistos como um aparato ao trabalho do assistente social, sob uma perspectiva ampla, sem restringi-los a um conjunto de técnicas utilizadas, pois conforme salienta IAMAMOTO (2009, p.62):

A noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho.

Nesta direção, no que tange aos procedimentos e instrumentos utilizados pelo Serviço Social na CODESAL, serão expostos aqui através dos dados das entrevistas. Para identificar tais procedimentos e instrumentos, a AS1 foi questionada sobre as demandas do Serviço Social na CODESAL, e quais delas no dia a dia do fazer profissional eram mais frequentes quando trabalhava na instituição. Respondeu afirmando o seguinte:

Por ser um atendimento específico de situações de emergência ou calamidade, as demandas mais frequentes era em relação a moradia, regularização dos documentos perdidos, retorno das crianças às atividades escolares, cesta básica de alimentação e ajuda em providências no caso de vítimas fatais (AS1, 2016).

Já a AS2 afirmou que, atualmente, as principais demandas do Serviço Social na CODESAL, levando em conta que esta assistente social trabalha no Setor de atendimento emergencial e de resposta a desastres, são:

os cadastramentos dos moradores das áreas de risco e os encaminhamentos para o benefício, para auxílio social. Porque na verdade, quando a gente atende, a gente não pensa só na questão da Defesa Civil, a gente vê o usuário como um todo. Se ele chega aqui com o problema da habitação, mas a gente percebe que ele já tem 65

anos, ele já tem direito a um BPC, então a gente faz esse encaminhamento. E uma coisa que atualmente tá dando um respaldo muito grande é que a SEMPS, que é justamente a Secretaria de assistência do município, ela tá trabalhando junto com a gente! Então se a gente identifica que o morador tá precisando do Passe Livre, a gente já encaminha pro CRAS, porque tem essa possibilidade, tem um técnico do Serviço Social da SEMPS, que já viabiliza, já torna a coisa mais fácil. O Bolsa Família! Esse ano foi tranquilo. Então a pessoa chegava aqui e dizia que: “Ah eu não tô inserido no Bolsa Família, eu não tenho renda nenhuma, eu não tenho renda nenhuma”. Aí as meninas olhavam imediatamente se havia pendência de documentação. Então a demanda era atendida quase que imediatamente, porque tinha uma pessoa aqui da SEMPS que trabalhava com o Bolsa Família, tinha uma pessoa aqui que era coordenadora do CRAS, tinha uma pessoa aqui que trabalhava com o BPC.

A partir das narrativas nota-se que as demandas que chegam ao Serviço Social na instituição, do princípio da implantação da Defesa Civil em Salvador até os dias atuais, são demandas referentes a situações de desastres ou calamidades que prejudicam a população que reside em áreas de risco de deslizamento de terra, desabamento e alagamento. De acordo com o PLANO DE CONTINGÊNCIAS PARA CHUVAS (2014, p.5):

A estrutura urbana de Salvador, com crescente surgimento de assentamentos subnormais e os problemas sociais daí decorrentes, tem nos aspectos morfológicos e topográficos do meio físico da cidade, um sério agravante: o relevo fortemente ondulado, a estrutura geológica e a alta pluviosidade, que se congregam para a ocorrência de eventos adversos como os deslizamentos de terra, desabamentos e alagamentos, atingindo principalmente a população moradora das áreas de risco.

Porém, nota-se que para além das demandas diretamente vinculadas a situação de desastres, os usuários apresentam outras demandas decorrentes de sua condição social que limita o acesso a direitos sociais básicos. Então apresentam a ausência de renda para prover suas necessidades básicas, o que, no geral, determina que residam em áreas de risco. De fato, a fala da entrevistada AS2, expõe que as demandas mais frequentes para ela, na verdade, estão refletidas em todo um conjunto das expressões da “Questão Social” dos usuários atendidos.

Aqui eu acho que é tudo viu? Porque as pessoas vêm com a questão física do imóvel, mas a gente verifica que na verdade a fragilidade é de todas as relações que elas têm... é saúde...moradia- por que que elas moram naquelas condições? Porque não tem emprego, não tem uma renda. Então, acredito que as vezes quando é possível permanecer nos imóveis, eles até não os concertam porque sabem que todo ano vai ter aquele benefício (auxílio social), que de certa forma vai minimizar as outras questões. A questão da alimentação, a questão de uma roupa, um remédio... eles estão fazendo isso! São estratégias que eles estão criando (AS2, 2016).

A fala da AS2 citada sobre as demandas que chegam ao Serviço Social, quando relata sobre os encaminhamentos feitos a partir das necessidades que os usuários apresentam para além das que são relacionadas à Defesa Civil e o trabalho conjunto com profissionais de

outros órgãos da Prefeitura de Salvador, refere-se ao trabalho emergencial realizado durante a Operação Chuva, período em que várias assistentes sociais de outras instituições prestam serviço de apoio a CODESAL. Foi questionado se ao término da mencionada operação está existindo a continuação da articulação com as referidas assistentes sociais. A AS2 respondeu que:

Sim, a gente pode continuar. O profissional voltou simplesmente pra sua unidade, mas a gente já tem o contato, tem o telefone. Já sabe que numa necessidade de um BPC, por exemplo, a quem a gente vai recorrer- um acolhimento- uma documentação. Você sabe que, durante os desabamentos, a primeira coisa que as pessoas perdem é a documentação. E sem documentação não tem como receber pagamento do benefício. Então, já tendo uma pessoa que já sabe da necessidade, da urgência daquela documentação pra aquela população, as coisas ficam mais fáceis. Quando a gente tem a quem recorrer já viabiliza isso mais fácil.

Esta fala expressa a importância do trabalho interinstitucional, ou seja, da articulação que os profissionais das diferentes instituições devem ter para assegurar aos usuários a viabilização do acesso aos serviços sociais materializados nas políticas sociais. Além disso, coloca em questão a necessidade de efetivar a articulação entre as Políticas Públicas, através da intersetorialidade, pois “o trabalho do assistente social integra processos de trabalho coletivos em unidades públicas e privadas que implementam diretamente, gerenciam, articulam, controlam e acionam os serviços sociais em consonância com as políticas públicas” (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p.145).

Além disso, tomando por base o contexto da Defesa Civil de Salvador/ BA, apoia-se aos referidos autores para ressaltar que:

As experiências intersetoriais podem se somar aos esforços já em curso na dinâmica política das cidades de afirmação da esfera pública ao colaborarem com a ampliação dos espaços públicos nos quais diferentes segmentos sociais expressam suas opiniões, formulem alternativas e, sobretudo, pensem sobre suas condições de vida estabelecendo diálogos com aquelas que de alguma maneira têm responsabilidades sobre os modos como os problemas sociais são enfrentados. Indubitavelmente, envolve um potencial bastante singular na dinâmica da cidade, visto que requer um debruçar-se sobre aspectos concretos que afligem diretamente a população, ou seja, tem um atrativo que em tempos de enormes dificuldades de participação social e política não pode ser desconsiderado: a possibilidade de enfrentamento a resolução de problemas que atingem não apenas um indivíduo, mas uma classe social (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p.95).

A respeito dos procedimentos mais frequentes na realização do trabalho na CODESAL, a entrevistada AS1 afirmou que de acordo com o período em que trabalhou na instituição, eram: “planejamento, levantamento de recursos, cadastramento socioeconômico,

triagem, encaminhamentos, visitas domiciliares, supervisão, coordenação, relatórios, análises de dados estatísticos e reuniões avaliativas”. Já a AS2 explicou que:

o que a gente faz é identificar as necessidades da população e encaminhar para as secretarias pra executar, ou seja, você está fazendo um cadastro, você identifica que a pessoa está doente- a gente faz esses encaminhamentos. Os projetos da PMS que estão surgindo/os novos! “O Primeiro Passo”, por exemplo. Se identificarmos que numa determinada família, tem uma criança que pode sim receber “O Primeiro Passo” porque ela tá fora da creche. Então você pode encaminhar fazer esse encaminhamento. Eu acho que no momento, os encaminhamentos são os que mais a gente executa. Porque aqui nós somos um órgão articulador.

Verifica-se então que os procedimentos de trabalho das assistentes sociais na instituição, particularmente as que estão inseridas em processos de trabalho de caráter emergencial, envolvem a realização de cadastros socioeconômicos da população residente nas áreas de risco, encaminhamentos para o auxílio social ou para outros órgãos, a depender das necessidades destas pessoas, ou seja, das expressões da “Questão Social” por elas apresentadas.

É muito importante que no momento do atendimento aos usuários através do cadastro, as assistentes sociais estejam bem atentas ao que tais pessoas expressam nas informações que elas fornecem, pois assim como informou a AS2 em sua fala, o usuário que chega à Defesa Civil por causa de problemas relacionados ao acontecimento ou risco de ter sua casa afetada por desabamento, alagamento ou deslizamento de terra, deve ser considerado como um todo, como um sujeito que apresenta expressões da “Questão Social” que não estão isoladas uma da outra.

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais quotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas quotidianas (IAMAMOTO, 2009, p, 62).

Isso requer que os assistentes sociais tenham responsabilidade com os valores profissionais expressos nos princípios do Código de Ética Profissional (2012, p.24), a exemplo do que está posto como princípios do trabalho do assistente social, destacando aqui o “X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

No que concerne às competências profissionais, é fundamental que os assistentes sociais tenham a clareza acerca delas, para desenvolverem as suas intervenções de modo a

contribuir com a garantia de melhores serviços prestados aos usuários e o acesso destes aos seus direitos. Ou seja, cabe ao assistente social a competência ético-política, teórico metodológica, e técnico- operativa no bojo de seu trabalho profissional, para assim terem a melhor compreensão “de qual é a direção social da sua prática” (SOUSA, 2008, p. 121).

articular essas três dimensões coloca um desafio fundamental, e que vem sendo um tema de grande debate entre profissionais e estudantes de Serviço Social: a necessidade da articulação entre teoria e prática. Investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser encaradas como dimensões separadas – pois isso pode gerar uma inserção desqualificada do Assistente Social no mercado de trabalho, bem como ferir os princípios éticos fundamentais que norteiam a ação profissional (SOUZA, 2008, p. 122).

Ao referir-se aos instrumentos utilizados pelo Serviço Social na instituição, as entrevistadas responderam:

Cadastramento das famílias atingidas; Parecer técnico, junto ao setor de engenharia, equacionando os dados dos setores para traçar possíveis soluções de urgência para a transferência das famílias das áreas de risco para alojamentos provisórios; Cadastramento sócio – econômico; Visitas domiciliares; Relatórios e Reuniões avaliativas (AS1, 2016).

São os cadastramentos dos moradores das áreas de risco. De ir até as comunidades, levar as orientações da Defesa Civil nas comunidades, nas escolas; pra fazer esse tipo de atividade, panfletar, pra dar orientação boca/boca, pra fazer o trabalho boca/boca. Nós fizemos um trabalho de levantamento nos bairros, de pegar// fazer o histórico, a gente chegou em Canabrava, então nós íamos às lideranças, procurávamos os moradores mais antigos, pra ele contar a história, como é que ele via a história, o desenvolver daquela comunidade ao longo do tempo// o que era bom na época, o que tinha mudado; Então a gente queria voltar pra fazer qualquer outro tipo de atividade// a gente já ligava, falava com as lideranças” (AS2, 2016).

Assim, percebe-se que os principais instrumentos utilizados, são os cadastros socioeconômicos e o parecer técnico. De modo que referindo-se particularmente ao setor de ações emergenciais, o instrumento mais utilizado é o cadastro socioeconômico. O qual não é somente realizado pelas assistentes sociais do setor, mas por toda a equipe multidisciplinar (socióloga, estagiários, e técnicos administrativos). Sendo que durante a Operação Chuva esse cadastro é, em sua maioria, realizado por assistentes sociais, mas também por profissionais de outras áreas que são requisitados ao serviço de apoio, a exemplo de psicólogos.

Além dos referidos instrumentos, há também a técnica de mobilização comunitária, a qual configura uma importante estratégia de intervenção, para a realização das atividades da Defesa Civil nas comunidades. Desde 2014 quando se iniciou o estágio na instituição, tal estratégia de intervenção já era de maior responsabilidade do setor de ações preventivas. Porém, obteve-se a informação que há alguns anos atrás não havia separação de setores nos

quais as assistentes sociais estão inseridas. Tanto o trabalho preventivo, quanto o emergencial era realizado pelos profissionais em um único setor, o SESOC.

Através da experiência de estágio no SESOC, onde se teve a oportunidade de observar a dinâmica de trabalho em torno dos cadastros, e também de realizá-los inúmeras vezes, notou-se que embora não seja um instrumento exclusivo do assistente social no setor, o seu uso pelo profissional é que imprimirá a diferença, pois serão demandadas as habilidades específicas profissionais vinculadas à dimensão teórico metodológica e que se expressam, por exemplo, através da linguagem e da observação. Isto porque como já foi abordado na seção 3.2, não se pode condicionar os objetivos profissionais aos instrumentos que a instituição dispõe.

Segundo Sousa (2008, p. 124):

expressar os objetivos que se quer alcançar não significa que eles necessariamente serão alcançados. Nunca podemos perder de vista que qualquer ação humana está condicionada ao movimento histórico em que ela é desenvolvida. A realidade social é complexa, heterogênea e os impactos de qualquer intervenção dependem de fatores que são externos a quem quer que seja- inclusive ao Serviço Social. Como analisa Iamamoto (1995), reconhecer as possibilidades e limitações históricas, dadas pela própria realidade social, é fundamental para que o Serviço Social não adote por um lado uma postura fatalista [...] ou por outro lado, uma postura messiânica [...]. É importante ter essa compreensão para localizarmos o lugar ocupado pelos instrumentos de trabalho utilizados pelo Assistente social em sua prática.

Isto expressa um dos grandes desafios ao exercício profissional do assistente social, visto que, por ser um trabalhador assalariado, não dispõe de recursos próprios, dependendo assim das instituições que os contratam para utilizar os instrumentos que irão subsidiar as atividades realizadas. Tem-se a clareza de que o modo como são disponibilizados os instrumentos corporificados em recursos materiais, financeiros e humanos, por vezes dificultam e limitam a efetividade da ação profissional.

Assim, no desenvolver da ação profissional é fundamental o reconhecimento de sua instrumentalidade. Segundo Martinelli & Koumrouyan (1994 apud Sousa, 2008, p.125), “define-se por instrumental o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa ideia, o instrumento é estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação; a técnica é a habilidade no uso do instrumento”.

Por essa razão, é essencial que os assistentes sociais tenham clareza sobre o significado social da profissão, o qual por vezes é indefinido ao olhar das instituições contratantes. Mesmo diante de desafios, relações de poder e tensões cotidianas, tal indefinição

institucional pode ser um saldo positivo ao profissional que tem o conhecimento acerca do por que e para que de sua intervenção, para assim poder desenvolver estratégias de atuação e enfrentamento das “armadilhas<sup>30</sup>” entranhadas nos espaços sócio ocupacionais.

Com base nisso, retoma-se então as explanações das entrevistadas para verificar-se aspectos dessas problematizações na realidade posta ao Serviço Social na CODESAL. Desta forma, quando questionadas sobre os principais parâmetros e diretrizes para realização do trabalho na instituição, a AS1 (2016) respondeu que: “Teoria, Princípios éticos do Serviço Social, e diretrizes da Instituição nortearam o meu trabalho à frente do serviço social da 1ª Comissão de Defesa Civil em Salvador”. Já a AS2 (2016) destaca que:

Isso é difícil, porque a cada momento a gente vê que as orientações são mudadas. A gente trabalha com demandas, e quando a gente vai, planeja, vai atuar alí, a mudança vem de imediato. Inclusive, a gente tinha o período da Operação Chuva, dentro do Decreto seria de 01 de abril a 31 de agosto, e isso foi interrompido. O Decreto só foi até o dia 15 de julho, e a gente não teve nenhuma orientação, nenhuma preparação, para que houvesse esse rompimento. Inclusive as pessoas foram avisadas que iam continuar com plantão de final de semana. Tem solicitante que chega aqui dizendo que não pode vir porque trabalha. Tá fazendo uma faxina, tá fazendo qualquer tipo de atividade, e que não pode vir durante a semana. E por conta dessa ruptura tá ficando sem atendimento. Então as coisas aqui são mudadas de uma hora pra outra, a gente não tem nenhuma interferência de colocar: oh não! Não pode ser dessa forma, porque tá acontecendo isso e isso... a gente não decide.

Como se pode identificar nesta fala, há um entrave ao trabalho do assistente social na CODESAL relacionado à inserção nos processos de decisões institucionais, inclusive nas que impactam no seu trabalho. Na explanação a seguir a AS2 destaca também que não há horizontalidade de tais decisões, enfatizando que:

Inclusive esse ano ainda teve um agravante. Há anos agente trabalhou com o cadastro socioeconômico, e esse cadastro foi mudado<sup>31</sup>. E em alguns momentos a mudança houve sem nenhuma consulta prévia do que agente achava, sem nenhuma contribuição do Serviço Social. Foi simplesmente mudado! Aí alteraram, a gente teve que ir atrás! Dizer: não, mas a gente acha importante, a gente acha que é necessário. Algumas coisas foram mudadas, outras permaneceram. Sem que a gente tomasse nem pé, nem tivesse sido consultado. Por ser uma parte do Serviço Social, a

<sup>30</sup> Expressão utilizada aqui para referir-se às estratégias institucionais que são utilizadas rotineiramente como mecanismo de fragilizar e alienar a atuação de determinada categoria profissional ou toda classe trabalhadora, em detrimento de seus interesses. A referida expressão é utilizada por autores do Serviço Social, a exemplo de Charles Toniolo de Sousa (2008).

<sup>31</sup> Com a reestruturação da CODESAL ocorreram algumas mudanças nos procedimentos operacionais da instituição. O cadastro socioeconômico, por exemplo, a partir da Operação Chuva de 2016 passou a ser chamado de Ficha Social. Adotando-se um modelo mais reduzido no campo das informações, objetivando-se tornar o atendimento menos prolongado.

mudança do cadastro tinha que ser uma coisa pensada pelo Serviço Social, e não ingerências de terceiros, nem da engenharia. Esse não é papel da engenharia! Mudar o trabalho, o cadastro do Serviço Social, mas a gente sofreu isso.

Verifica-se que o trabalho das assistentes sociais no setor de ações emergenciais, ficou muito condicionado ao cadastro socioeconômico, o instrumento mais utilizado no referido setor, ao decorrer dos anos em que a CODESAL realiza ações de defesa civil em Salvador. Embora seja um instrumento muito utilizado por assistentes sociais, na Operação Chuva principalmente, não é exclusivo dessa categoria, pois é utilizado por outros profissionais. A grande questão em torno disso é que não ocorre de modo efetivo uma interdisciplinaridade nos processos coletivos de trabalho, os quais são tensionados por relações de poder institucional, em que há uma centralidade no papel do engenheiro, categoria esta que possui um poder hegemônico na Defesa Civil de Salvador.

Neste sentido, apoia-se a Raichelis (2009, p.15), para reforçar que:

É cada vez mais frequente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais na coordenação e implementação de projetos em diferentes campos das políticas sociais e nas atividades [...] que impõem novas exigências para as assistentes sociais. Ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas.

Nesta perspectiva do trabalho interdisciplinar é preciso que as competências e atribuições profissionais estejam bem definidas e reconhecidas, de modo a não serem forçadas no exercício cotidiano de trabalho, e assim sobrepostas a relações de poder hegemônico e hierárquico.

Em relação às atribuições do Serviço Social na CODESAL, a AS1 (2016) informou que, no período em que ainda trabalhava na instituição, eram:

elaboração do projeto de atuação do setor e a execução de iniciativas e medidas necessárias para o andamento das ações previstas, para os períodos de chuvas e emergências e de Calamidade Pública decretada pela PMS (Prefeitura Municipal de Salvador). Articulação e mobilização dos recursos da PMS e das comunidades disponíveis; treinamento dos técnicos em Serviço Social, auxiliares e voluntários, colocados à disposição da Comissão de Defesa Civil; organização de escala de plantão com o revezamento de técnicos; formação e supervisão de grupos de trabalhos; desencadeamento de campanhas de doações; triagem e cadastramento das famílias atingidas; encaminhamentos para outros Órgãos; parecer técnico, junto ao setor de engenharia, equacionando os dados dos setores para traçar possíveis soluções de urgência para a transferência das famílias, das áreas de risco para alojamentos provisórios; organização interna do alojamento contando com a participação das famílias; distribuição de colchões, roupas, alimentação e água; relação e cadastramento das famílias em situação de abrigo; supervisão dos abrigos,

acompanhados por uma Assistente Social escalonada para o plantão do dia com apresentação de relatório de suas atividades e soluções dadas; análise dos relatórios e levantamento das necessidades e providências cabíveis; análise dos dados cadastrais e levantamento estatístico para oferecer melhor visibilidade da situação social das famílias vitimadas.

A respeito ainda das atribuições, a AS2 (2016) afirmou que:

a princípio era só o cadastramento dos moradores de área de risco, quando ainda não existia o trabalho preventivo. Depois isso foi se modificando, e nós começamos fazer um trabalho preventivo. De ir até as comunidades, levar as orientações da Defesa Civil nas comunidades, nas escolas. E, agente também ia junto com a engenharia, e já identificava que aquele imóvel, aquela unidade habitacional era passível de um deslizamento, era passível de um desabamento. E nesse momento que a gente ia in loco, a gente já cadastrava. Depois houve mudanças e aí essa parte preventiva foi separada do Serviço Social, ou melhor dizendo foi exercida pelo Serviço Social, mas não o de atendimento. Houve a divisão, a gente ficou no atendimento, e um outro grupo foi formado pra dar um suporte das atividades preventivas. A separação ocorreu porque tudo era feito juntamente, a gente atendia, fazia o trabalho preventivo<sup>32</sup>, desenvolvia o trabalho nas escolas// então ficou muita coisa. O Serviço Social sempre foi um grupo muito pequeno aqui na CODESAL. Nós éramos seis assistentes sociais! Então ficavam duas no setor pra dar o atendimento, e o restante ia todo mundo pra área, pra panfletar, pra dar orientação boca/boca, pra fazer o trabalho boca/boca.

Diante destas atribuições destacadas pela AS1 e AS2 em suas explicações, nota-se que as intervenções da Defesa Civil de Salvador, pauta-se em duas ênfases: o atendimento individual e o trabalho de mobilização social. O primeiro como já foi destacado ao longo do trabalho, é realizado principalmente por meio do cadastro socioeconômico, e o segundo ocorre mais precisamente através da mobilização nas comunidades localizadas em áreas de risco.

Referente à mobilização social, Inácio (2015, p.42) expressa que:

[...] significa uma mobilização que interessa à sociedade, que se propõe a promover a transformação social em prol da maioria da população, da melhoria da qualidade de vida de um povo, da defesa de um ecossistema, do respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Nesta direção, no que diz respeito ao Serviço Social, as duas ênfases mencionadas, constituem-se como importantes ferramentas para contribuir com a efetivação do trabalho do assistente social na CODESAL. De modo que se faz necessário, que estas sejam bem associadas no cotidiano do exercício profissional, pois possibilitam uma interação e articulação politizada com os indivíduos e grupos sociais atendidos, na perspectiva de

<sup>32</sup> A entrevistada AS2 informou que as ações pautadas no trabalho preventivo foram iniciadas em 1997.

envolvê-los no contexto institucional, tendo em vista também lhes proporcionar acesso a informações, aos serviços sociais prestados, ou seja, promover-lhes a participação social.

Como ato político, a mobilização requer uma ação comunicativa que possibilite a relação entre emissor e receptor transformando cada um e a realidade compartilhada. Uma comunicação com conteúdo e forma adequados. Daí a importância de um processo dialógico que se aproxime da realidade mais micro do sujeito de modo a conhecer seus costumes, gostos, valores, aspirações, emoções (VASCONCELOS et al, 2015, p. 107).

Retomando novamente ao diálogo referente às atribuições do Serviço Social na CODESAL, quando indagada sobre quais delas são exclusivas ao assistente social, a AS2 (2016) argumentou que:

exclusivas? Eu acho que esses trabalhos de encaminhamentos. Porque hoje, como eles fizeram com o nosso cadastro, qualquer pessoa pode atender. Agora atender com o nosso olhar, não! O cadastro passou a ser formulário- uma ficha. É uma ficha, mas o pessoal que preencher e não for assistente social, não vai identificar as demandas, não vai identificar que aquela pessoa precisa ser encaminhada pra outro serviço. Vai simplesmente preencher! Mas o assistente social vai olhar com outros olhos.

Apesar de nesta fala, a assistente social dar a entender que o cadastro era um instrumento exclusivo do assistente social na CODESAL, observou-se durante o estágio, e assim como já foi explanado anteriormente, era um instrumento utilizado por vários funcionários da instituição, inclusive na Operação Chuva de 2015, momento este em que por motivo da cidade de Salvador estar em situação de calamidade pública, a CODESAL recebeu durante todo período de intensas chuvas um grande número de pessoas, principalmente as residentes em áreas de risco, que foram cadastradas para serem encaminhadas ao auxílio social, entre outros.

Cabe destacar a percepção da entrevistada acerca de como o assistente social tem uma contribuição diferenciada, o que demarca o reconhecimento da instrumentalidade do trabalho profissional, que o diferencia daqueles que simplesmente irão preencher uma ficha. Então reforça-se a compreensão de como os instrumentos e técnicas não estão desvinculados das perspectivas teórico metodológica e ético política que sedimentam o trabalho profissional. Portanto, refere-se novamente a Sousa (2008, p. 131) para afirmar que:

não é possível pensar um instrumento de trabalho como se ele pudesse ser mais importante do que os objetivos do Assistente Social. O instrumental é o resultado da capacidade criativa e da compreensão da realidade social, para que alguma intervenção possa ser realizada com o mínimo de eficácia, responsabilidade e competência profissional. Mas é importante ressaltar que, independente do

instrumento que se utilize, a dimensão ético-política deve ser constantemente refletida e pensada [...]. Se o nosso modus operandi não estiver em plena sintonia com o projeto ético-político que, hoje, defende o Serviço Social, podemos cair nas teias do conservadorismo e do tecnicismo, tão presentes na trajetória histórica da nossa profissão.

Todavia, visualiza-se que há uma lacuna na definição e esclarecimento do que compete ao assistente social realizar na Defesa Civil e quais as suas atribuições privativas. Sendo que tais competências e atribuições devem ser respaldadas no Código de Ética profissional, e não submetidas aos ditames, procedimentos e instrumentos institucionais.

Nessa perspectiva, ressalta-se, através de IAMAMOTO (2009, p. 7- 8), que:

A Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, estabelece respectivamente nos seus artigos 4º e 5º as competências e atribuições privativas do assistente social. As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social. Esse esclarecimento conduz à elucidação da concepção mesma de profissão de Serviço Social, uma vez que a auto qualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos.

Outros aspectos que se buscou identificar nesta pesquisa foram referentes aos principais desafios ao trabalho do assistente social na instituição, e às possibilidades de atuação da categoria profissional na CODESAL além do que já é desenvolvido. No que diz respeito a tais desafios, a AS2 (2016) expressou que:

o principal, é a questão da autonomia! É essa questão da autonomia, é essa questão de reconhecimento, porque eu acho que nós deveríamos ser mais ouvidas. Como eu coloquei a você: há mudanças aqui, inclusive no Setor Social, e nós não somos ouvidas, nós não somos chamadas. Nossas contribuições, nossa prática, nosso dia a dia não é reconhecido, pra dizerem assim: Vamos fazer uma mudança, mas vamos ouvir os profissionais que lá atuam. Pra que essa mudança, venha ajudar no desenvolvimento do nosso trabalho. A gente recebe as coisas prontas! Aí no desenrolar do processo, é que a gente vai apontando as falhas. Não! Por que não foi feito dessa forma? Sim, a gente tá colocando as observações, mas essas observações não são vistas a quem de direito. Então, eu acho que é isso! Aqui a gente tem que ser ouvida nas decisões, principalmente no que refere ao Serviço Social.

Desse modo, nota-se que para a entrevistada os principais desafios postos ao trabalho do assistente social na Defesa Civil de Salvador, são referentes às relações de poder que se estabelecem na instituição, onde os engenheiros possuem maior autonomia nas relações cotidianas do exercício profissional, de modo a conferir ao Serviço Social e às demais profissões da área social um lugar subalternizante.

É visível que a instituição não fortalece o processo de trabalho coletivo de modo interdisciplinar, na perspectiva da articulação, planejamento e tomada de decisões, inclusive com a não inserção das assistentes sociais em processos de decisão que dizem respeito diretamente às ações a serem desenvolvidas e aos instrumentos a serem utilizados. Como se a ação e intervenção profissional das assistentes sociais estivessem fadadas a mera execução das atividades institucionais, dificultando assim a legitimação do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional e a sua autonomia profissional.

O assistente social, em função de sua qualificação profissional, dispõe de uma relativa autonomia teórica, técnica e ético- política na condução de suas atividades. Todavia essas dependem de meios e recursos para serem efetivados, os quais não são propriedades do assistente social, visto que se encontra alienado de parte dos meios e condições necessárias à efetivação de seu trabalho. Assim, os meios e as condições em que se realiza o trabalho, como por exemplo, as diretrizes ditadas pelas políticas sociais públicas ou empresariais, as relações de poder institucional, as propriedades políticas estabelecidas pelas instituições, os recursos humanos e financeiros que se possa mobilizar, as pressões sociais, etc.- não se afiguram como “condicionantes externos” ao trabalho profissional. Ao contrário, são condições e veículos de sua realização, indispensáveis como elementos constitutivos desse trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.99-100).

Esta argumentação de Iamamoto (2009) pode ser conectada à realidade do Serviço Social na CODESAL, pois as relações de trabalho na instituição impactam na autonomia profissional das assistentes sociais, bem como os determinantes acerca das decisões institucionais, dos meios e recursos de trabalho disponibilizados, os quais de fato não podem ser compreendidos como “condicionantes externos” assim como destaca a autora em sua explanação. Isto configura para o assistente social, desafios cotidianos, pois não basta compreender-se como trabalhador que dispõe de relativa autonomia, mas aliar os conhecimentos teórico- metodológico, ético- político, com o estudo da realidade institucional em que está inserido para tornar mais viável a mencionada relativa autonomia profissional.

No entanto, diante de tais desafios, é preciso que o assistente social assuma uma postura crítica, propositiva e criativa, para assim desenvolver estratégias de atuação, e saber utilizar a relativa autonomia que dispõe objetivando a legitimação da sua prática cotidiana. Mais que isso, reconhecer-se enquanto sujeito partícipe da classe trabalhadora, e construir coletivamente frentes de lutas em prol de melhores condições de trabalho, contribuindo assim para a efetivação dos direitos humanos e sociais dos sujeitos que solicitam a sua intervenção profissional nos espaços institucionais.

Nas palavras de Iamamoto (2009, p.12):

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

A partir da entrevista pode-se visualizar um outro desafio atual ao Serviço Social na CODESAL, que diz respeito a sua própria continuidade na instituição. Como se nota na fala a seguir:

a todo o momento eles estão dizendo que vão acabar com o Serviço Social. Pelo menos no atendimento emergencial. Esse ano não se acabou, porque tudo ia passar pra SEMPS. O que a gente ouvia falar era que o Serviço Social ia acabar. Eu ia pra não sei pra onde, Y ia pra não sei pra onde. E quem ia fazer o atendimento emergencial era a SEMPS (AS2, 2016).

Esta informação da AS2 tem conexão com a proposta de reestruturação da CODESAL, ocorrido do final de 2015 a 2016. Durante o planejamento de tal reestruturação, os gestores da instituição cogitaram extinguir o SESOC e transferir a responsabilidade do atendimento emergencial para a SEMPS, tendo como uma das justificativas a proposta de focar e investir mais nas ações preventivas.

Vale ressaltar que até o momento em que se finalizou o estágio na CODESAL, não foi presenciado uma articulação entre os profissionais do SESOC para propor novas possibilidades em relação ao atendimento emergencial e de respostas aos desastres, pois a tensão maior era em relação a oposição à mudança ocorrida no cadastro socioeconômico. Além disso, observou-se que tanto a assistente social e a socióloga já não tinham tantas perspectivas em relação ao trabalho na instituição.

Por essa razão a AS2 (2016) confirmou negativamente, quando questionada se de fato houve alguma inovação para o Serviço Social no SESOC após a reestruturação ocorrida na CODESAL. Ademais, ao referir-se à percepção de outras possibilidades de atuação da categoria profissional no referido órgão, além do que já é desenvolvido, afirmou:

olhe, eu vejo! Agora espaço para, abertura para fazer qualquer coisa a gente não tem. Então eu acho assim: as pessoas aqui na CODESAL, porque elas estão há muito tempo na direção, na gestão do órgão, elas pensam que isso aqui é a casa delas. Então boicotam qualquer tipo de atividade que eles acham que não é pertinente, que eles nem analisam. Eles, simplesmente boicotam!

De fato, Iamamoto (2009, p. 99) destaca que, “mesmo a realização de entrevistas, reuniões de grupo, encaminhamentos, visitas domiciliares, orçamentos sociais, formulação de

programas e projetos etc; passam pela intermediação das instituições empregadoras que condicionam sua efetivação”.

Através das entrevistas, entende-se que um dos desafios para melhores possibilidades de trabalho do assistente social na CODESAL é a forma de gestão institucional, a qual está impregnada de condutas conservadoras, clientelistas e político partidárias. Pautada então numa dinâmica e cultura que desarticula a classe trabalhadora, e propaga o poder hierárquico e hegemônico nas relações cotidianas de trabalho, ferindo os valores éticos e democráticos da coisa pública.

Nesse sentido, tal como destaca Iamamoto (2009, p.143):

reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito. Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ ou alargamento de canais que permitem o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação etc.

No que tange ao modo como classifica ou caracteriza seu trabalho na instituição, a AS2 (2016) encerrou sua participação na entrevista, expressando o seguinte:

Eu tento fazer o melhor! Eu realmente gosto da minha profissão, tenho amor por ela. Então eu tento fazer da melhor forma possível! Quando eu atendo uma pessoa, que eu vejo que ela não tem condições de ir lá, de dialogar de igual pra igual com o engenheiro, porque tem que saber... Nós dependemos do atendimento do engenheiro pra dar prosseguimento ao nosso trabalho. Se o engenheiro coloca alguma interferência que não condiz com aquela realidade que é apresentada, a gente tem que tentar conversar com ele, com o engenheiro, pra ver se chega a algum termo. Porque as vezes o engenheiro coloca uma coisa na vistoria técnica e quando a gente conversa com o solicitante(usuário) ele dá outra versão totalmente diferente. Não, mas não é alagamento não. Tem rachaduras, tem isso, tem aquilo. E aqui muitos engenheiros só levam em consideração a questão física. E se ele levar em consideração só a questão física não tem como o Setor Social trabalhar. Se essa demanda não vem pra gente, a gente não tem como encaminhar, não tem como orientar. Então, se ele não levar em consideração a questão social também da pessoa, essa demanda- essa clientela não vai chegar até a gente- o usuário não vai chegar até a gente.

Esta explanação da AS2 reforça a importância da compreensão que se deve ter do Serviço Social como integrante dos processos de trabalho coletivos, e o quanto é desafiante ao assistente social tornar visível e efetivo o significado e contribuição da profissão mediante ao trabalho multidisciplinar, pois um significativo número de profissionais de áreas diferentes não tem a mínima percepção acerca do que é o Serviço Social.

Sobretudo em campos de atuação em que há uma forte ênfase em intervenções físicas, como no caso da Habitação, do Saneamento e da Defesa Civil em questão, na qual existe forte hierarquização das profissões, é ainda mais desafiador para os assistentes sociais e demais trabalhadores da área social conterem as tentativas de subalternização profissional. De modo que estas colisões expressas no cotidiano laboral estão relacionadas com as diferenças de visões profissionais, entre o que perpassa da perspectiva do trabalho coletivo e em prol dos direitos sociais à perspectiva dos privilégios institucionais e /ou interesses próprios.

Desse modo, identifica-se que ainda é um embate ao Serviço Social a forma como os assistentes sociais estão inseridos nas instituições públicas estatais, em novos espaços sócio ocupacionais como a Defesa Civil de Salvador/BA. Portanto, desse percurso de pesquisa ficam questões como: qual o lugar do Serviço Social na instituição Defesa Civil? E quais as possibilidades de uma ação crítica e propositiva nesse espaço sócio ocupacional?

Tomando-se por base a experiência na instituição como sujeito participante de um processo de estágio enquanto estudante de Serviço Social, e atrelando isso aos diálogos traçados com as profissionais da instituição, particularmente as entrevistadas, pode-se afirmar que o Serviço Social nesse espaço de trabalho está envolto em uma realidade forjada aos ditames institucionais, sob um movimento subalternizante e desarticulador da categoria profissional enquanto pertencente a uma mesma classe trabalhadora.

Nesse sentido, faz-se necessário que este espaço do exercício profissional seja mais conhecido pela categoria de assistentes sociais, bem como pelas entidades fiscalizadoras do exercício profissional, pois não se deve permitir a fragilização da profissão, nem tampouco a desvalorização do sujeito assistente social, que por si só não vai dar conta de desafios que competem a todo conjunto do Serviço Social enfrentar.

Desta forma, é importante uma maior inserção de assistentes sociais nesse âmbito de trabalho, bem como produções teóricas e pesquisas que possam contribuir para que o Serviço Social construa bases mais sólidas e qualitativas nessa área profissional de caráter intersetorial. Nesta direção, Almeida & Alencar (2011, p.92) salientam que:

as mudanças na lógica de organização do processo de trabalho coletivo, não se restringem, no entanto, aos momentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, tampouco às redefinições das bases territoriais de atuação [...] tem implicações decisivas no campo do conhecimento, dos saberes e no seu grau de articulação, como uma condição fundamental para a mudança na perspectiva de organização das práticas institucionais [...] Não pode ser pensada apenas como rearranjo organizacional, mas como enfoque diferente dos problemas sociais que exige uma mudança de comportamento institucional, expressa em processos de trabalhos organizativos por outra lógica. Processos que têm modificado não apenas seus fluxos, mas seus conteúdos, suas linguagens, seus resultados.

No tocante as possibilidades de trabalho do assistente social na Defesa Civil, pode-se afirmar que elas não podem ser desprezadas, pois mesmo diante de desafios e limites, não se pode, sob uma visão fatalista, desprezar a projeção do novo, ou seja, as ações inovadoras. O trabalho do assistente social neste espaço sociocupacional pode ser realizado tanto com ações emergenciais e de respostas aos desastres quanto em ações preventivas. De maneira que para poder desenvolver esse tipo de trabalho é importante que os assistentes sociais possam participar da gestão, coordenação, planejamento, assessoria, e não estar fadado a ser um mero executor de atividades elaboradas por terceiros.

Como aponta Sousa (2008, p.124):

[...] isso pressupõe que, mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazo.

Outro fator importante para que haja uma consolidação do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil, é que, por se tratar de um espaço articulador e intersetorial, necessita de profissionais tais como os assistentes sociais, que estejam habilitados a trabalhar com as políticas sociais e públicas, e que, de fato, efetivem a articulação entre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil às Políticas de Assistência Social, de Saúde, de Educação, Urbana e de Habitação, pois a “Questão Social” e suas expressões não podem ser fragmentadas, bem como os direitos da população usuária também.

Além disso, por ser a Defesa Civil um âmbito profissional que em todo cenário brasileiro atua com questões que envolvem desastres naturais somados a problemáticas sociais em tornos das cidades, é necessário que os profissionais que atuam nesse âmbito tenham conhecimento acerca da questão socioambiental. Portanto, é nesse sentido que, na última seção deste trabalho, pretende-se abordar brevemente sobre o trabalho do assistente social diante da referida questão socioambiental.

### 3.4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Para iniciar esta seção, é fundamental expor que o interesse em abordar brevemente nesta monografia, o diálogo sobre o trabalho do assistente social diante da questão

socioambiental, reforçando a importância deste assunto, partiu da vivência no estágio na Defesa Civil de Salvador/BA, especialmente na experiência com o trabalho preventivo feito nas comunidades localizadas em áreas de risco da cidade, através dos NUPDECS. Anteriormente a isso, não se tinha aproximação com a temática socioambiental, que foi descoberta por meio da referida experiência de estágio, a qual requisitou-se a atitude investigativa de pesquisar sobre a Defesa Civil em Salvador e no Brasil, bem como sobre a atuação do Serviço Social neste âmbito, propiciando então encontrar na web sites artigos que discutem a questão socioambiental e atuação do assistente social.

Segundo Nunes & Silva (2013, p. 2):

a questão socioambiental<sup>33</sup> apresenta-se enquanto temática que vem sendo cada vez mais discutida em decorrência, principalmente, da divulgação massiva da mídia sobre a intensificação de situações de desastres. Principalmente a partir da década de 1970, manifestações, reuniões, foram realizadas com o intuito de inserir a temática no centro das políticas públicas enquanto mecanismo de reparação e preservação do meio ambiente, propondo estratégias para internalizar normas ecológicas às políticas econômicas, deslocando dessa discussão o aspecto social e político inerentes ao campo ambiental.

Vale destacar que a autora Letícia Soares Nunes<sup>34</sup>, muito contribuiu com a compreensão desta problemática, visto que tem importantes publicações acerca do trabalho do assistente social com a questão socioambiental. Através desta autora, encontrou-se também motivação para construir este trabalho, e assim colocar como uma das possibilidades de atuação crítica e propositiva dos assistentes sociais no âmbito da instituição Defesa Civil, o desenvolvimento de suas intervenções pautando-se também na questão socioambiental. De modo que o trabalho realizado por assistentes sociais da CODESAL, por exemplo, na formação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDECS) constitui-se como uma das vias de acesso a esta possibilidade.

A respeito dos NUPDECS, Santana (2012, p.128) afirma que:

as políticas públicas da Defesa Civil por ter caráter transversal muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade brasileira nas suas atribuições de prevenção, preparação, resposta e reconstrução nos desastres socioambientais. A sociedade

<sup>33</sup> O termo “sócio” inserido no “ambiental” é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental.

<sup>34</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação (PPGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2012. Doutorado em andamento em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Título: A discussão da questão socioambiental no processo de formação dos assistentes sociais.

identifica as demandas sociais por políticas públicas de habitação, infraestrutura, emprego- renda, educação, alimentação, cultura, segurança entre outras. Nesse sentido somente no evento do desastre ocorre comoção pública e mobilizam setores públicos, privados e não governamentais na busca de soluções imediatas. Então, os núcleos de defesa civil comunitário são considerados pelos gestores públicos e sociais como elo fundamental da política nacional de defesa civil como multiplicadores da cultura de prevenção de riscos a desastres socioambientais.

O trabalho preventivo realizado na CODESAL, especialmente por meio dos NUPDECS, possibilita ao assistente social realizar mobilização comunitária e assim conhecer várias realidades sociais. Nas quais pode desenvolver também atividades de caráter socioeducativo, numa perspectiva ético política, para levar informações com conteúdo de proteção e defesa civil, articulando também a execução de projetos socioambientais. Contribuindo também para que os sujeitos sociais envolvidos tenham uma participação emancipatória e democrática.

Nas palavras de Sousa (2008, p. 128):

trabalhar em projetos comunitários na perspectiva ético-política defendida pelo Serviço Social, hoje significa criar estratégias para mobilizar e envolver os membros de uma população situada historicamente no tempo e no espaço nas decisões das ações que serão desenvolvidas, uma vez que são eles o público-alvo do trabalho do Assistente Social. Assim, trata-se de um processo de mobilização comunitária.

No tocante ao trabalho comunitário por meio de projetos socioambientais, é muito importante que o assistente social compreenda os fatores ambientais como parte da “Questão Social”, ou melhor dizendo, como uma de suas expressões e que nesse sentido a questão socioambiental,

deve ser “[...] entendida enquanto o modo pelo qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive em todas suas facetas” SAUER; RIBEIRO (2012 apud NUNES, 2013, p. 3). Ou seja, entende-se que o ambiente é uma categoria constituída por relações entre elementos humanos e naturais, ou seja, um conjunto de componentes químicos, físicos, biológicos, geográficos, sociais, econômicos e culturais. Conforme Gonçalves (1989) compreender o ambiente nesta perspectiva, significa ampliar seu conceito para além dos aspectos físico- biológicos, ou seja, é resultado da interação entre homem e natureza e exprime uma totalidade que só se concretiza a medida que é preenchido pelos sujeitos individuais e coletivos com suas visões de mundo (NUNES & SILVA, 2013, p.3).

No entanto, Nunes & Silva (2013, p.3) também apontam que diante das relações sociais de interesses e produção capitalistas, existem várias estratégias para despolitizar a questão socioambiental, ou seja, considerar as causas e efeitos do referido sistema de produção, naturais, e assim fragilizar e “diminuir as críticas de caráter social e ecológico contrárias a este modo de produção”. Com isso, faz-se necessário que os profissionais que

trabalham diante da questão socioambiental, considerando neste caso não só o assistente social, pois não é um campo exclusivo a esta categoria profissional, tenham competência pautada na teoria crítica para construir neste uma ação propositiva e efetiva.

Todavia, referindo-se aqui particularmente ao Serviço Social e sua relação com a questão socioambiental, é necessário que haja um avanço desta relação, no tocante ao investimento acadêmico, pois ainda é ínfimo o debate sobre o trabalho do assistente social acerca da temática socioambiental. De modo que a falta de preparação teórico-prática nesse contexto de atuação profissional, coloca-se como um dos embates para que o Serviço Social contribua com respostas efetivas e legitimadoras nos espaços sócio ocupacionais, a exemplo dos que trabalham com situações de desastres socioambientais, como a Defesa Civil.

Nunes & Silva (2013, p. 4) reiteram que:

[...] o assistente social, em conjunto com outras categorias profissionais, vem oferecendo respostas ao agravamento da problemática socioambiental. Contudo, se por um lado identifica-se que as diversas refrações da questão socioambiental vêm se constituindo em um novo desafio aos Assistentes Sociais, por outro lado constata-se que a temática socioambiental ainda é- mesmo com alguns avanços na última década- um espaço incipiente de debate e de intervenção no âmbito do Serviço Social.

Vale destacar aqui que tal constatação das autoras supracitadas fundamenta-se em pesquisas que as mesmas vêm realizando durante suas trajetórias acadêmicas sobre a atuação dos assistentes sociais diante da questão socioambiental, a destacar pesquisas bibliográficas e empíricas, dentre as quais:

pesquisas concluídas em 2012 citam-se a discussão em torno da questão socioambiental no bojo da sociedade capitalista, Educação Ambiental e da atuação do Assistente Social em diferentes contextos, a exemplo das situações de desastres e calamidades públicas, na elaboração de projetos socioambientais, dentre outros (NUNES, 2013, p.2).

Importa também, destacar outros autores apontados pelas referidas autoras, os quais confirmam que mesmo ocorrendo aumento de produções sobre a questão socioambiental, ainda há uma ínfima ou até mesmo inexistência da inserção desta temática nos cursos de Serviço Social. De modo que isso “reflete no acúmulo teórico, bem como no exercício profissional dos Assistentes Sociais” (NUNES, 2013, p. 4). Dentre os autores em destaque estão: Santos (2007), Bourckhardt (2010), Silva (2010), Silva e Rafael (2010), Sauer e Ribeiro (2012).

Nesta direção, corrobora-se com Nunes & Silva (2013), para problematizar que de fato há uma necessidade de melhor investimento acadêmico no que tange a abordagem da questão socioambiental no processo de formação profissional em Serviço Social, a exemplo da própria experiência no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia/Salvador-BA. Identifica-se que do ano de início da graduação, em 2012, até este exato período de conclusão do curso, 2016, não se obteve tanto nas disciplinas obrigatória<sup>35</sup> quanto nas optativas, abordagens sobre a questão socioambiental. Somente ao cursar em 2016.1 a disciplina de Tópicos Especiais é que timidamente houve um debate sobre esta temática, quando se apresentou dois trabalhos de sala de aula, um expondo a experiência de estágio na Defesa Civil de Salvador, e o outro apresentando um fichamento de artigo da própria Leticia Soares Nunes, intitulado “A questão socioambiental e atuação do assistente social<sup>36</sup>”.

Desse modo, as autoras referenciadas, tomando por base os dados de suas pesquisas, pontuam que:

A discussão da questão socioambiental, normalmente, não está presente enquanto disciplina obrigatória<sup>37</sup> nos currículos do curso de Serviço Social, porém, percebe-se que em algumas instituições de Ensino esta aparece como disciplina optativa. Mas, para além da existência ou não de disciplinas, afirma-se a importância desta categoria profissional buscar cada vez mais capacitação para poder atuar de forma qualificada, sendo que a universidade tem um papel fundamental nesse processo tanto no que diz respeito à formação, quanto na possibilidade de se elaborar projetos de extensão, bem como propiciar discussões sobre a atuação profissional diante da questão socioambiental em núcleos de pesquisa, por exemplo, com o intuito de aproximar da realidade posta aos profissionais (SILVA, 2012 apud NUNES & SILVA, 2013, p. 7).

Outro ponto a corroborar com as autoras, principalmente por ter sido a experiência que abriu as portas para a realização do estudo materializado nesse TCC, é sobre a realização do estágio. Vislumbra-se que a abertura de campos de estágio em espaços sócio ocupacionais em que os profissionais de Serviço Social atuam com a questão socioambiental, configura-se numa importante possibilidade dos estudantes articularem o conhecimento teórico com as experiências em campo de estágio.

<sup>35</sup> Para fins de esclarecimento, segue no Anexo(A) a grade curricular.

<sup>36</sup> Disponível na Referência Bibliográfica desse trabalho.

<sup>37</sup> É Válido informar que “algo visível, por exemplo, em pesquisa realizada por Santos (2009). Contudo, pesquisas como a de Bordignon (2006) também demonstram que embora não se tenha, na maioria das instituições, disciplina obrigatória para debater especificamente sobre a questão socioambiental, há algumas disciplinas obrigatórias que permitem a inclusão de tal temática nas suas ementas, visto que se propõe a discutir temas emergentes na profissão” (NUNES & SILVA, 2013, p, 7).

Nas palavras de Nunes & Silva (2013, p.8):

destaca-se, ainda, que o processo de supervisão de estágio também se constitui enquanto um espaço onde a temática é discutida no âmbito da formação. Ou seja, o estágio se constitui como um fundamental instrumento na formação da análise crítica e da capacidade investigativa, interventiva e propositiva do estudante, o qual precisa apreender os elementos concretos que constituem as contradições da realidade social capitalista. Assim, a existência e abertura de campos de estágio onde há profissionais que atuam com a temática socioambiental é de extrema importância para que os estudantes, nesse processo de ensino- aprendizagem, articulem os conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, sendo possível apreender a realidade dos diferentes campos de estágio e a dinâmica de atuação do Assistente Social nestes espaços.

Assim, é através desse debate que se objetiva que o trabalho do assistente social no âmbito da Defesa Civil tenha mais visibilidade tanto academicamente, na perspectiva de investir em pesquisas e projetos de trabalho que proporcionem uma melhor qualificação profissional, quanto ao aspecto geral em que todo o conjunto do Serviço Social possa defender uma maior inserção de assistentes sociais nesse espaço do exercício profissional. Bem como em outros em que se aborde a temática socioambiental, contribuindo também para a ampliação do campo de trabalho da categoria, o qual não deve ser limitado aos tradicionais campos, tais como os da saúde e da assistência social.

Portanto, encerra-se esse trabalho crítico reflexivo, parafraseando Iamamoto (2009, p.48), para assim evidenciar que as possibilidades e frentes inovadoras existem, de modo a cada vez mais se apresentarem ao cotidiano profissional do assistente social, requisitando a estes sujeitos sociais a apropriação, conhecimento da realidade social, e desenvolvimento de um trabalho efetivo, pautado no Projeto Ético Político Profissional e demais aparatos legais que norteiam o desenvolvimento do Serviço Social. Os profissionais que estiverem alheios a isso, terão seus espaços ocupacionais absorvidos por outras categorias profissionais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do presente Trabalho de conclusão de curso, buscou-se abordar a realidade do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador/BA, tendo como objetivo conhecer e compreender a história do Serviço Social na referida instituição. Dialogando, assim, a respeito

da importância de refletir criticamente sobre a forma como o Serviço Social está inserido nas instituições públicas.

Identificou-se que existem lacunas em relação ao desenvolvimento do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, e conjectura-se que tal lacuna perpassa pelo âmbito da Defesa Civil em grande parte do território brasileiro. Conclui-se que ainda é um desafio para o Serviço Social se legitimar enquanto profissão nos vários espaços em que realiza a atividade laboral. Sendo uma responsabilidade de toda a categoria profissional fortalecer-se enquanto classe trabalhadora para vencer os ditames capitalistas impregnados nas instituições que os contratam, conhecendo então as possibilidades e limites que o cercam, para desenvolverem estratégias de enfrentamento e de criar bases mais sólidas de um fazer profissional coletivo e efetivo.

Além disso, tomando por base as considerações acerca do que foi exposto na seção 2.1 desse TCC e Netto (1996), faz-se necessário que os assistentes sociais não sejam alheios à dinâmica societária que circunscrevem a emergência do Serviço Social como profissão, para então apreender o seu significado social mediante as transformações societárias expressas no desenvolvimento capitalista. Transformações essas em que atrelam as profissões a forças hegemônicas e políticas, as quais através de seus projetos sociais, por exemplo, interferem no direcionamento do exercício profissional.

Referindo-se ao Serviço Social, tem-se em vista que o desafio é articular e alinhar seu projeto profissional que é também uma construção coletiva, com os projetos societários mais emancipatórios. Daí também a importância do desenvolvimento de estratégias e ações, munidas de um escopo teórico e ético para que no direcionamento social da profissão, ela não caia num pragmatismo estrutural. A direção social, seguindo de pressupostos e bases estratégicas tem um caráter contra hegemônico, pois defende os princípios de liberdade ao ser social, o qual deve ter o trabalho como uma ação dignificadora e não destrutiva que o tire do acesso a seus direitos, mas o permita acesso à democracia, pluralismo, igualdade e justiça social.

Com base no exposto, o Serviço Social assim como as demais áreas profissionais, não tem como escapar das demandas do mercado. De maneira que o desafio é como os assistentes sociais devem desenvolver as tão mencionadas estratégias para atuar profissionalmente, e não deixar que a profissão caia num abismo residual. Por essa razão é extremamente importante o conhecimento teórico e não desvinculação da relação teoria e prática no bojo do fazer profissional.

Sendo que, tomando por base as ideias de Netto (1996), outro fator que fragiliza e pode contribuir significativamente para que o Serviço Social caia no abismo residual, é a desqualificação da formação profissional, que está em grande parte norteadas por parâmetros mercadológicos, preparando profissionais para atender as demandas capitalistas, fragmentando o conhecimento a ações operativas, e distanciando os profissionais da qualificação intelectual que pode capacitá-los a ampliar suas intervenções e compreender cada vez mais o significado social da profissão em questão, analisando criticamente suas possibilidades e limites.

Referenciando a realidade do Serviço Social na Defesa Civil da cidade de Salvador/BA, faz-se necessário que os assistentes sociais repensem cada vez mais sobre a qualificação de seu trabalho nesse âmbito. Bem como é de extrema importância que haja uma maior inserção de assistentes sociais nesse espaço sócio- ocupacional, vislumbrando a possibilidade de fortalecimento da categoria e legitimação profissional, também na perspectiva de desenvolver estratégias de enfrentamento para que o caráter político, crítico, propositivo e defensor de direitos não caia na ingerência e subalternidade, os quais fazem parte de “armadilhas institucionais”, que podem levar também a fragilização da categoria enquanto classe trabalhadora.

Assim, é necessário ressaltar que falar da importância dos assistentes sociais repensarem ainda mais suas práticas e desenvolverem estratégias de enfrentamento para superar os entraves cotidianos que permeiam sua atuação, não se trata de culpabilizá-los enquanto profissionais, pois reconhece-se que existem inúmeras dificuldades para tais enfrentamentos, incluindo a relativa autonomia.

Faz-se necessário também que haja uma aproximação do âmbito acadêmico com o âmbito da Defesa Civil, pois é um espaço de atuação em que possibilita ao Serviço Social realizar trabalhos significativos, tais quais foram mencionados no capítulo 3. Inclusive por ser a Defesa Civil um dos âmbitos que requisita ao assistente social o conhecimento acerca da questão socioambiental.

Desse modo, almeja-se que esse trabalho de conclusão de curso contribua para que o Serviço Social no âmbito da Defesa Civil tenha mais visibilidade e construa bases mais sólidas para uma ação efetiva e legitimadora. Provocando também que se reflita cada vez mais como o Serviço Social está inserido nas instituições da esfera pública, requisitando da categoria profissional e das bases regulamentadoras da profissão, a exemplo do conjunto

CFESS-CRESS, uma melhor fiscalização das realidades institucionais nas quais o Serviço Social se insere.

Por fim, é valioso destacar que estagiar na Defesa Civil de Salvador/BA foi uma experiência muito enriquecedora, enquanto estudante de Serviço Social, futura assistente social, e humana. Diante de cada realidade social conhecida nas comunidades de áreas de risco, nos atendimentos internos realizados, pôde-se perceber como é preciso acreditar na profissão escolhida, a qual apresenta um mundo de desafios e saberes. Notou-se também, o quanto é pertinente que o âmbito da Defesa Civil, por lidar com situações críticas decorrentes dos desastres socioambientais, tenha profissionais que trabalhem com compromisso à preservação da vida dos sujeitos sociais, pois o ato de viver não constitui-se em meramente nascer e morrer, tal como o ligar e desligar de um botão, mas num processo, no qual deve ser garantido o acesso aos direitos sociais e humanos.

## REFERÊNCIAS

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO. **Curso Nacional de Formação Política do Partido Comunista Brasileiro.** Disponível em < <http://www.pcb.org.br/portal/docs/historia1.pdf> > Acesso em 31 de maio de 2016.

ALVES, Bárbara Cristina.B.A; LIRA, Clarice Helena Santiago. A comissão estadual da LBA e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante o período da Segunda Guerra. **In: X Simpósio de Produção Científica da UESPI, 2010, Teresina.** X Simpósio de Produção Científica da UESPI. Teresina: Editora da Universidade Estadual do Piauí, 2010. Disponível em<<http://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, M.M.T.. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. 1ª ed. São Paulo: Saraiva 2011. v.1. 186p.

BRASIL- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.** Histórico da Defesa Civil. Disponível em < <http://www.mi.gov.br/web/guest/defesacivil> >. Acesso em: 22 de ago. 2016.

BRASIL- ASPECTOS JURÍDICOS DAS ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL. (2007). Disponível em: < [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=1b7fc012-b6d8-4feb-be2a-c0c9f589287f&groupId=10157](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1b7fc012-b6d8-4feb-be2a-c0c9f589287f&groupId=10157) > . Acesso em: 01 de out. de 2016.

BOMBEIROS MILITAR DO ACRE (2016). Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/wps/portal/bombeiros/bombeiros/principal!/ut/p/c5/7ZTJcoJAEEC\\_JR-](http://www.ac.gov.br/wps/portal/bombeiros/bombeiros/principal!/ut/p/c5/7ZTJcoJAEEC_JR-)>. Acesso em 11 de out. de 2016.

BOURGUIGNON, Ayres Jussara. **A Particularidade histórica da Pesquisa no Serviço Social.** Revista Kalálysis, Florianópolis. V.10 n.esp.p.46-54. 2007.

CORREA NETTO, E. **O trabalhador assistente social.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 280 p. ISBN 978-85-7983-083-9. Disponível em<<http://books.scielo.org/id/8vr6k/pdf/correa-9788579830839-06.pdf>>. Acesso em 15 de nov.2014.

CAMARGO, Ramos Karen. **Os Processos de Trabalho do Serviço Social em um Desenho Contemporâneo.** Escola de Gestão Pública/Secretaria Municipal de Administração de Porto Alegre. Disponível em<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/revista\\_EGP/Os\\_processos\\_de\\_trabalho\\_do\\_ServicoSocial\\_KarenCamargo.pdf](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/revista_EGP/Os_processos_de_trabalho_do_ServicoSocial_KarenCamargo.pdf)>. Acesso em 17 de nov.2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social (CEFSS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93-Regulamentação da Profissão de Serviço Social.** Brasília, 1993. Disponível em< [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf) >. Acesso em 06 de mai.2016.

DRUCK, M.G. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na Sociedade Capitalista. In: CUT. DSS e Economia Solidária. Recife, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941. **Estratégias em Serviço Social**/ Vicente de Paula Faleiros- 10ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

FRAGA, C.K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social & Sociedade**, V.101, p.40-64, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, S.S. Uma Análise da Origem do Serviço Social no Brasil. In: **Revista eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI- nº08, Setembro 2013. Disponível em < [http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo\\_348\\_364.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf)>. Acesso em 06 de jul. de 2016.

FRITZEN, J.P.; PEZZO, Thiago; MOSER, Liliane. A centralidade da família na política de assistência social brasileira: Reflexões sobre a matricialidade sociofamiliar e a vigilância socioassistencial. In: **I Colóquio Regional: Famílias Contemporâneas? Intervenciones contemporâneas? Famílias y Nueva Matriz de Protección Social**, 2015, Montevideo, Uruguai. I Colóquio Regional: Famílias Contemporâneas? Intervenciones contemporâneas? Famílias y Nueva Matriz de Protección Social, 2015, 545-557. Disponível em: < [http://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2014/09/Moser\\_Fritzen\\_Pezzo\\_Coloquio\\_Familias\\_2015.pdf](http://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2014/09/Moser_Fritzen_Pezzo_Coloquio_Familias_2015.pdf) > (1-14 p). Acesso em 11 de out. de 2016.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. In: **CFESS; APEPSS. UnB. (org.)**. Trabalho, Reprodução Social e Serviço e social. 1ª ed. Brasília: CEAD/UnB, 1999, v.02, p.154- 166.

\_\_\_\_\_. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social. Direitos e Competências Profissionais. 1ª ed. Brasília- DF: CFESS/ ABEPSS, 2009, v.v. 1, p.1- 21. Disponível em < <https://www.passeidireto.com/arquivo/2380730/livro-completo---cfess---servico-social--direitos-sociais-e-competencias-profis/36> >. Acesso em 29 de set. de 2016.

GUIMARÃES, Roberto Costa. **Gestão na Defesa Civil: uma expansão da infraestrutura de área de assentamento urbana e social na prevenção de desastres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://www.esg.br/images/Monografias/2013/GUIMARAES.pdf> >, Acesso em 11 de out. de 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. 37ª.ed. São Paulo: Cortez, 2012.400p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 19ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 326p.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios Críticos/ Marilda Vilela Iamamoto. – 12.ed.- São Paulo: Cortez,2013.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio- ocupacionais do assistente social. In: **CFESS; ABEPSS. (Org.).** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1ª ed. Brasília- DF: CFESS/ ABEPSS, 2009, v, v. 1, p. 1-17. Disponível em < <https://www.passeidireto.com/arquivo/2380730/livro-completo----cfess---servico-social--direitos-sociais-e-competencias-profis/36> >, Acesso em 11 de out. de 2016.

INÁCIO, Rodolfo Alexandre Cascão. **Na trilha com o Educador:** uma experiência de educação ambiental no programa de aceleração do crescimento- PAC, Bahia. Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em < [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf) >. Acesso em 08 de out. de 2016.

MARX, KARL, 1818-1883. O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant`Anna. – 29ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e atuação do assistente social. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), V.12, n.1, p.196-212, jan./jun.2013. Disponível em< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623> >. Acesso em: 13 de nov.2014.

NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social. In: **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013, Florianópolis.** Eixo 4- Tema: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2013.v.1. p. 1-11. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-quest%C3%A3o-socioambiental-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> >. Acesso em: 29 de set. de 2016.

NOÇÕES DE TOPOGRAFIA PARA PROJETOS RODOVIÁRIOS, 2008. Disponível em < <http://www.topografiageral.com/curso/capitulo%2001.php> >. Acesso em 08 de out. de 2016.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política.** Uma introdução crítica, 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64/José Paulo Netto- 16. ed. – São Paulo: Cortez,2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 6ª ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social- In: Serviço Social e Sociedade Nº 50. São Paulo: Editora Cortês, 1996. Pág.87- 132.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009,233p. Disponível em < <http://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>> Acesso em 06 de jul. de 2016.

PÁDUA, E. M.M.. Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico- prática. 17. ed. Campinas/ SP: Papirus,2014.

POCHMANN, Marcio. **Proteção Social na Periferia do Capitalismo**: Considerações sobre o Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol18(2), São Paulo, Abril/Junho-2004. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v18n2.pdf> >. Acesso em: 18 de março de 2016.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **CFESS; ABEPSS. (Org.)**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1ª ed. Brasília- DF: CFESS/ ABEPSS, 2009, v. 1, p. 1-17. Disponível em < <https://www.passeidireto.com/arquivo/2380730/livro-completo----cfess---servico-social--direitos-sociais-e-competencias-profis/36> >, Acesso em: 18 de Set. 2016.

SALVADOR- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Disponível em < <http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/684-programa-seja-voluntario> >. Acesso em 08 de out de 2016.

SALVADOR- PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA CHUVAS (2014). Disponível em<<http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/images/pdf/PLANODECONTINGENCIAPARACHUVAS2014.pdf>>. Acesso em: 07 de out 2016.

SANTOS, Luzianne dos; SANTOS,L.D. ; SILVA, R.R.N. . A prática do assistente social e a importância dos instrumentos técnicos- operativos. In: **VI Colóquio internacional “Educação e contemporaneidade”**, 2012, São Cristóvão. VI Colóquio Internacional, 2012. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-quest%C3%A3o-socioambiental-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> >. Acesso em: 15 de out. de 2016.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Ensaio de Economia (2004)**. Disponível em < <https://www.passeidireto.com/arquivo/1656617/livro-ensaios-de-economia> >. Acesso em 01 de maio de 2016.

SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. **Atuação do Assistente no âmbito da questão socioambiental**. 2013. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104198/TCC%20Amanda%20Gomes%20VERS%C3%83O%20BU.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 14 de out. de 2016.

SANTOS, Rúbia dos. Gestão de desastres e política de assistência social. Revista Katálysis (Impresso), v. 15, p. 32-40, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179622787003> >. Acesso em: < 15 de out. de 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v. 6).

SOUSA, A.M.. **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** A experiência de Fortaleza à luz do Projeto Ético-Político Profissional. Brasília (2013) 229p. Disponível em: < [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15114/1/2013\\_AdinariMoreiraSousa.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15114/1/2013_AdinariMoreiraSousa.pdf) >. Acesso em 30 de out. de 2016.

SANTANA, Taneska. **Metaavaliação dos Núcleos de Defesa Civil Comunitários (NUDECs) de Salvador, Bahia.** Revista NAU Social- v.2, N.3, p.127-142. Nov 2011/ Abr 2012. Disponível em: < [https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&ie=UTF-8&rct=j#q=Metaavalia%C3%A7%C3%A3o+dos+N%C3%BAcleos+de+Defesa+Civil+Comunit%C3%A1rios+\(NUDECs\)+de+Salvador%2C+Bahia](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&ie=UTF-8&rct=j#q=Metaavalia%C3%A7%C3%A3o+dos+N%C3%BAcleos+de+Defesa+Civil+Comunit%C3%A1rios+(NUDECs)+de+Salvador%2C+Bahia) >. Acesso em: 12 de out. de 2016.

VASCONCELOS, Viviane Silva. et al. **Na trilha com o Educador:** uma experiência de educação ambiental no programa de aceleração do crescimento- PAC, Bahia. Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2015.

YAZBEK, M.C..O significado sócio- histórico da profissão. In: **CFESS; ABEPSS. (Org.).** Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1ª ed. Brasília- DF: CFESS/ ABEPSS, 2009, v.v. 1, p. 1-21. Disponível em: < <https://www.passeidireto.com/arquivo/2380730/livro-completo----cfess---servico-social--direitos-sociais-e-competencias-profis/36> >. Acesso em 29 de set. de 2016.

**APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA AS2**

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: O Serviço Social na Defesa Civil da cidade de Salvador/BA.

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA**

Nome:

Tempo de trabalho na instituição:

Vínculo empregatício com a instituição:

Ano de conclusão da graduação:

Instituição em que cursou a graduação:

Possui Pós- graduação? Em que área? Por qual instituição?

**1- INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL E EM SALVADOR**

1.1. Você participou do processo de inserção do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador? Poderia contar como ocorreu esse processo?

a. De onde partiu a demanda para o Serviço Social na instituição?

b. A que setor o Serviço Social ficou vinculado inicialmente?

c. Qual era a composição da equipe a qual as assistentes sociais faziam parte, e o número de profissionais?

1.2 Caso não tenha presenciado o momento da referida inserção, teve contato com as assistentes sociais envolvidas neste processo? Quem foram elas?

1.3 Tem conhecimento da inserção do Serviço Social no âmbito da Defesa Civil em outros estados? Tem informação de quando e como ocorreu?

## 2- O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA CODESAL: INSTRUMENTALIDADE DO FAZER PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO

2.1 Quais as atuais demandas do Serviço Social na CODESAL? No dia a dia do seu fazer profissional, quais dessas demandas você identifica como as mais frequentes?

2.2 Quais são os principais parâmetros e diretrizes para a realização do seu trabalho?

2.3 Quais legislações embasam seu trabalho?

2.4 Quais são as atribuições do Serviço Social na CODESAL? E quais destas são desenvolvidas exclusivamente pelo assistente social?

2.5 Quais os procedimentos mais frequentes na realização das intervenções?

2.6 Em sua opinião quais as principais contribuições do Serviço Social na CODESAL?

2.7 Quais os principais desafios ao trabalho do assistente social na CODESAL?

2.8 Você vê outras possibilidades de atuação do assistente social na CODESAL, além do que já é desenvolvido?

2.9 Como você classificaria ou caracterizaria o seu trabalho na CODESAL?

**APÊNDICE B- Questões enviadas por e-mail para a AS1****IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA**

Nome:

Tempo de trabalho na instituição:

Vínculo empregatício que teve com a instituição:

Ano de conclusão da graduação:

Instituição em que cursou a graduação:

Possui Pós- graduação? Em que área? Por qual instituição?

**2- INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL E EM SALVADOR**

1.1 Você participou do processo de inserção do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador?

Poderia contar como ocorreu esse processo?

a. De onde partiu a demanda para o Serviço Social na instituição?

b. A que setor o Serviço Social ficou vinculado inicialmente?

c. Qual era a composição da equipe a qual as assistentes sociais faziam parte, e o número de profissionais?

1.2 Caso não tenha presenciado o momento da referida inserção, teve contato com as assistentes sociais envolvidas neste processo? Quem foram elas?

1.3 Tem conhecimento da inserção do Serviço Social no âmbito de Defesa Civil em outros estados? Tem informação de quando e como ocorreu?

**2- O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA CODESAL: INSTRUMENTALIDADE DO FAZER PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO**

2.1 De acordo com o período que trabalhou na instituição, quais eram as demandas do Serviço Social na CODESAL? No dia a dia do seu fazer profissional, quais dessas demandas você identificava como as mais frequentes?

2.2 Quais eram os principais parâmetros e diretrizes para a realização do seu trabalho?

2.3 Quais legislações embasavam seu trabalho?

2.4 Quais eram as atribuições do Serviço Social na CODESAL? E quais destas eram desenvolvidas exclusivamente pelo assistente social?

2.5 Quais eram os procedimentos mais frequentes na realização das intervenções?

2.6 Quais eram os principais desafios para a efetivação do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social?

2.7 Quais avaliação que você faz do trabalho que realizou na CODESAL?

## **APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **I. CONVITE E INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE**

Eu, Crislane Maria Silva de Lima, aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, matrícula 212106725, venho convidá-la \_\_\_\_\_ a participar da pesquisa nomeada “O Serviço Social na Defesa Civil da cidade de Salvador/BA”.

O objetivo geral da referida pesquisa é compreender a história do Serviço Social na Defesa Civil de Salvador, tendo por questão central: como se constituiu a história do Serviço Social na CODESAL? Fundamentada na reflexão sobre e, como a referida profissão está inserida nos espaços sócio ocupacionais de trabalho.

A sua participação nesta pesquisa será no sentido de falar sobre a trajetória profissional enquanto assistente social na instituição, por meio de participação em entrevista individual orientada por roteiro com questões abertas, que será gravada.

Esta pesquisa envolve baixo risco ao participante, estando este mais associado à possibilidade de identificação do participante. Para evitar isto, serão adotadas todas as medidas para garantia do anonimato, como a não exposição de dados que possam levar à identificação do entrevistado, e uso de nomes fictícios. A pesquisa poderá propiciar alguns benefícios indiretos ao participante, tais como: reflexão crítica sobre sua atuação profissional, mobilização para pensar cada vez mais sobre a importância da profissão e sua relevância no âmbito da Defesa Civil, e pensar este espaço sócio ocupacional como um campo que pode ser expandido para atuação profissional de assistentes sociais.

Será garantido que o seu nome ou qualquer outro dado que possa, de qualquer forma, o identificar, seja mantido em sigilo. O material coletado (áudio, questionários, bem como aqueles de cunho bibliográfico) será guardado por cinco anos, e ao final serão eliminados. Os resultados da pesquisa serão transformados em transcrições e estarão disponíveis para análise em qualquer tempo. O participante tem o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa, conforme determina a lei.

Sua participação é voluntária, não havendo nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação nesta pesquisa. Você poderá se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento, a qualquer momento. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências.

Você poderá manter contato comigo pelos telefones (71) 3013-8990// (75) 8127-9631. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo você deve entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, cujo endereço é Rua Aristides Novis, 197, Federação, Salvador, Bahia, CEP 40210-730, telefone (71) 3283.6437, e-mail [cepips@ufba.br](mailto:cepips@ufba.br). Você receberá o termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias, para as quais solicito sua assinatura, caso concorde em participar. Uma das vias será entregue a você.

### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, recebi esclarecimentos sobre a pesquisa intitulada “O Serviço Social na Defesa Civil de Salvador”, li o conteúdo do Convite e entendi as informações relacionadas à minha participação nesta pesquisa. Declaro que estou totalmente ciente de que não há nenhum custo financeiro, a receber ou a pagar, por minha participação. Minha participação é voluntária, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados, que eles poderão ser apresentados para publicação em congressos, livros e/ou revistas científicas. E reforço que não fui submetido (a) a coação, indução ou intimação. Desse modo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

(Assinatura do (a) participante por extenso)

Declaramos que recebemos de forma voluntária e apropriada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste (a) entrevistado (a), para participação nesta Pesquisa.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Crislane Maria Silva de Lima  
Aluna do Curso de Serviço Social da UFBA

## ANEXO A- Grade curricular

MATRÍCULA: 212106725

ALUNO(A): CRISLANE MARIA SILVA DE LIMA

CURSO: Serviço Social

CURRÍCULO: 2010.1

CR: 8.2

Listagem de componentes curriculares obrigatórios do curso.

	Natureza	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos
1º Sem.	OB	FCH265	<a href="#">SOCIOLOGIA DA DESIG SOCIAL</a>	--
	OB	FCHF17	<a href="#">POLÍTICA, ESTADO E SOCIEDADE</a>	--
	OB	IPSB68	<a href="#">INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL</a>	--
	OB	IPSB75	<a href="#">EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA</a>	--
	OB	IPSB82	<a href="#">O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL</a>	--
	OB	LETA09	<a href="#">OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS</a>	--
2º Sem.	OB	IPSB78	<a href="#">FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO S.S. I</a>	--
	OB	IPSB80	<a href="#">PSICOLOGIA SOCIAL</a>	--
	OB	IPSB81	<a href="#">TRABALHO E SOCIABILIDADE</a>	--
	OB	IPSC09	<a href="#">DIVERSID. DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA NO CONTEXT. DIR.HUMANOS</a>	--
3º Sem.	OB	IPSB79	<a href="#">SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO I</a>	--
	OB	IPSB83	<a href="#">FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO S.S. II</a>	--
	OB	IPSB85	<a href="#">FORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO BRASIL</a>	--
	OB	IPSB86	<a href="#">POLÍTICA SOCIAL</a>	--
	OB	IPSB90	<a href="#">TRABALHO PROFISSIONAL, ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR</a>	--
	OB	IPSB95	<a href="#">ÉTICA PROFISSIONAL</a>	--
4º Sem.	OB	IPSB84	<a href="#">SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO II</a>	IPSB79
	OB	IPSB87	<a href="#">PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL I</a>	--
	OB	IPSB89	<a href="#">OFICINA DE ANÁLISE DO TRABALHO PROFISSIONAL</a>	IPSB79
	OB	IPSB91	<a href="#">POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL</a>	--
	OB	MAT021	<a href="#">ESTATÍSTICA I B</a>	--
5º Sem.	OB	IPSB69	<a href="#">CONHECIMENTO CIENTÍFICO E VIDA SOCIAL</a>	--
	OB	IPSB92	<a href="#">PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL II</a>	IPSB87
	OB	IPSB93	<a href="#">OFICINA DE PLANEJAMENTO DO TRABALHO PROFISSIONAL</a>	--
	OB	IPSB94	<a href="#">SAÚDE E TRABALHO</a>	--
	OB	IPSB96	<a href="#">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I</a>	IPSB84
	OB	IPSB97	<a href="#">DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL</a>	--
6º Sem.	OB	IPSB98	<a href="#">OFICINA DE ABORDAGENS E TÉCNICAS DO TRABALHO PROFISSIONAL</a>	--
	OB	IPSB99	<a href="#">TRABALHO PROFISSIONAL E POLÍTICA DE SAÚDE</a>	IPSB86
	OB	IPSC01	<a href="#">GESTÃO E SERVIÇO SOCIAL</a>	--
	OB	IPSC02	<a href="#">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL II</a>	IPSB96
	OB	IPSC03	<a href="#">TRAB PROF E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA</a>	IPSB86
7º Sem.	OB	IPSC04	<a href="#">FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO S.S. III</a>	IPSB84
	OB	IPSC05	<a href="#">ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I</a>	IPSB84
	OB	IPSC06	<a href="#">POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL</a>	IPSB86
	OB	IPSC07	<a href="#">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL III</a>	IPSC02
8º Sem.	OB	IPSC08	<a href="#">ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA II</a>	IPSC05

Natureza	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos
OB	IPSC35	<a href="#">PSICOLOGIA E SAÚDE</a>	--

**NT - Natureza**

**OB - Obrigatoria**